

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA
JAGUARÃO (RS): A REVITALIZAÇÃO DE UM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Alexandre dos Santos Villas Bôas

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

**CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA
JAGUARÃO (RS): A REVITALIZAÇÃO DE UM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

Alexandre dos Santos Villas Bôas

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural.**

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Villas Bôas, Alexandre dos Santos
Centro de Interpretação do Pampa Jaguarão (RS): a
revitalização de um patrimônio cultural / Alexandre dos
Santos Villas Bôas. -2014.
134 p. ; 30cm

Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,
RS, 2014

1. Patrimônio 2. Cultura 3. Educação patrimonial I.
Santos, Júlio Ricardo Quevedo dos II. Título.

© 2014

Todos os direitos autorais reservados a Alexandre dos Santos Villas Bôas. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: alexandreasvb@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado**

**CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA JAGUARÃO (RS):
A REVITALIZAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL**

elaborada por
Alexandre dos Santos Villas Bôas

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. José Luiz de Moura Filho (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa (UFBA)

Santa Maria, 23 de janeiro de 2014.

Dedico este trabalho a minha mãe, que sempre lutou pela minha educação, a minha companheira e inseparável amor e a minha amada filha.

A vida é aquilo que acontece enquanto você está planejando o futuro.

(John Lennon)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA JAGUARÃO (RS): A REVITALIZAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL.

Autor: Alexandre dos Santos Villas Bôas

Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Data e local da defesa: Santa Maria, 23 de janeiro de 2014.

Este trabalho visa estudar a revitalização do patrimônio cultural constituído por um prédio denominado: Enfermaria Militar de Jaguarão, o qual será a base para a construção do Centro de Interpretação do Pampa, órgão complementar da Universidade Federal do Pampa. Esse estudo constará de pesquisa sobre a história do prédio do ponto de vista da arquitetura, usos e também da memória constituída, bem como de análise do projeto do Centro de Interpretação do Pampa e de seu impacto na comunidade local. A partir desses olhares, o presente trabalho pretende propor alternativas para dirimir o impacto causado, através da educação patrimonial da comunidade e gestores, com a finalidade de melhor utilização e apropriação do complexo cultural.

Palavras-chave: Patrimônio. Cultura. Educação patrimonial.

ABSTRACT

Master Course Dissertation
Professional Graduation Program in Cultural Heritage
Universidade Federal de Santa Maria

UNDERSTANDING PAMPAS CENTER JAGUARÃO (RS): REVITALIZATION OF CULTURAL HERITAGE.

AUTHOR: Alexandre dos Santos Villas Bôas

ADVISER: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Defense place and date: Santa Maria, 23rd January, 2014.

This paper studies the cultural heritage revitalization of a building named Army Infirmary from Jaguarão, city, which will be the base for the Understanding Pampas Center construction, a complementary organ of the Universidade Federal do Pampa. The proposal is to contrast the building history from the architecture point of view, memory and analysis of the Understanding Pampas Center project and its impact on the local community. From this view, this paper intends to suggest alternatives to nullify the impact, through the community heritage education and supervisors, aiming to improve its usage and appropriation of the cultural complex.

Keywords: Heritage.Culture. Educacional heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização do município de Jaguarão	25
Figura 1.2 –	Povoação de Jaguarão no início do séc. XIX. Litogravura atribuída ao pintor Jean Baptiste Debret	27
Figura 1.3 –	Planta baixa da antiga Enfermaria Militar, projeto inicial	39
Figura 2 –	Vista geral do complexo cultural do Centro de Interpretação do Pampa	57
Figura 2.1 –	As ruínas da antiga Enfermaria Militar revitalizadas	59
Figura 2.2 –	Esquema geral do interior da Enfermaria Militar revitalizada, com percurso museográfico	60
Figura 2.3 –	Arena da Pedreira. Em primeiro plano, os assentos esculpidos na pedra, voltados ao paredão	61
Figura 2.4 –	Prédios de exposições temporárias e apoio técnico	62
Figura 4 –	Sítio eletrônico do CIP, página inicial	104
Figura 4.1 –	Conteúdo do menu do sítio do CIP	105
Figura 4.2 –	Conteúdo do menu Histórico	106
Figura 4.3 –	Marca de Identidade Visual do CIP	110
Figura 4.4 –	Exemplo de aplicação da marca visual do CIP	111
Figura 4.5 –	Exemplos de aplicação da marca do CIP	111
Figura 4.6 –	Exemplo de aplicação da marca do CIP	112
Figura 4.7 –	Folder de apresentação do CIP	113
Figura 4.8 –	<i>Banner</i> do CIP	114
Figura 4.9 –	<i>Banner</i> nº 02 do CIP	115
Figura 4.10 –	Visitas técnicas ao canteiro de obras do CIP	119
Figura 4.11 –	Visitação as obras do CIP	120
Figura 4.12 –	Visitação com alunos da UNIPAMPA	121
Figura 4.13 –	Palestra antes da visita guiada ao CIP	121

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 –	Igreja Matriz de Jaguarão	30
Foto 1.2 –	Antiga Praça 13 de Maio, atual Praça Alcides Marques	31
Foto 1.3 –	Antiga residência do Barão Tavares Leite	32
Foto 1.4 –	Antiga residência do Dr. Carlos Barbosa, atual museu Carlos Barbosa	33
Foto 1.5 –	Rua XV de Novembro, antiga Rua do Comércio, vista do seu quarteirão inicial	34
Foto 1.6 –	Antigo Hotel Susini, demolido para dar lugar a um novo prédio de estilo moderno.....	35
Foto 1.7 –	Prédio da Prefeitura Municipal (canto, à esquerda)	37
Foto 1.8 –	Antiga Enfermaria Militar de Jaguarão	41
Foto 1.9 –	Vista noroeste das ruínas, ao lado esquerdo, o antigo necrotério, ao centro, o pátio interno circundado pelas portas em arcos	42
Foto 1.10 –	Interior das ruínas da Enfermaria Militar	43
Foto 1.11 –	Vista sudeste das ruínas, com destaque para o frontão e janelas em arco.....	44
Foto 2 –	Edifício Gustavo Capanema, antiga sede do Ministério da Educação e Saúde (MES)	52
Foto 2.1 –	SESC Vila Pompéia, antiga fábrica revitalizada pelo projeto de Lina Bo Bardi	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA ENFERMARIA MILITAR DE JAGUARÃO	23
1.1 A cidade de Jaguarão	24
1.2 A Enfermaria Militar	37
1.3 Fase de ruínas	41
2 O PROJETO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA	49
2.1 Concepções e motivações do arquiteto projetista.....	49
2.2 O projeto arquitetônico e museográfico do Centro de Interpretação do Pampa.....	56
3 POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA INFLUÊNCIA NO PROJETO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA	71
3.1 Patrimônio e cultura no contexto da preservação de bens.....	72
3.2 A cultura como constituinte do patrimônio: o caso brasileiro.....	78
3.3 A Enfermaria Militar de Jaguarão e sua ativação patrimonial	84
4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DIÁLOGOS COM A COMUNIDADE SOBRE O PROJETO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA	95
4.1 A importância da Educação Patrimonial no projeto do Centro de Interpretação do Pampa	95
4.2 Propostas de Educação Patrimonial através da Gestão	103
4.2.1 Criação de sítio eletrônico do CIP	104
4.2.2 Documentário sobre a cidade de Jaguarão e o CIP	106
4.2.3 Criação de Identidade Visual para o CIP.....	109
4.2.4 Criação de Banners, powerpoint e folderes	113
4.2.5 Proposta de atividades potencializadoras no CIP.....	115
4.3. Propostas de Educação Patrimonial com a Comunidade.....	117
4.3.1 Visitas guiadas ao canteiro de obras do CIP.....	117
4.3.2 Demais propostas de educação patrimonial.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve como motivação a atuação do autor como Historiador da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) na cidade de Jaguarão, onde a partir de 2011 começou a desenvolver estudos relacionados com a história local, especificamente, em um projeto de pesquisa que tinha como temática as ruínas de uma antiga enfermaria militar do final do século XIX. Esta pesquisa, inicialmente, objetivava realizar um levantamento histórico do prédio e de seus diversos usos ao longo do tempo, já que havia poucas fontes e textos escritos sobre aquela edificação, tão importantes para a comunidade ao ponto de ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE).

Mas, as ruínas da Enfermaria Militar estavam sendo motivo de preparação para a execução do projeto do Centro de Interpretação do Pampa (CIP), um complexo cultural que abrangerá museu, prédios de apoio técnico, anfiteatro a céu aberto e auditório subterrâneo. Esse projeto concebido inicialmente entre a prefeitura da cidade de Jaguarão e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), teve sua gestão delegada à UNIPAMPA, a qual se incumbiu de realizar o devido processo de licitação para as obras e, futuramente, a administração do CIP.

A proposta de temática desta dissertação teve como base a análise da revitalização de um patrimônio cultural tombado, as ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, através do projeto e execução do CIP, com fundamentação teórica na área do patrimônio cultural que abarca diversas áreas do conhecimento, para se obter uma visão holística de como a implementação de tal projeto repercute na comunidade local, verificando as peculiaridades da região e identificando possíveis problemáticas, com base em uma bibliografia que permitisse ao autor fundamentar alternativas ao modelo implantado.

Foi verificado, no decorrer da dissertação, como ocorre a revitalização de um patrimônio cultural, seu impacto na comunidade em relação ao uso anterior do local e sua nova função, conhecendo sua historicidade e propondo soluções para diminuir o referido impacto, sempre que ele for negativo. Além disso, proporcionar à comunidade um novo olhar, um impacto positivo e auxiliar na possibilidade de identificação, dessa comunidade, com o complexo a ser construído, através de ações de educação patrimonial com a democratização das informações e participação popular.

Foi realizado um levantamento histórico sobre a Enfermaria Militar de Jaguarão desde sua construção até a fase de ruínas, verificando como se deu sua constituição, enquanto

patrimônio cultural. Concomitante a esse levantamento, abrangeu-se a história da cidade, com o intuito de verificar como se constituiu a evolução do sítio urbano, sua relação com a Enfermaria Militar e os aspectos socioeconômicos. Também foi feita análise do projeto do Centro de Interpretação do Pampa, o partido arquitetônico, ou seja, a tendência da corrente teórica a qual se vincula o arquiteto, a motivação, a relação com a Enfermaria Militar e a consequente evolução na fase de execução. Ainda foi realizado, um estudo das políticas patrimoniais no Brasil contextualizadas com o projeto do Centro de Interpretação do Pampa, bem como um estudo do impacto, se positivo ou negativo, na comunidade local da revitalização do patrimônio cultural tombado. Como resultado final obteve-se verificar como ocorre a revitalização de um patrimônio cultural, os possíveis impactos na comunidade local, conhecendo sua historicidade e propondo soluções de diminuir as questões menos adequadas causadas pelos referidos impactos, através de ações de educação patrimonial.

Na atualidade, está em curso um intenso processo de preservação do chamado patrimônio edificado, com projetos de restauração, conservação, revitalizações de prédios e lugares que alguns setores da sociedade entendem serem objetos importantes para a memória e a identidade, sejam de uma nação ou mesmo de uma pequena comunidade. No caso brasileiro, foi criado, desde 1998, um programa de investimento no patrimônio edificado que teve sua continuação até o presente momento, mudando apenas de nome e características técnicas, mas com o mesmo objetivo: preservação do patrimônio edificado.

Na presente dissertação, a análise da revitalização de um patrimônio cultural, que será financiado por esta política preservacionista do Estado, será a temática abordada. A justificativa para este estudo, já realizado em outros casos, é o diferencial em relação ao tipo do processo para efetuar esta política e a região de sua aplicação. Em primeiro lugar, o projeto de revitalização vem de um anseio da comunidade, a partir da década de 1980 e materializa-se através do poder executivo e legislativo municipal em 2009. Em segundo lugar, o patrimônio cultural escolhido para ser revitalizado é um símbolo de identidade e memória, com mais de um século de existência e diversas fases de ocupação, ligadas aos mais marcantes momentos da história de Jaguarão.

E por último, a região onde se localiza o patrimônio cultural: que é uma cidade com forte lógica preservacionista, na fronteira com o Uruguai, carregando todo um simbolismo de bastião da brasilidade e ao mesmo tempo, imbricado com o país vizinho, em suas tradições, modo de viver. Por esses motivos e como será um projeto inédito na fronteira sul, uma região pobre economicamente, justifica-se este estudo para que sirva de instrumento à comunidade e

gestores do poder público, para que possa auxiliar na condução do processo de implantação, com ações efetivas de educação patrimonial inclusiva.

A reinterpretação do patrimônio cultural não se restringe à análise de suas características arquitetônicas, mas abrange o ideário que permeou a concepção do projeto construtivo, a apropriação do uso pela comunidade, o sentimento de que àquela construção remete a um plano imaterial, levando a própria noção de identidade, de reconhecimento de um bem comum. Neste sentido, é onde esta dissertação se insere, ou seja, o tema de estudo foi o projeto do Centro de Interpretação do Pampa, localizado na cidade de Jaguarão, analisando os vários significados contidos em seu projeto arquitetônico, as concepções de seus idealizadores e a identificação da comunidade com a edificação que será construída em cima da antiga enfermaria militar, a qual se encontra em estado de ruínas.

Como coadunar essa ideia de nação na atualidade, em relação ao patrimônio cultural e as novas tendências de valorização do local como significativo nas políticas de patrimônio dos órgãos envolvidos no projeto do CIP, esta é a tarefa que a presente dissertação pretendeu analisar, já que diferentes atores envolvidos nesse processo têm motivações e interesses variados e por vezes conflitantes. Neste ponto, a discussão da política de preservação do patrimônio cultural do município de Jaguarão foi o objeto abordado, através de pesquisa sobre a legislação, permitindo uma visão de como se dá esta preservação em relação aos prédios, especialmente, ao recente tombamento da área urbana pelo IPHAN. Essa pesquisa é importante pela condição alcançada pelos municípios com a Constituição de 1988.

Também foram abordados, na dissertação, métodos de apropriação pela comunidade do espaço revitalizado, através da educação patrimonial, com propostas que se desenvolvam, desde a execução na fase de obras, para que quando da inauguração do complexo, haja uma melhor interatividade entre aqueles que vivenciaram o período de ruínas da enfermaria militar e o novo uso que se dará com o CIP. A democratização da linguagem técnica utilizada nesse tipo de estrutura, como a expografia foram objeto de propostas neste trabalho.

Em suma, para chegar-se ao resultado pretendido, teve que se verificar como ocorre a revitalização de um patrimônio cultural, seu impacto na comunidade local, conhecendo sua historicidade e propondo soluções para potencializar ou diminuir o referido impacto, além de proporcionar à comunidade um novo olhar e auxiliar na possibilidade de identificação com o novo complexo a ser construído. A metodologia utilizada para a execução deste trabalho está proposta em estratégias diversas, mas complementares, por se tratar de assuntos interdisciplinares que foram necessários para o sucesso desta pesquisa.

Em primeiro lugar, a contextualização histórica através da consulta de documentação existente no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), abarcando desde o livro de atas da Câmara de Vereadores e da Intendência Municipal, plantas arquitetônicas e demais arquivos. Também consulta a fontes secundárias, em jornais encontrados no referido Instituto, em períodos considerados cruciais para a Enfermaria Militar, com a intenção de obter visões de setores da sociedade sobre aquele edifício. Neste sentido, a base para a análise destes arquivos foi a crítica documental, para que a injunção de características do discurso seja interpretada no contexto da formulação e não tomada de forma literal.

O levantamento fotográfico foi realizado pelo pesquisador para que se ressaltassem detalhes da arquitetura presente na Enfermaria Militar e na cidade de Jaguarão. A análise do simbolismo existente nos detalhes arquitetônicos foi realizada com o apoio de literatura existente sobre o tema, já catalogada pelo presente projeto. Dividiu-se o assunto em capítulos, que terão a lógica de em primeiro lugar contextualizar historicamente a cidade de Jaguarão e a Enfermaria Militar, a qual será estudada em seus diversos usos como edificação. Após, será feita a análise do projeto do Centro de Interpretação do Pampa e dos conceitos imbuídos nele, tanto dos projetistas, como também, dos órgãos públicos envolvidos em sua concepção e gestão.

Em outro capítulo, foi tratado das políticas de preservação patrimonial desde seu surgimento na Europa até chegar ao Brasil na contemporaneidade, relacionando com a revitalização ocorrida na Enfermaria Militar de Jaguarão e no último capítulo, abordou-se a Educação Patrimonial, com o intuito de ser uma possível alternativa de solução para questões de inclusão e apropriação pela comunidade do patrimônio revitalizado.

1 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA ENFERMARIA MILITAR DE JAGUARÃO

No presente capítulo, será apresentado um embasamento histórico para uma compreensão do tema de estudo com o objetivo de analisar as condições em que o patrimônio cultural da Enfermaria Militar de Jaguarão se constituiu ao longo do tempo. Por ser uma edificação que perpassou o período de um século, com distintas fases de uso e condicionantes sociais de acordo com a época analisada, torna-se importante uma visão macro amparada no método historiográfico.

Almeja-se demonstrar que existe uma relação intrínseca entre a formação da cidade de Jaguarão, seu desenvolvimento econômico e as ideias que circulavam entre a elite latifundiária e o conseqüente melhoramento urbanístico. A forte presença militar em uma cidade de fronteira e seus desdobramentos no pensamento da sociedade e, primordialmente, na formação das estruturas de apoio ao seu contingente militar, influenciou o meio civil, até porque em sua fase inicial as funções militares e civis se mesclavam.

Para isto, este longo período, ou longa duração no dizer de Braudel¹, será dividido em etapas, a começar pela história de Jaguarão, sua localização geográfica e fundamentos de existência no plano geral de ocupação da terra na fronteira meridional do Brasil. Acredita-se ser de capital importância este primórdio da ocupação e de como se articularam as relações de sociabilidade e economia, as quais influenciarão sobremaneira o desenvolvimento da cidade.

Logo em seguida, será tratada a história da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, do projeto de sua construção, de sua função como organização hospitalar, analisando sua arquitetura externa e interna. Neste ponto, a dificuldade de obtenção de fontes documentais tornou a tarefa mais delicada, tendo maior apoio nas fontes orais, que também são escassas.

¹ Em um célebre artigo escrito em 1958 para a Revista dos Annales, mas que passou a integrar a coletânea de artigos publicada em 1969 com o título *Escritos sobre a História*, Braudel discute em maior detalhe a Longa Duração, o próprio conceito de duração, os modos como interagem estes diversos ritmos históricos que poderiam ser referidos como “durações”. Ele pretende presentear as ciências sociais – é praticamente o que diz na introdução do seu artigo – com “uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor do tempo longo” (BRAUDEL, 1969: 44). Na verdade, com a tríplice crítica a cada grupo de ciências sociais ou humanas que se restringia a apenas uma das “durações” – a longa, na antropologia estrutural, a média, nas ciências econômicas, a curta, na micro-sociologia política – Braudel lograva encetar um golpe de mestre. A História reaparece aqui, sob a concepção braudeliana e ao abrigo de sua arguta exposição no artigo “A História e as Ciências Sociais: a longa duração” (1958), como a ciência humana mais completa e mais complexa – a única que considera a interação entre estrutura, conjuntura e evento (BARROS, 2012).

Na última parte, será abordada a fase de ruínas, a qual foi importante na formação da memória recente sobre seu papel na comunidade. Também se constitui na fase em que a apropriação do espaço e construção de sua memória se dará por diversos segmentos, que não serão mais os militares, que foram a origem de seu uso como estrutura. Sendo que esta é a última fase antes da revitalização da Enfermaria Militar e a construção do Centro de Interpretação do Pampa.

Em conjunto, esta contextualização histórica servirá para a compreensão de um patrimônio cultural construído através de determinada visão de classe, que aos poucos foi se perdendo ao longo do tempo, tendo a tendência de se constituir, através de um forte discurso, como patrimônio de toda a população, embora as construções em sua maioria sejam de particulares.

O prédio da antiga Enfermaria Militar destaca-se neste item, pois era uma edificação pública e de grande porte, com uma função social relevante: os cuidados com a saúde. Por ironia, tornou-se uma das poucas edificações de grande porte que não foi preservada, justamente a que era pública. Mas, vê-se em sua história que determinados fatores tornaram esta construção diferenciada em relação aos outros prédios da cidade. Por isto, a importância desta contextualização histórica. O patrimônio cultural é revestido de uma história que lhe confere significado, podendo através dela, ser lembrada ou esquecida, de acordo com a vontade de alguns setores da sociedade.

1.1 A cidade de Jaguarão

A cidade de Jaguarão localiza-se no extremo sul do país, na fronteira com o Uruguai, aproximadamente 380 km de Porto Alegre, com uma população de 27.931 pessoas.² Essa cidade originou-se de um acampamento militar no ano de 1802, quando das constantes disputas entre Portugal e Espanha pela região do rio da Prata³.

² Censo do IBGE de 2010 (N.A.).

³ Para muitos autores, é certo que o território sulino inclina-se decididamente para o Prata. “Nessa direção correm os rios formadores das suas maiores bacias hidrográficas – a oriental e a ocidental, enquanto a “Campanha”, região onde se modelou o gaúcho, tem a totalidade das suas “linhas naturais” dirigidas para o Rio Uruguai e, por meio dele, ao Prata” (MARTINS, 2001, pág. 11).



Figura 1 – Localização do município de Jaguarão.

Fonte: Wikipédia.

A ocupação da fronteira⁴ com a região que seria o Uruguai, então parte integrante do Vice-Reinado do Prata, possessão espanhola, foi efetivada pela Coroa portuguesa através da instalação de uma série de fortificações que visavam controlar e impedir a passagem do exército espanhol para a região atual do Rio Grande do Sul e também de influir decisivamente no comércio do rio da Prata. No caso específico de Jaguarão, os militares provinham da cidade do Rio Grande, componentes do Regimento de Dragões, estacionado naquela localidade. Conforme relato do padre belga Raphaël Goris, compilado em livro por Souza Soares; Franco (2010) pode-se ter uma ideia da cidade no início do século XX (1901):

Jaguarão, ou jaguar grande – o que quer dizer grande jaguar -, é uma cidade em torno de aproximadamente dez mil almas, construída sobre o topo de uma doce colina. Um extenso rio a coloca em comunicação com as outras cidades do Rio Grande do Sul. Esse rio – que leva também o nome de Jaguarão – serve de fronteira

⁴ Nos últimos anos, a fronteira deixou de ser entendida como uma linha que separa duas regiões, para converter-se num espaço socialmente construído, com características e dinâmicas próprias. As complexas e variadas relações que se desenvolvem em tal espaço têm sido analisadas a partir da ótica social que compreende um extenso leque de manifestações, tais como as relações intra e interétnicas, os processos de mestiçagem, de etno-gênese, os intercâmbios econômicos e culturais, entre outros (LOPES; ORTELLI, 2006, pág. 13).

natural entre o Brasil e a pequena República do Uruguai, comumente chamada aqui de República Oriental. Sobre a outra margem do rio, em frente a nossa cidade, encontra-se a cidade uruguaia de Artigas (SOUZA SOARES; FRANCO, 2010, pág. 56).

Este regimento era comandado pelo Coronel Manoel Marques de Souza⁵, o qual se estabeleceu em um aquartelamento às margens do rio Jaguarão, no ano de 1802⁶, denominado de Guarda do Cerrito e da Lagoa. Aos poucos se foi formando ao redor do quartel um pequeno povoado, que além de abastecer os soldados, iniciou um comércio com os espanhóis, do outro lado do rio, conforme relata Martins (2001):

Muitas das aglomerações que se formavam no entorno das instalações militares, criadas após os tratados de 1750 e 1777, foram responsáveis pelo início das povoações urbanas ou por sua elevação à categoria de freguesia: Arroio Grande, Bagé, Piratini, Erval, Jaguarão, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Quaraí, são alguns exemplos. Ao mesmo tempo, teve início o povoamento da retaguarda de Alegrete, Itaqui e São Gabriel, protegendo a nova fronteira (MARTINS, 2001, pág. 28).

Na figura abaixo, se pode ver em primeiro plano o rio Jaguarão, tendo no lado direito a incipiente povoação e no lado esquerdo o território uruguaio. Observa-se a passagem de cavaleiros, fato muito comum entre os dois lados da fronteira, para comércio e incursões militares. A presença de embarcações no rio denota a utilização do mesmo como rota comercial, de ponto estratégico entre duas nações.

⁵ Manoel Marques de Souza nasceu em 27 de fevereiro de 1743 (data provável), na recém-fundada Rio Grande. Seguiu a carreira das armas, lutando nas Guerras do Sul, quando se destacou na reconquista da Vila do Rio Grande. Como Coronel, em 1801, comandou as tropas que levaram as fronteiras do Brasil até o rio Jaguarão. Na campanha de 1811-12, liderou a vanguarda do Exército Pacificador e, depois, lutou na guerra contra Artigas. Foi o primeiro gaúcho a atingir o posto de Tenente-General e a assumir (interinamente) a Presidência da Província do Rio Grande. Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1820 (CUNHA, 2012, pág. 42). Este militar foi avô do Conde de Porto Alegre, o qual tinha o mesmo nome (N.A.).

⁶ Sabemos, através de inequívocos documentos, que a Guarda do Cerrito, origem primeira da cidade de Jaguarão, foi estabelecida pelo Coronel Manoel Marques de Souza entre 4 e 10 de fevereiro de 1802, com a força aproximada de 260 homens que acabavam de participar da expedição contra Cerro Largo (FRANCO, 2001, pág. 33).

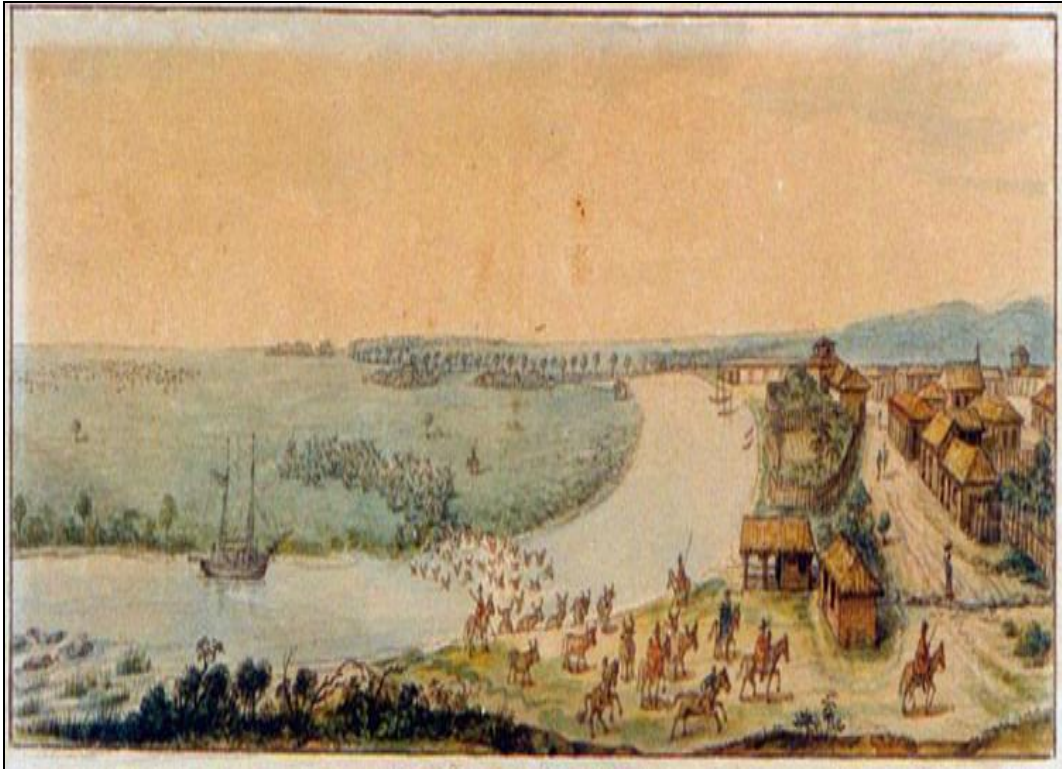


Figura 1.2 – Povoação de Jaguarão no início do séc. XIX. Litogravura atribuída ao pintor Jean Baptiste Debret.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ)

A fronteira aqui aparece com duas conotações em princípio antagônicas, a demarcação da diferença em relação ao outro, o estrangeiro, mas também como fator de integração econômica e social, a revelia dos poderes estabelecidos⁷. Com uma proximidade geográfica evidente, as trocas sociais se davam na forma de casamentos, de posse de terras, de comércio, criando uma região de fronteira diferenciada, daquelas que foram constituídas através de um expansionismo avassalador de conquista. A esse respeito nos relata Lopes e Ortelli (2006):

Durante o processo de demarcação das fronteiras externas, antigas formas de intercâmbio culturais, sociais e econômicas foram interrompidas em nome das “unidades nacionais” recentemente criadas. Como essas últimas eram, sobretudo em seus primórdios, construções fictícias de nação, os atores que nelas transitavam não as reconheciam como tais interagindo, independentemente delas. É por este motivo que de forma quase unânime as elites nacionais deram especial atenção, ao longo do século XIX, ao combate ao contrabando e à violência, ditos endêmicos, nesses espaços fronteiriços (LOPES; ORTELLI, 2006, pág. 24).

⁷ Homens e mulheres que viviam junto à fronteira viram seus cotidianos, mais uma vez, serem afetados por essa situação de indefinição de domínios. Alguns posicionaram-se a favor dos orientais, outros a favor dos portugueses. Todos, porém, viram na fronteira, uma alternativa para resolver problemas, alcançar riqueza ou até resistir à dominação. Pode-se dizer, então, que a fronteira aparecia como meio para alcançar a felicidade (REICHEL, 2003, pág. 294).

Esta região fronteira entre o Brasil e o Uruguai constituiu-se uma integração forçada pela necessidade, construídas sobre nacionalidades diferentes. Contemporaneamente esta integração foi incentivada pelos Estados Sul-Americanos, através do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Martins (2001) argumenta uma consolidação de práticas à revelia dos Estados:

O precário desenvolvimento urbano na fronteira pampiana possivelmente ocorra em grande parte porque as cidades se situam na periferia dos respectivos países. Apesar disso, ou até em decorrência, os laços entre brasileiros, uruguaios e argentinos fronteiriços vem de longe e, mesmo com inevitáveis percalços, subsistem, amadurecem; os intercâmbios vão do comércio às relações familiares, da culinária aos falares. Tal integração se deve à necessidade de sobrevivência das populações, há mais de dois séculos, resultado da superação de conflitos sangrentos. Configurou-se uma espécie de MERCOSUL *avant la lettre*, vivencial, que parece perdurar mais pelo convívio natural do que pela consciência de ser essa uma condição propícia para revigorar a região (MARTINS, 2001, pág. 227).

Com a formação das nações do Brasil e Uruguai, a afirmação dessas nacionalidades na região de fronteira na cidade de Jaguarão, tentou abafar ou controlar estes fluxos dos dois lados. Mas já havia se constituído uma elite agrária baseada no poder militar-civil, com ramificações em ambos os lados da fronteira, principalmente em função da economia pecuária, que logo tomaria destaque no comércio do charque surgido em meados do século XIX, tanto no estado do Rio Grande do Sul como também no Uruguai. Franco (2001) nos assinala este aspecto:

Desde muito cedo, as comunidades dos dois lados da linha divisória tenderam a prática de uma economia solidária e complementar, que as barreiras fiscais jamais conseguiram disciplinar. O famigerado contrabando, hostilizado pelos governos (nem sempre com muita sinceridade e coerência) e combatido pelas praças comerciais que ele prejudicava, sobreviveu a todas as perseguições (FRANCO, 2001, pág. 18).

Essa elite agrária⁸ teve bastante influência na política riograndense da metade do século XIX até o início do século XX, com figuras que se tornaram ícones do imaginário gaúcho, como o General Bento Gonçalves da Silva, que serviu como militar na cidade de Jaguarão anteriormente à eclosão da Revolução Farroupilha. Inclusive seus parentes mais

⁸ Nesse contexto, os Comandantes Militares de Fronteira ganharam grande poder, porque cabia a eles dar parecer sobre o requerimento onde, “além de comunicarem sobre o conteúdo dos mesmos, investigariam ‘se os pais ou filhos ou irmãos dos que pediram sesmaria tem outras posses imediatas às mesmas pedidas ou em outras partes’”. Esse poder político dos Comandantes Militares tinha implicações diretas na reprodução da ordem econômica e social, uma vez que eles interferiam na distribuição e garantia dos direitos sobre a terra, em fins do período colonial. Como se pode imaginar, essa organização foi propícia para o estabelecimento e reforço de redes clientelares, e reproduziram o poder dos Comandantes Militares, que detinham uma posição privilegiada em todo esse processo, dado que era deles o poder de avaliar a veracidade das informações prestadas pelos requerentes (FARINATTI, 2009, pág. 156).

próximos, fixaram residência na cidade de Jaguarão, com descendentes de destaque no início da república brasileira, como o médico Carlos Barbosa Gonçalves, sobrinho-neto de Bento Gonçalves e governador do estado do Rio Grande do Sul em 1908. A respeito de Bento Gonçalves nos ilustra Eduardo Souza Soares (2009):

[...] Seu irmão Bento Gonçalves da Silva por aqui, à mesma época, circulou, tendo, em 1811, sido recrutado para o acampamento de Bagé. A partir de então, por dois decênios, o líder militar da Revolução Farroupilha perpassou canhadas, sangas e coxilhas entre a Guarda de Jaguarão e a antiga “Guardiã Nueva del Cerro Largo”, origem de Melo, no Uruguai, cidade onde conheceu sua mulher, Dona Caetana García y Gonzales, com quem casou em 08 de dezembro de 1814 (CADERNOS JAGUARENSES, 2009, pág. 47).

Como se constata, a região da fronteira constituiu um local de trânsito constante⁹ nos dois lados pelos fazendeiros brasileiros que após a independência do Uruguai, continuaram com fortes laços econômicos e afetivos com o país vizinho. Apesar disso, a formação do núcleo urbano de Jaguarão obedeceu ao modelo português de planejamento e ao final do século XIX, seguiu os ideários europeus do ecletismo ao construir as casas suntuosas que permanecem até os dias de hoje como mostra da opulência daquela elite.

Este fato determinou a formação de um patrimônio arquitetônico diferenciado, um patrimônio de fronteira, com características próprias relacionadas aos aspectos de uma região limítrofe com uma nação vizinha, denotando influências que iriam mesclar-se aos componentes ideológicos que nortearam a construção deste conjunto urbano. Sobre o conjunto urbano de Jaguarão no início do século XX, temos o testemunho do padre Raphãel Goris em 1901:

Jaguarão originou-se recentemente: não creio que tenha um século de existência. Está construída seguindo o gosto americano, isto é, suas ruas são amplas e se entrecruzam regularmente; a maior parte das casas é de uma arquitetura encantadora; algumas são verdadeiros palácios (SOUZA SOARES; FRANCO, 2010, pág. 56).

⁹ Até fins da década de 1840, essa era ainda uma questão nebulosa, como atestam, por um lado, as indefinições quanto à demarcação da linha de fronteira com a República Oriental e, por outro, o fato de que, durante parte do período da Revolução Farroupilha, a região esteve sob controle de forças que se diziam formadoras de um outro Estado: a República Rio-Grandense (Ibid.; 2009, pág. 152).



Foto 1 – Igreja Matriz de Jaguarão.

Fonte: Livro Gente e Coisas da Fronteira Sul, Franco (2001).

A foto acima remete ao edifício da Igreja Matriz de Jaguarão, importante construção no planejamento urbano de cidades portuguesas, onde a igreja católica era associada ao império português como religião oficial. Neste período a igreja era responsável por atribuições tais como registro de nascimentos, óbitos, casamentos e por preceitos de ordem moral que eram seguidos pela sociedade¹⁰.

O ideário republicano teve influência decisiva na vida política de Jaguarão que, desde a Revolução Farroupilha adotava o viés político liberal, sendo a cidade, assim como o estado do Rio Grande do Sul, muito influenciada pelas ideias do positivismo de Augusto Comte¹¹, assim como aconteceu com a formação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o qual tinha entre seus membros o Dr. Carlos Barbosa¹², influente político jaguareense. A cidade vivia

¹⁰ Sobre a história da Igreja Matriz de Jaguarão consultar SOUZA SOARES (2011), A Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão. Editora Evangraf. 336 p. (N.A.).

¹¹ [...] dizia Júlio de Castilhos, que em seus escritos pregava a tese de que a sociedade precisava ser regida pelas mesmas leis e métodos da matemática e da biologia. Defendia, por isso mesmo, a necessidade de uma ditadura científica, na qual o poder deveria decorrer do saber e não do voto. Inspirado no positivismo, Castilhos advogava a instalação de um governo forte, um Executivo hipertrofiado, que se autoinvestisse da tarefa suprema de modernizar a sociedade, regenerar o Estado e educar os cidadãos para a vida em comum. É evidente que muitos líderes políticos rio-grandenses se utilizaram de tal doutrina como mera fachada ideológica para legitimar o autoritarismo que os caracterizava (NETO, 2012, pág. 37).

¹² Em Jaguarão, o Partido Republicano fora fundado em 1882, em plena monarquia, tendo já como seu primeiro presidente o então jovem médico de 31 anos, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves (n. em Pelotas em 08/04/1851, fal. Em Jaguarão em 23/09/1933). Ele seria ali uma liderança natural e imune a contestações durante muitos

um embate entre os republicanos e monarquistas, seja na arena política como também se expressava na arquitetura, conforme as palavras de Martins (2001):

Alguns ricos proprietários embebecidos com a causa republicana e suas perspectivas de novos e frutíferos tempos, procuram transferir este otimismo às suas construções, encomendando obras portentosas e ricamente ornamentadas. Outros professam a ideologia positivista de seus proprietários, que preferem refletir um caráter mais sóbrio em sua moradia (MARTINS, 2001, pág. 234).

Na foto abaixo, vê-se a praça central da cidade e no seu entorno construções que ilustram como foi concretizada esta causa ideológica, determinando a configuração do centro urbano como modelo de modernidade e civilização.



Foto 1.2 – Antiga Praça 13 de Maio, atual Praça Alcides Marques.

Fonte: IHGJ.

O médico Carlos Barbosa foi uma liderança republicana em Jaguarão e apoiador de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros em âmbito estadual. Suas ideias positivistas de progresso influenciaram a arquitetura da cidade de Jaguarão e quando foi governador do

anos. Ainda durante a monarquia, elegeu-se vereador à Câmara Municipal, numa inequívoca demonstração de prestígio pessoal. Após a proclamação da República, como figura exponencial do Partido, elegeu-se deputado ao Congresso Constituinte de 1891, no estado, merecendo a honra de o presidir. Foi ainda deputado na primeira legislatura da Assembléia dos Representantes, ausentando-se voluntariamente nas duas posteriores. De sua correspondência com Júlio de Castilhos, transpira um clima de amizade íntima e confiança sem limites. Disso tudo resultou que a chefia do Partido em Jaguarão e a manifesta influência na zona sul do estado surgissem como um corolário lógico (FRANCO, 2001, pág. 134).

estado, mandou construir prédios que alicerçavam esta ideologia, como o palácio Piratini, sede do governo. Naturalmente, seus aliados na cidade procuraram seguir o seu exemplo com a construção de suas casas.

O núcleo urbano de Jaguarão foi transformado por essas construções, tornando o traçado das ruas e praças aos moldes do estilo francês, adotado no restante do Brasil como sinônimo de progresso e civilização. No caso peculiar de Jaguarão, por ser uma cidade de fronteira e de economia agropastoril, essa adoção de ideários burgueses europeus tornou *sui generis*¹³ o aspecto social e valorativo dessas construções.

Na foto abaixo, pode-se observar um exemplar de edificação de estilo eclético, de proporções consideráveis em uma cidade tipicamente de feições rurais. Também se nota as ruas bem largas e alinhadas, com calçamento e passeio público elevado.



Foto 1.3 – Antiga residência do Barão Tavares Leite.

Fonte: IHGJ.

A antiga Rua do Comércio, atual XV de Novembro possui exemplares desses casarões de estilo eclético, com ornamentos refinados, principalmente, na decoração das portas com um trabalho minucioso em madeira. O alargamento das ruas e a arborização também constituem aspectos dessa rua, assim como o centro histórico, em um conjunto arquitetônico

¹³ Para Ramón Gutierrez, nas cidades coloniais americanas, se percebe com franqueza as contradições da política liberal, ou seja, introduz maior brecha entre ricos e pobres enfatizando a persistência da estratificação social. A riqueza gerada nos campos concentra-se em poucos na cidade, privilegiando um setor da população, surgindo uma arquitetura oculta e uma exibicionista, conformando a paisagem urbana (MARTINS, 2001, pág. 237).

muito representativo do ecletismo preservado pelos proprietários. O médico João Palombini, que escreveu sobre a cidade no início do século XX, nos relata como era a característica da rua considerada a principal na época:

A Rua XV de Novembro (data da Proclamação da República brasileira, em 1889), a principal da cidade, é onde se erguem as principais construções, naturalmente, e onde se encontram as melhores lojas de modas, as farmácias, ourivesarias etc. Entre os belos palacetes, podemos admirar o de S. Exa. O Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do estado, que sempre me honrou com sua amizade e obséquios, desde quando ascendeu ao mais alto cargo estadual (SOUZA SOARES; FRANCO, 2010, pág. 118).

Na foto abaixo, tem-se em destaque a casa do médico Carlos Barbosa Gonçalves, a qual se tornaria referência arquitetônica na cidade e alvo de tentativas de suplantá-la em termos de grandiosidade por outros ricos latifundiários da região.



Foto 1.4 – Antiga residência do Dr. Carlos Barbosa, atual museu Carlos Barbosa.

Fonte: IHGJ.

O grande número destes prédios denotava o investimento de capitais enormes, que com a decadência da economia agropastoril na metade sul do Rio Grande do Sul, levou a um processo de estagnação e empobrecimento da região, o que não ocorreu na metade norte do estado, que dinamizou sua base econômica em comércio e serviços ligados aos imigrantes que

se estabeleceram na serra gaúcha em meados do século XIX. Conforme nos argumenta Martins (2001):

O crescimento de Jaguarão que se evidencia na segunda metade do século 19 foi bastante expressivo, embora não custe repetir que se tratava de uma pequena cidade, distante dos centros, no limite de uma periferia. Portanto trata-se de um crescimento lento, sem qualquer referência ou paralelo ao desenvolvimento acelerado que experimentaram algumas grandes capitais do país. Tampouco se parecia com um processo de decantação morosa, como ocorrera em muitas antigas cidades europeias (MARTINS, 2001, pág. 246).

Na foto abaixo, destaca-se a rua XV de Novembro em seu quarteirão inicial, bem perto da beira do rio Jaguarão. Mesmo ali, as casas em estilo eclético predominavam, mostrando o grande alcance do planejamento urbano da área central em relação a esse estilo arquitetônico.



Foto 1.5 – Rua XV de Novembro, antiga Rua do Comércio, vista do seu quarteirão inicial.
Fonte: IHGJ.

Na foto abaixo, pode-se ver a fachada de um antigo hotel da cidade, o qual sempre teve um fluxo considerável de viajantes, embora após os tempos áureos da pecuária, diminuíssem de intensidade. Esta edificação foi destruída para a construção de um prédio de

estilo moderno, sendo que esse movimento de renovação arquitetônica não teve grande aceitação na cidade.



Foto 1.6 – Antigo Hotel Susini, demolido para dar lugar a um novo prédio de estilo moderno.
Fonte: IHGJ.

A partir do predomínio da metade norte, a cidade de Jaguarão, assim como outras da fronteira sul e oeste do estado, não conseguiria mais um desenvolvimento econômico como outrora e a preponderância política do início do século XX. No caso específico de Jaguarão, restou o passado materializado em prédios ecléticos e na proximidade com os *free-shops* da vizinha cidade de Rio Branco/Uruguai. Martins (2001) argumenta uma falta de aplicação do capital excedente na produção:

É fato que alguns latifundiários criadores de gado conseguiram privilégios bancados pelo Estado através de influências políticas, porém o que se observou ao analisar o processo histórico do Rio Grande do Sul, é que a região da fronteira sul, dependente fundamentalmente da pecuária, não induziu a um crescimento que gerasse uma futura industrialização nas suas cidades. Por sua vez, esta rede urbana pouco funcionou como apoio à produção rural, caracterizando-se sim como centro de apoio político e social (MARTINS, 2001, pág. 275).

A tentativa de transformação do centro urbano de Jaguarão em uma cópia das cidades europeias de estilo eclético mostrou-se de frágil sustentação, por não ser acompanhada de uma dinâmica social que desse um impulso capitalista e gerasse um mercado consumidor. No

entanto, a preservação dos prédios pela elite latifundiária, devido à estagnação econômica foi o que permitiu a constituição do patrimônio arquitetônico, embora seja um patrimônio de uma classe, foi ideologicamente estendida a toda a comunidade.

Atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizou o tombamento do perímetro histórico, com cerca de 800 imóveis incluídos, juntamente com a ponte binacional Visconde de Mauá. Espera-se que este ato venha valorizar a cidade como patrimônio cultural e possa servir de indutor de desenvolvimento econômico e efervescência cultural, pelo menos é o que se denota na reportagem de um jornal da cidade de Pelotas:

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) notificou o tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão, que abrange mais de 800 imóveis do centro da cidade e ainda uma área de entorno. Segundo o Prefeito Cláudio Martins (PT) a informação foi bem recebida no município, pois dialoga com o desenvolvimento social e econômico da cidade. Ao mesmo tempo, irão começar as obras do Centro de Interpretação do Pampa, nas ruínas da Enfermaria Militar, e neste final de ano será encerrada a primeira etapa das obras de restauro do Teatro Esperança, com recursos do Iphan. O Diretor de Patrimônio Histórico, Alan Melo, destaca que a aprovação de projetos arquitetônicos no perímetro abrangido pelo tombamento dependerá de aprovação do Iphan e isto já vem sendo tratado com o Instituto. Na próxima semana o arquiteto José Geraldo Vieira da Costa estará em Jaguarão para tratar dos procedimentos que serão adotados; a médio prazo poderá ser instalado um escritório do Iphan na cidade (DIÁRIO POPULAR, 2011).

No decorrer deste trabalho será questionado este tipo de postura das políticas oficiais, de uma visão calcada em bases econômicas e de uma ideia de cultura atrelada aos chamados centros culturais do país, os quais exportam seus valores locais como sendo universais. A perda da identidade local com este modo de revitalização do patrimônio cultural terá neste trabalho uma atenção especial, ensejando a proposição de ações de educação patrimonial, como será visto no capítulo final.

Na foto abaixo, têm-se alguns destes prédios tombados, como a Prefeitura Municipal e outros, de uma foto antiga, mas na sua maioria preservados atualmente.



Foto 1.7 – Prédio da Prefeitura Municipal (canto, à esquerda).

Fonte: IHGJ.

No próximo subcapítulo, será abordada a história da Enfermaria Militar correlacionada com a história da cidade apresentada acima, tendo o foco nas fases de uso do prédio. A primeira fase como unidade de saúde do Exército e posteriormente como ruína, após a depredação efetuada pela população, chegando ao término com o projeto do Centro de Interpretação do Pampa, que tem a intenção de revitalizar as ruínas.

1.2 A Enfermaria Militar

Por ser uma região de conflitos, a cidade de Jaguarão sempre teve importante efetivo militar, demandando uma estrutura de apoio como quartel e hospital. Nesse sentido, no final do século XIX foi erguido um Hospital Militar que ficou mais conhecido como Enfermaria Militar, apesar de seu porte e pessoal médico envolvido. Franco (2001) nos fala da importância desta característica militar:

Ponto de passagem de exércitos em trânsito, foco de incipientes charqueadas, entreposto comercial à beira da fronteira móvel de duas nações em gestação, a Guarda do Cerrito não poderia ter sido uma idílica aldeia camponesa, obediente ao sino da igreja e aos sermões do vigário. Era certamente um lugar de vida aventureira, sujeita não somente aos respingos das refregas guerreiras, como ao impacto das ambições desatadas entre toda a espécie de pioneiros que se instalavam junto à fronteira (FRANCO, 2001, pág. 39).

A construção do prédio¹⁴ em estilo neoclássico, de proporções consideráveis, com aproximadamente 7.000 m², continha dependências como farmácia, quartos para enfermos, divididos entre soldados e oficiais, cozinha, gabinete de atendimento médico, alojamento para presos enfermos e dormitório para médico e enfermeiros. Também dispunha de amplo pátio interno com portas em forma de arco voltado para o mesmo e um grande corredor interno em forma de “u”, que dava acesso às dependências. Sua fachada apresentava grandes janelas, uma grande porta de entrada encimada por um frontão com duas colunas e elevação do terreno por meio de um porão.

Abaixo, o depoimento do senhor José Albertino Teixeira, que serviu como militar na enfermaria, destacando a parte interna dos corredores. Esses depoimentos são carregados de admiração pela estrutura do prédio e também de sua função na comunidade.

Tinha um corredor, que chamavam naquela época, como é “passadiço” (sic) no tempo do [...] idosos, que agora já foi adiantando [...] evoluindo mais [...] então, naquela época, a coisa mais linda que tinha. Tinha um portão nos fundos e um pátio muito grande, quem entrava pela frente, entrava pela esquerda e pela direita, era um corredor assim, com uma porta bem no centro e um corredor da direita e entrava e fazia uma curva, uma volta, mas muito lindo, um fogão grande que era igual a isso aqui ó [...] bem grande o fogão. E falavam naquela época, falavam o seguinte, que a patrulha passava por ali, porque tinha uma cadeia embaixo, tem até hoje lá, não sei se já tiraram aquelas grades (INSTITUTO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2011).

Como se pode perceber, na planta original do prédio abaixo (fig. 1.3), sua configuração interna propiciava uma ampla circulação entre as dependências, bem iluminadas e arejadas, como ditavam os preceitos sanitários da época. A esquerda, na sequência, estava o corpo da guarda, sala do médico, gabinete do médico, enfermaria dos presos, quarto para o enfermeiro, arrecadação, quarto para o farmacêutico, farmácia, quarto para operações e latrina.

À direita, encontra-se a enfermaria para oficiais, para graduados, para soldados (duas dependências), quarto da enfermagem, despensa e cozinha. Ao fundo, o depósito de cadáveres. Em 1915, houve o acréscimo de uma capela, no lado esquerdo e a construção de um necrotério, no lado direito, quase fechando o “u” inicial, ficando apenas um portão de acesso ao pátio interno.

Uma galeria circundava os quartos, a qual continha grandes janelas voltadas para o pátio em forma de arco, encimada com armações de ferro e vitrais. O piso era em sua maioria

¹⁴ O prédio da antiga Enfermaria Militar teve sua construção iniciada em 1880 e finalizada em 1883, sendo a construção dirigida pelo Capitão Carlos Soares, por ordem do Ministro da Guerra, Visconde de Pelotas. Este local servia de atendimento médico para os militares do 3º Batalhão de Infantaria Pesada, estacionado em Jaguarão (N.A.).

de madeira, possuindo algumas dependências com piso hidráulico. Ao longo do tempo, suas dependências internas mantiveram as características iniciais, com poucas modificações. Possuía um poço de abastecimento de água que muitos anos depois, foi substituído por abastecimento proveniente de uma central hidráulica de um terreno próximo, construída para esse fim.

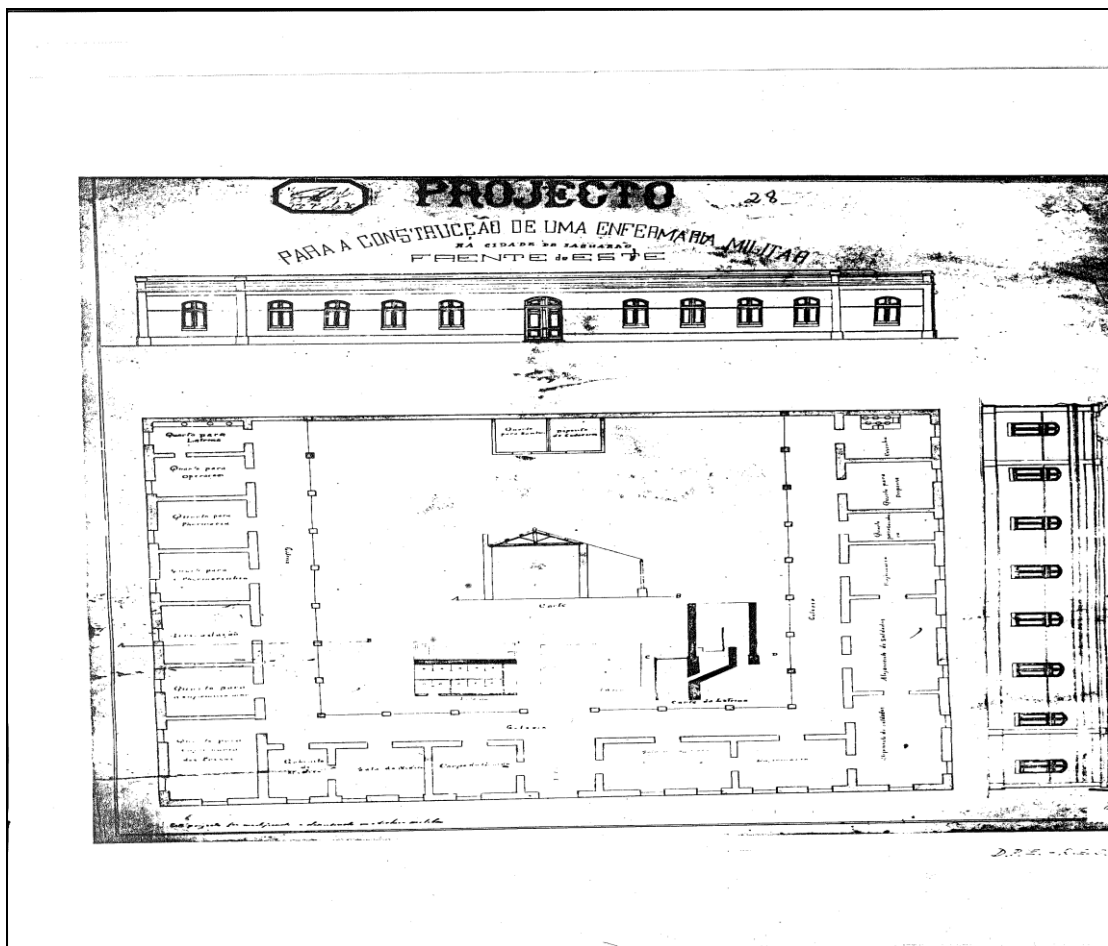


Figura 1.3 – Planta baixa da antiga Enfermaria Militar, projeto inicial.

Fonte: IHGJ.

A sua localização é num dos pontos mais altos da cidade, conhecido como Cerro da Pólvora, com vista para a cidade e a fronteira, dividida pelo rio Jaguarão. Um pouco acima de sua área, há indícios escritos da existência de uma fortificação, mandada construir pelo Duque de Caxias, quando de sua passagem como Presidente da Província do Rio Grande do Sul, no entanto, sem vestígios materiais de sua presença. A denominação de Cerro da Pólvora

derivaria dessa fortificação ou dos explosivos utilizados durante a construção da Enfermaria Militar.

O atendimento à população se dava pelos enfermeiros militares à comunidade do entorno, de forma esporádica, conforme depoimento do senhor Elimar Brum, que foi enfermeiro naquela instituição:

Alguém que pedisse pra fazer, aqui debaixo, dentro da cidade, um senhor velho lá, e eu fiz acho que duas ou três injeção nele. E os outros, os meus colegas quando tavam de serviço que dava pra ele. Mas a morena essa foi só eu que fiz [...] (INSTITUTO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2011).

Durante a década de sessenta do século XX, a importância como instalação de saúde foi decrescendo, e progressivamente foi sendo esvaziada de suas funções originais, sendo utilizado o prédio como escola de aplicação e durante o golpe civil-militar de 1964, serviu como prisão temporária de presos políticos. Com a transferência da unidade militar do 13º Regimento de Cavalaria para Porto Alegre, foi abandonada definitivamente, conforme depoimento da senhora Eci Duarte:

Ai eu falei [...] Eu dei aula lá na enfermaria. Sim [...] era um pré-estágio que a gente fazia. Nós éramos alunas do pré-estágio normal na época. E antes de começar [...] fazia [...] e como ficou antes era uma enfermaria [...] ate sessenta, sessenta e poucos, sessenta foi o ano que a gente veio pra Jaguarão [...] a minha irmã disse que em 62 ela foi visitar alguém lá que era nosso amigo. Ele tava no quartel e que tava doente. Então ainda era enfermaria. Ai depois terminou [...] não sei se foi o quartel que se mudou não sei o que aconteceu que acabou [...] que não tinha mais enfermaria lá [...] como ficou assim sem uso. Ai as irmãs resolveram fazer uma escola, um anexo da escola normal [...] tinham uma diretora, uma equipe. (INSTITUTO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2011).

Na foto abaixo, tem-se o prédio apresentando sua fachada e parte lateral, onde se destacam as janelas e as colunas da parte frontal. O terreno em torno do prédio era composto de campos, com poucas construções e na parte traseira existia uma pedreira, da qual foi usado material para construção da própria enfermaria. O frontão com colunas de estilo dórico demonstrava sobriedade e impunha dignidade ao conjunto. A grande porta de acesso compunha-se de madeira trabalhada e as paredes internas do hall de entrada possuíam escariolas, que era uma técnica utilizada na imitação do mármore.



Foto 1.8 – Antiga Enfermaria Militar de Jaguarão.

Fonte: IHGJ.

Entre a saída da antiga unidade militar responsável pelo prédio e a vinda da nova unidade, houve um hiato de tempo em que o prédio ficou sem uso, o que iria selar seu destino.

1.3 Fase de ruínas

Com o abandono das instalações da Enfermaria Militar, em um dado momento, entre o final da década de sessenta e início de setenta, houve a depredação do prédio pela comunidade. Essa depredação teria ocorrido de forma abrupta, por conta de um boato de que o Comandante da guarda remanescente teria autorizado uma pessoa a retirar algum material, então, a população do entorno começou a depredação, como consta em depoimentos orais.

A seguir a transcrição do depoimento do senhor José Cassiano Gomez dos Santos, que serviu como militar em Jaguarão na época do funcionamento da enfermaria.

Uma mulher pediu pro comandante, as telhas do isolamento, que tinha caído não pode levar, ela tava tirando ai passou alguém não o comandante me deu mas vinham tal [...] parecia formiga [...] daí avisaram [...] tinha gente de caminhão pra levar as coisas daí tiveram que botar as coisas ai pra dentro daí começou a destruição daí

começou os maloqueiros [...] naquele tempo eram os maloqueiros que tomavam conta daqui os drogados [...] agora disseram que tinha um xadrez aqui xadrez eu nunca vi foi xadrez na época da revolução que pegaram os comunistas tudo e trouxeram pra cá[...] (Instituto de Memória e Patrimônio, 2011).

Esse fato é muito controverso na cidade, pois não se encontrando referência escrita através de jornais, nem fotos do acontecimento, alguns depoimentos reportam a duração da depredação em um dia, outros em uma semana, mas todos indicam um período curto, que transformou o prédio em uma ruína, tal foi a intensidade da depredação. Também há um silêncio quando se menciona as responsabilidades pela guarda do prédio, já que o Exército estava em processo de mudança de cidade e as autoridades locais não interferiram para frear o processo.



Foto 1.9 – Vista noroeste das ruínas, ao lado esquerdo, o antigo necrotério, ao centro, o pátio interno circundado pelas portas em arcos.

Fonte: Brasil Arquitetura, 2010.

A destruição foi tal, que o imponente prédio ficou sem telhado, janelas, portas e piso. As intempéries acabaram por deixar a construção em ruínas, apresentando um aspecto de antiguidade que na realidade era um estado recente. Embora o país vivesse sob um regime de ditadura militar, com rígidas regras de segurança, a população não teve dificuldade para efetuar a ação de retirada de materiais, danificando uma instalação que tantos serviços prestaram à comunidade.

Talvez por estar em um ponto isolado da cidade e sem qualquer aparato de segurança, tenha sido mais fácil a sua depredação. Nem mesmo como moradia ou outro uso qualquer de

suas instalações foi cogitado pelas autoridades, sendo o prédio invadido e simplesmente depredado. Seus materiais ficaram espalhados pela cidade, utilizados por particulares, inclusive a mobília que ainda existia em seu interior.

Em 1977, a área foi novamente registrada em nome da União Federal, já que o registro anterior perdeu-se em um incêndio. Em 1981, houve uma tentativa de venda do prédio.¹⁵ Neste período de abandono, as ruínas se transformaram em local de visitação esporádica de turistas, por conta de sua localização e das histórias envolvidas, assim como utilizadas pela comunidade do entorno para lazer e também de encontro de jovens, os quais deixaram diversas inscrições nas paredes.



Foto 1.10 – Interior das ruínas da Enfermaria Militar.

Fonte: Brasil Arquitetura, 2010.

Além disto, seu interior foi usado como depósito de lixo pela comunidade, descartando objetos, e no período noturno como local de vandalismo. Houve um aparente descaso pelas autoridades da cidade que, naquele momento, não tinham o interesse para a conservação do

¹⁵ Informadas contidas no processo 47.068-19.00-SEC/86 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE-RS), que contém a justificativa para o tombamento das ruínas da antiga enfermaria militar de Jaguarão (N.A.).

prédio, até mesmo pelo fato da cidade estar passando um momento de estagnação econômica, com a degradação de outros prédios públicos no centro urbano.



Foto 1.11 – Vista sudeste das ruínas, com destaque para o frontão e janelas em arco.

Fonte: Brasil Arquitetura, 2010.

No início da década de oitenta, alguns jovens estudantes de Arquitetura da Faculdade Ritter dos Reis, de Porto Alegre e posteriormente da Universidade Federal de Pelotas, resolveram realizar um levantamento arquitetônico dos prédios da cidade, na forma de inventário, com vistas à preservação do patrimônio. Esse projeto foi denominado de Jaguar¹⁶, o qual englobou diversas ações além do inventário, como por exemplo, a valorização das ruínas da Enfermaria Militar como integrante do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão. Veremos com mais detalhes este movimento no subcapítulo sobre a ativação patrimonial da antiga Enfermaria Militar. Sobre o projeto Jaguar, noticiava o jornal da UFPEL:

Em setembro de 1983, a UFPEL e a Prefeitura Municipal de Jaguarão firmaram convênio, tendo por finalidade a conjugação de esforços para “o desenvolvimento de um programa de cooperação técnico-cultural-científica e de extensão” no referido município, através de projetos específicos [...] Com base em tais premissas, a pró-reitora de Extensão através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

¹⁶ A primeira ação referente à preservação do patrimônio cultural de Jaguarão, mapeada neste trabalho, é o Projeto Jaguar, de 1982. A ideia surgiu quando dois moradores de Jaguarão, Jorge Garcia e Valdo Nunes, estudavam arquitetura na Faculdade Ritter dos Reis, em Porto Alegre. Durante as discussões na disciplina de Arquitetura Brasileira, ministrada na época pelo professor Nestor Torelli Martins, os dois alunos perceberam que Jaguarão tinha uma arquitetura representativa (ZORZI, 2012, pág. 62).

Universidade resolveu instituir programa, objetivando a recuperação das ruínas da enfermaria militar, a começar pelo levantamento físico, histórico e fotográfico, seguido da limpeza do terreno, implantação de placa de identificação do projeto, análise e diagnóstico e estudo de viabilidade (JORNAL DA UFPEL, 1987, pág. 15).

No entanto, a Enfermaria Militar foi tombada como bem arquitetônico (1990) e sua preservação enquanto espaço físico, mesmo em ruínas, garantida. A sua memória foi sendo registrada pela população de diversas formas, principalmente pela tradição oral, que tomava matizes variados de acordo com cada interlocutor.

De acordo com ZORZI (2012), em uma pesquisa com 175 pessoas realizada com seguinte pergunta: cite três exemplos de patrimônio cultural da cidade, as respostas obtidas foram:

Os bens mais citados foram: a Ponte Internacional Mauá (80 pessoas), o Museu Carlos Barbosa (77), a Antiga Enfermaria Militar (54), a Praça Dr. Alcides Marques (38), o Teatro Esperança (36), a Casa da Cultura (21), os prédios antigos (19), a Prefeitura Municipal (15), a Igreja Matriz Divino Espírito Santo (11), as Igrejas (10), a arquitetura (09), a Biblioteca Pública Municipal (09), o Cine Regente (08), a Igreja Imaculada Conceição (08), o Rio Jaguarão (06), as portas antigas (05), o Instituto Histórico e Geográfico (04) e a Praça do Regente (04) (ZORZI, 2012, pág. 105).

Embora a pesquisa não seja ampla e sua metodologia possa ser discutida, é inegável que o patrimônio cultural da Enfermaria Militar é lembrado como referência, e isto levando diretamente aos períodos de uso do prédio, sejam como unidade de saúde ou ruínas. O fato é que até o surgimento do projeto do Centro de Interpretação do Pampa, o prédio era lembrado de uma forma e vinculado a certo tipo de uso.

No ano de 2009, as ruínas da Enfermaria Militar, novamente, viriam a ser protagonista na área do patrimônio cultural na cidade de Jaguarão, por conta da possibilidade da sua revitalização através de um projeto arquitetônico, uma ideia de transformar o local em um complexo cultural, um centro de interpretação¹⁷, tão em voga no meio museológico atual. A concepção deste projeto partiu da prefeitura em parceria com o IPHAN e a adesão posterior da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), conforme nos destaca o jornal local:

¹⁷ Uma das aplicações da museologia do território é o centro de interpretação. Nascido na América do Norte, sobretudo nos parques naturais, esse método de valorização do patrimônio desenvolve-se por toda parte como meio de apresentação de um patrimônio de proximidade: sítio natural, arqueológico, histórico, espaço característico de uma paisagem, de um modo de vida, de uma aldeia ou bairro. Não repousa unicamente em coleções ou mesmo em objetos tridimensionais, mas pode utilizar todos os meios modernos de explicação, de ilustração e de demonstração. Aqui, o patrimônio está fora, o comentário está dentro: ele prepara o visitante, o aluno, o pesquisador à atividade que se tornará uma descoberta pessoal à medida que o sítio seja percorrido (VARINE, 2012).

[...] Também num segundo momento, firmou-se o convênio entre a UNIPAMPA e a Prefeitura Municipal de Jaguarão, que tem por objetivo dar continuidade ao desenvolvimento do projeto do Centro de Interpretação do Pampa, sendo que ambos se responsabilizaram de cooperar para a implantação e a gestão desse importante espaço cultural que será erguido nas ruínas da Enfermaria Militar (A FOLHA, 2010, pág. 8).

Essas parcerias foram possíveis por conta de uma conjugação de fatores, como a instalação da UNIPAMPA com um campus na cidade de Jaguarão e a contratação de especialistas em patrimônio cultural pela prefeitura. Também o fato de a política do IPHAN voltar seu olhar para a fronteira sul do Rio Grande do Sul, inserindo o tombamento de conjuntos urbanos. Esses esforços permitiram que a prefeitura, juntamente com a universidade, realizasse a contratação do arquiteto Marcelo Ferraz para confecção de um projeto arquitetônico e museográfico de revitalização das ruínas, discutidos em parte com a comunidade e aprovado pela Câmara de Vereadores.

O projeto elegeu o Bioma Pampa¹⁸ como elemento norteador da criação de um Centro de Interpretação do Pampa (CIP), onde as ruínas revitalizadas abrigariam um museu de concepção tecnológica e interativa, assim como equipamentos culturais: auditório conjugado com anfiteatro e prédio de apoio e de exposições temporárias. Atualmente encontra-se em fase de implantação com as obras iniciadas em dezembro de 2011. Zorzi (2012), apresenta a visão do prefeito de Jaguarão sobre o entorno do CIP:

De acordo com o prefeito, existe um projeto de “revitalização” do Cerro da Pólvora, incluído no PAC-2. Através do investimento 197 famílias receberão regularização fundiária e esgotamento sanitário individual. Destas famílias, dez serão beneficiadas com moradias realocadas e 86 com moradias reformadas. Ainda é prevista a construção de um espaço de lazer, utilizando a área das pedreiras, com praça (brinquedos, palco para eventos, banheiros e espaço para reuniões da comunidade) e área esportiva, com campos de futebol e quadra de vôlei. Também serão feitas sinalização, drenagem, construção de calçadas e pavimentação (ZORZI, 2012, pág. 93).

A intenção do projeto, segundo seus idealizadores, é de dar uma nova fisionomia na comunidade do Cerro da Pólvora, local das ruínas da Enfermaria Militar, dotando a cidade de equipamentos culturais inéditos e descentralizados do núcleo urbano, proporcionando às famílias menos favorecidas daquela região um espaço qualificado para lazer cultural. Também, dotar a cidade de um atrativo turístico que possa canalizar o movimento de pessoas

¹⁸ O termo Pampa foi cunhado no idioma indígena quéchua, em tempos pré-colombianos, e significa região plana. Essa denominação estava ligada às paisagens de extensas planícies com topografia suave ou levemente ondulada, cobertas por vegetação baixa, predominante em uma área de clima temperado que se estende a partir da patagônia argentina, em seu limite sul, até as encostas do planalto sul - brasileiro no Rio Grande do Sul, em seu limite norte. No Brasil, o Bioma Pampa possui uma área de 178.243Km² e está restrito ao Rio Grande do Sul, ocupando cerca de 63% do estado e 2% do Brasil (RIBEIRO; MELO, 2011, pág. 10).

que se dirigem aos *free-shops* da cidade, uruguaia, vizinha, gerando um pólo indutor de desenvolvimento econômico.

Ao final deste capítulo, será realizado um histórico do processo de constituição do patrimônio cultural que é a Enfermaria Militar de Jaguarão, através da contextualização de sua história com a da cidade. O entendimento é de que a revitalização de um patrimônio cultural edificado não passa somente pelos aspectos construtivos, mas sim de como o contexto social, historicamente constituído, é essencial para a referida revitalização, para que não se sobreponham identidades e memórias àquelas que passaram.

Também teve como intenção este histórico, evitar erros no que concerne ao desconhecimento dos diversos usos do prédio da Enfermaria Militar, das pessoas que por lá estiveram e contribuíram para a formação de uma identidade e memória. Para o sucesso da empreitada do novo uso que se dará à Enfermaria Militar, é imprescindível a valorização dos usos passados e sua utilização como parâmetro, não de funcionamento e estrutura, mas de conteúdo, para que os visitantes e usuários do futuro Centro de Interpretação do Pampa compreendam a importância que teve e continuará tendo a Enfermaria Militar. Nas palavras de Horta (1999), relaciona-se o conceito de patrimônio com apropriação do passado:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu “patrimônio” são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. O patrimônio, como o nome diz, é algo herdado de nossos pais e antepassados. Essa herança só passa a ser nossa, para ser usufruída, se nos apropriarmos dela, se a conhecermos e reconhecemos como algo que nos foi legado, e que deveremos deixar como herança para nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no tempo e na história (HORTA, 1999, pág. 02).

A memória da comunidade sobre a Enfermaria Militar, relatada nas formas orais, além de ser testemunho dos usos daquele local, das experiências e emoções, do convívio das pessoas que lá estiveram, é muito importante para que não se perca a identificação com o local. Neste sentido, a história da Enfermaria Militar é tributária destes testemunhos, haja vista a riqueza destas fontes orais, as quais propiciam um diálogo mais sensível com as novas gerações. Nesse sentido, vamos ao encontro das palavras de Costa (2002):

Distingui-se aqui a memória coletiva da memória social oficial. A memória coletiva é constituída de vários tipos: memória nostálgica, afetiva, rejeitada, esquecida, etc. Esta memória coletiva é a interpretação que um grupo social dá a seu passado, sendo assim uma memória interpretativa e adaptativa. Tendo em vista que ela engloba memórias individuais, ela é naturalmente conflituosa porque todos os indivíduos não tem necessariamente a mesma memória dos acontecimentos. Entretanto ela é viva, emotiva e permite que o passado tenha um significado. Diferentemente, mas de maneira complementar a memória social oficial é uma memória formal, obrigatória, nacional e histórica no mesmo sentido em que se concebia a história com H

maiusculo e não como um processo de construção social no qual o conjunto da sociedade participa (COSTA, 2002, pág. 146).

No próximo capítulo, em que será tratado o projeto do Centro de Interpretação do Pampa, será essencial o componente histórico agora apresentado, para avaliarmos o quanto os propósitos estão consoantes com o respeito à memória e à identidade da comunidade, de sua apropriação do projeto e de apontarmos possíveis problemas e soluções na condução do projeto durante sua implantação, para democratizar o diálogo e oportunizar a construção da participação efetiva da comunidade, após seu término.

2 O PROJETO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA

Neste capítulo, será apresentado o projeto do Centro de Interpretação do Pampa (CIP) no que tange ao partido arquitetônico adotado, às concepções do arquiteto idealizador, sua inserção no patrimônio cultural da Enfermaria Militar, detalhes da futura exposição museográfica, com o objetivo de aprofundarmos os critérios que nortearam sua concepção.

A adoção deste projeto pelos gestores municipais foi precedida de intensos debates, principalmente no legislativo municipal, e ainda continua gerando polêmica, apesar da obra estar em andamento. Por isto, a necessidade de conhecer os aspectos técnicos da proposta arquitetônica para depois poder inferir-se nas suas motivações e de que forma isto irá afetar seu funcionamento depois de instalado.

A necessidade de tal análise é primordial para as propostas de educação patrimonial a serem apresentadas nesta dissertação. O conhecimento sobre como os idealizadores do projeto previram o seu funcionamento; a forma de interação com a comunidade; sua forma de gestão, no que concerne ao projeto museológico e museográfico, permitirá que além de conhecê-los possam analisá-los nestes aspectos, para que sirvam de paradigma em outras intervenções no patrimônio cultural da cidade e de outras regiões.

A educação patrimonial começa aqui, com a democratização das informações e sua análise, as quais posteriormente serão disponibilizadas com a divulgação deste trabalho. Sobre isto, será tratado no capítulo dedicado a esta temática.

2.1 Concepções e motivações do arquiteto projetista

Ao se analisar uma obra arquitetônica, neste caso um projeto de revitalização de um patrimônio cultural, configura-se como essencial conhecer o pensamento dos idealizadores do projeto. No presente caso, o projeto ficou concentrado na figura do arquiteto Marcelo Ferraz que através de seu escritório, Brasil Arquitetura, traçou as definições construtivas do novo complexo a ser construído. Embora tenham participado consultores de áreas como a história, expografia e outros, a principal autoria do projeto como um todo recai sobre Marcelo Ferraz.

Portanto, nesta parte do trabalho, será apresentado quem é o arquiteto idealizador, Marcelo Ferraz, através de suas ideias e projetos. Não é intenção aqui, emitir julgamentos de mérito acerca de seu trabalho, até porque não se tem elementos para isto, mas sim destacar certas características que se julga despontar de sua linha de trabalho e analiticamente estimular certas injunções, as quais venham colaborar para o entendimento do porquê de sua atuação na área do patrimônio cultural.

Marcelo Ferraz nasceu na cidade de Carmo no estado de Minas Gerais, no ano de 1955 e graduou-se em Arquitetura pela Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1978. Ainda no ano de 1977 faz estágio com o arquiteto¹ Lina Bo Bardi quando da construção da sede do Serviço Social do Comércio (SESC), denominado de Fábrica Pompéia. Em 1979 funda o escritório Brasil Arquitetura S/C Ltda, com os arquitetos Francisco de Paiva Fanucci e Marcelo Suzuki, onde realiza projetos para os mais diversos fins.

Entre os anos de 1986 a 1990 realiza com os arquitetos Lina Bo Bardi e Marcelo Suzuki, projetos de revitalização e recuperação do Centro Histórico de Salvador e em 1991, juntamente com os arquitetos Lina Bo Bardi, André Vainer e Marcelo Suzuki, o projeto para a nova sede da Prefeitura do Município de São Paulo, no Parque Dom Pedro II.

No ano de 1994 exerce atividade didática como professor da disciplina de Projeto no curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, e em 1997 obtém o 1º lugar no concurso internacional de projetos para recharacterização do Bairro Amarelo, em Hellersdorf, Berlim. Em 1999 é curador das exposições “Mies van der Rohe” e “P.M. Bardi e a Arquitetura”, na IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.

Em 2003 e 2004 coordena o Programa Monumenta (Ministério da Cultura) para recuperação dos sítios históricos urbanos em todo o país, em 2006 exerce atividade didática como professor convidado no Ruth and Norman Moore Visiting professor da Universidade de Washington, em Sant Louis, EUA. Em 2007 é vencedor da Exposição Geral de Arquitetos, da VII BIA - Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo com o projeto Museu Rodin Bahia. Atualmente, trabalha no projeto e execução do Centro de Interpretação do Pampa na

¹ É tradicional no ramo da arquitetura referir-se como o arquiteto, tanto para homens como para mulheres na forma de tratamento. Conforme o dicionário Aurélio: s.m. O que exerce a arte de projetar edifícios e lhes superintende a construção. / Fig. P. ext. Todo aquele que delinea ou traça os planos de qualquer empreendimento: o arquiteto da nossa vitória. // Supremo Arquiteto, Deus (Dicionário Aurélio *on-line*. Acessado em 27/01/2014).

cidade de Jaguarão (RS), que será órgão complementar da Universidade Federal do Pampa, dentre outros projetos de sua autoria².

Observa-se que o arquiteto Marcelo Ferraz tem larga experiência em sua área de atuação, também atuando na área do patrimônio cultural. Mas existe no projeto do CIP uma questão: qual sua linha de pensamento para projetar o CIP e principalmente seu antecedente ideológico? Pode-se dizer que Marcelo Ferraz é tributário da tradição modernista brasileira da arquitetura, iniciada na década de 1930, com a proposta de renovação e contraposição aos estilos anteriores de construção de prédios, como descrito em suas próprias palavras:

Temos assim, no Brasil dos anos 1930, o surgimento concomitante das primeiras formulações e estudos críticos sobre o passado e a formação da arquitetura e do urbanismo, e o nascimento do movimento moderno na arquitetura. Em ambas as frentes, atuava intensamente o arquiteto e urbanista Lucio Costa. Com um grupo de arquitetos do Rio de Janeiro, a chamada Escola Carioca (Oscar Niemeyer, A. E. Reidy e outros), Lucio realiza o projeto que vai marcar para sempre um novo tempo na arquitetura: a sede do Ministério da Educação e Saúde. A criação deste edifício – que teve também a participação de Le Corbusier – viria apontar a direção de um novo futuro, transformando-se no marco zero da arquitetura moderna brasileira (FERRAZ, 2011, pág. 25).

A arquitetura moderna no Brasil esteve ligada desde o seu princípio, ao Estado brasileiro³, notadamente com a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, onde os arquitetos modernistas realizaram uma construção ideológica que serviu de paradigma aos processos de tombamento de prédios, ou seja, ao mesmo tempo em que propunham soluções arquitetônicas novas, atuavam também na idealização de um passado dito brasileiro, para sua valoração como patrimônio histórico. Será visto com mais profundidade o aspecto da preservação patrimonial, no próximo capítulo. Por ora, detêm-se na influência moderna sobre o arquiteto Marcelo Ferraz.

Apenas como exemplo desta vinculação com o Estado, se tem o projeto e a construção do prédio do antigo Ministério da Educação e Saúde (fig. 2.1), na era Vargas, o qual teve a concepção de arquitetos modernistas como Lúcio Costa, de paisagistas como Burle Marx e de pintores como Di Cavalcanti. Ao término da obra o prédio foi tombado pelo SPHAN como patrimônio arquitetônico. Embora tenha havido um concurso para escolher o melhor projeto

² Informações extraídas do sítio eletrônico do escritório Brasil Arquitetura (N.A.). <<http://www.brasilarquitectura.com.br>> Acesso em: 27 de maio de 2013.

³ No Brasil, a arquitetura moderna teve suas origens na parceria formada em meados dos anos 1920 entre Lúcio Costa e Gregori Warchavchik, um arquiteto russo emigrado que havia sido influenciado pelo Futurismo durante seus estudos em Roma e que foi responsável pelas primeiras casas cubistas do Brasil. Com a revolução liderada por Getúlio Vargas em 1930 e a nomeação de Costa como diretor da Escola de Belas-Artes, a arquitetura moderna passou a ser acolhida, no Brasil, como uma questão de política nacional (FRAMPTON, 2008, pág. 310).

arquitetônico, houve a interferência do governo para que o projeto modernista fosse o escolhido.

Este estilo de construção foi amplamente espalhado pelo Brasil como uma nova arquitetura, vinculada ao urbanismo crescente da sociedade brasileira e a ascensão de uma burguesia capitalista voltada ao desenvolvimento econômico do país. Foi um esforço empreendido pelo governo nacionalista de Getúlio Vargas de atuar em várias áreas, como a educação, cultura, trabalho e no caso, a arquitetura. Não que os arquitetos do período fossem totalmente partidários desta ideologia, mas concordavam, em parte, principalmente, no que tange à questão do nacionalismo e desenvolvimento.



Foto 2 – Edifício Gustavo Capanema, antiga sede do Ministério da Educação e Saúde (MES).

Fonte: Wikipédia.

Marcelo Ferraz trabalhou no início de sua carreira com o arquiteto Lina Bo Bardi⁴, a qual foi responsável, dentre outros projetos, pela construção do Museu de Arte Moderna de

⁴ Nas palavras de Marcelo Ferraz: Romana, nascida em 5 de dezembro de 1914, Lina Bo Bardi teve toda sua formação no que podemos chamar de Era do fascismo. [...] Na juventude universitária e como arquiteta recém-formada-durante a guerra-, como membro da resistência comunista. [...] Em 1946, casa-se com o *marchand*, crítico de arte, jornalista e polemista P. M. Bardi e embarca para o Brasil numa viagem de passeio. [...] Ao chegar no Riode Janeiro, o casal Bardi é convidado por Assis Chateaubriand, magnata das

São Paulo (MASP). Trabalhariam os dois em vários projetos, sendo a influência dela muito importante na constituição dos seus futuros projetos. Lina Bo Bardi, de origem italiana, veio a radicar-se no Brasil e aqui desenvolver e ser reconhecida internacionalmente, por seus projetos ousados e a preocupação pela utilização dos prédios projetados para serem utilizados por uma ampla camada da população. Nas palavras de Ferraz (2011):

Eu sinto que Lina se dedicou muito a nós, investiu em seus colaboradores (no início, André Vainer e eu; a partir de 1986 entra também o Marcelo Suzuki). A experiência com Lina foi marcante, não somente como formação arquitetônica, abertura de horizontes, mas principalmente, como formação de uma espinha dorsal forte no comportamento e na postura diante de um mundo ao mesmo tempo maravilhoso e injusto (FERRAZ, 2011. Pág. 37).

Nota-se que a influência de Lina Bo Bardi⁵ foi decisiva em sua formação, a qual fazia parte do movimento moderno da arquitetura. Outro ponto importante foi que Marcelo Ferraz e Lina Bo Bardi trabalharam na restauração e revitalização de prédios históricos. Nesses projetos procuravam valorizar as características de uso pelas pessoas, incorporando aspectos da arquitetura moderna aos prédios antigos, como forma de potencialização desses espaços. Ainda segundo Ferraz (2011):

Tivemos algumas experiências de intervenção no patrimônio histórico com a Lina. No SESC Pompéia foi fundamental; mas também na Estação Guanabara, onde demolíamos prédios antigos – não é porque é antigo, ou velho, que é bom. Esse posicionamento diante do patrimônio fazia nosso trabalho excitante. Excitante porque sabíamos que, um passo adiante, estaríamos numa guerra com os órgãos do patrimônio histórico (FERRAZ, 2011, pág. 39).

Denota-se que nos projetos de Lina Bo Bardi, a intervenção no patrimônio cultural edificado vai muito além da restauração, passa por um processo criativo de inovação e potencialização de uso, o que influenciará nos projetos de Marcelo Ferraz, no que concerne à revitalização de prédios históricos, passando desde a planta arquitetônica até o mobiliário utilizado, um envolvimento de toda a obra. Veremos isto em detalhes mais adiante, quando

comunicações, a ficar no Brasil para criar um museu de arte, que acabou sendo fundado em São Paulo. [...] Sem abrir mão da formação racionalista (defensora ferrenha do movimento moderno), com sua enorme erudição, Lina mergulha no mundo brasileiro para projetar um museu nos trópicos, para um povo novo, mestiço, sem o peso e as amarras do passado, costumava dizer. [...] É arquitetura de ponta, que lança mão da mais avançada tecnologia construtiva, quando usa o concreto protendido, vencendo grandes vãos, ou o ferrocimento nas recuperações históricas e que, ao mesmo tempo, não abre mão da vida cotidiana e do modo de viver de um povo. [...] Em seus projetos, Lina abandona a ideia da composição de fachada ou do belo clássico, abandona a preocupação formal. Ela não procurava a beleza e, sim, a poesia, e assim como na poesia, admitia em sua arquitetura as contradições, os acidentes de percurso durante a obra, as contingências (FERRAZ, 2011, pág. 49).

⁵ Em texto de Pietro Bardi (1993, pag.44), Lina declara: [...] “é nesse novo sentido social que se constituiu o Museu de Arte de São Paulo, que se dirige especificamente à massa não informada, nem intelectual”.

tratarmos do projeto do Centro de Interpretação do Pampa. Na foto abaixo, um projeto de revitalização de uma antiga fábrica, em que trabalharam juntos Lina Bo Bardi e Marcelo Ferraz.



Foto 2.1 – SESC Vila Pompéia, antiga fábrica revitalizada pelo projeto de Lina Bo Bardi. Fonte: Wikipédia.

Esta visão do patrimônio cultural adotada por Marcelo Ferraz, de que nem tudo pode ser preservado e de que a funcionalidade e utilização pelas pessoas é a prioridade a ser dada, pode ocasionar certo descompasso com as políticas de órgãos gestores da política patrimonial que tendem a preservar o máximo possível as características originais dos prédios sob sua tutela. Neste ponto, é importante entender o olhar do arquiteto Marcelo Ferraz na área do patrimônio cultural. Como arquiteto⁶, é um técnico/inventor que tem de projetar soluções, seja a de um prédio tombado ou não, permitindo inserir os aspectos autorais ao seu trabalho, os da criatividade e os da fantasia, mas também às exigências de quem o contratou, a vontade dos gestores e, sempre que possível, às da comunidade. É uma relação complexa, na qual o

⁶ Arquiteto, o que exerce a arte de projetar edifícios e lhes superintende a construção; todo aquele que delinea ou traça planos de qualquer empreendimento, o que exerce a arte da arquitetura; aquele que forma ou fantasia planos, criador, inventor (COSTA, 1993).

arquiteto criador procura se envolver diretamente, com proposições firmes e diálogo constante na defesa de seus projetos, nas palavras do próprio Ferraz (2011):

É por isso que o arquiteto tem que ter uma consciência formada. Se nós somos arquitetos e vamos trabalhar para cliente público ou privado- tudo bem que eles são os clientes, que pagam o projeto, que pagam a nossa sobrevivência; mas temos que ter sempre o compromisso com a cidade, com a comunidade como um todo. Nós trabalhamos mesmo é para a cidade, para a sociedade, para a comunidade como um todo. Nisso eu estou com Alvar Aalto: “O arquiteto é um servidor da sociedade” (FERRAZ, 2011, pág. 181).

Outra característica importante de atuação do arquiteto Marcelo Ferraz, derivada da prática de Lina Bo Bardi, é a formatação do projeto como um todo, vinculada a muitas outras questões como mobiliário, museografia e o entorno do projeto. Esta atuação visa atingir vários aspectos que, de certa forma, estariam ao largo do projeto arquitetônico em si; esses aspectos são abarcados na obra de Marcelo Ferraz, através de consultorias ou de sua própria equipe:

De certa maneira, essa prática política acontece em todos os projetos, não só em relação ao patrimônio. É lógico que em alguns mais. Em relação ao patrimônio, por conta da complexidade, você envolve mais pontos de vista, mais questões, mais interlocutores, mais aspectos pré-definidos e essa prática política tem que ser, talvez, exercida com mais afinco. Mas ela acontece em todos os projetos em nosso escritório. Hoje mesmo estávamos nos deparando com questões do Museu do Pão. Questões que vão do agenciamento de dinheiro para pagar coisas da obra que não estavam previstas; economizar de um lado para poder cobrir um novo gasto... Isso é um exercício constante no projeto. Essa prática política acontece em projetos novos também (FERRAZ, 2011, pág. 46).

Neste ponto, nota-se que a figura do arquiteto é investida de uma responsabilidade enorme, além de um grande poder decisório em várias etapas do processo de construção e realização de um projeto. Como será visto adiante, esta é uma característica imposta pela escola moderna, através das práticas dos órgãos de proteção ao patrimônio, relegando aos outros profissionais da área do patrimônio cultural à função de consultores, ficando a última palavra com o arquiteto. Embora o arquiteto Marcelo Ferraz reconheça o papel da comunidade e dos gestores envolvidos no processo, ainda parece permanecer a visão de que cabe ao arquiteto a solução ideal, como criador, como um artista, em última análise.

Essa discussão entre o que preservar e o que destruir é muito delicado, no contexto do patrimônio cultural. Geralmente, ficam restritas aos órgãos de proteção e aos arquitetos, tendo pouca, ou nenhuma participação de outros profissionais, a exemplo de museólogos, historiadores, artistas e a população em geral, a qual irá frequentar esses espaços. Ainda persiste no Brasil a noção de que a concepção de um projeto ou obra, principalmente na área

cultural, deva ser restrita a poucos profissionais, enquanto em outras obras, como de infraestrutura, obtivemos avanços, com a previsão legal da existência de audiências públicas que servem de subsídios para o acolhimento de críticas e sugestões da comunidade interessada.

Este aspecto da presença da arquitetura moderna, ao lado de outros estilos históricos, em projetos de revitalização, é uma marca do trabalho do arquiteto Marcelo Ferraz, no que tange a obras envolvendo o patrimônio cultural. Algumas com mais liberdade de ação, outras menos; o fato é que há a intervenção do arquiteto como sujeito criador de um novo espaço, que não será mais aquele anteriormente utilizado ou historicamente datado, o que é normal e bem-vindo. Mas não se pode perder de vista a história e a memória das populações envolvidas.

Nesse sentido, compactua-se com as palavras de Horácio Gnemmi (1997): Um museu, além de ser edificado, deve ser tramado, urdido para poder funcionar como mecanismo da memória e estender seus efeitos até o imaginário.⁷

2.2 O projeto arquitetônico e museográfico do Centro de Interpretação do Pampa

Após o conhecimento das concepções do arquiteto Marcelo Ferraz, através de seus projetos anteriores e também relacionando o produto físico com seu discurso sobre a criatividade e a ação do arquiteto, será feita a apresentação do projeto do CIP, o qual engloba a museografia de exposição, e embora se trate de um Centro de Interpretação que, como foi visto, é diferenciado do museu tradicional, veremos que no referido projeto existem elementos que remetem a uma concepção, em parte, mais tradicional da exposição de objetos.

A ideia central do projeto é a de transformar as ruínas da Enfermaria Militar em uma sede de um complexo cultural, que além de revitalizar o prédio, pretende construir instalações adjacentes, como um anfiteatro, auditórios e prédios de apoio técnico e de salas para ensino e pesquisa. O eixo integrador temático é o Bioma Pampa, região geográfica que abrange não só o Brasil, como o Uruguai e a Argentina. Esta ideia nos é apresentada no projeto do CIP:

⁷ Apud COSTA, H. H. F. G. Espaços museológicos contemporâneos: exemplos do Quebec e da Bahia. In Canadart: Revista do Núcleo de Estudos Canadenses da Universidade do estado da Bahia. V. 9 – (jan./dez.2001) – Salvador: UNEB, 1993.

O tema central do Museu do Pampa é a singularidade da paisagem física e humana do que se chama Pampa, no quadro da experiência brasileira. Trata-se de um Museu Vivo no qual os visitantes poderão vivenciar a especificidade e a riqueza da natureza, da cultura e da história irrepetível da região. O objetivo maior é fazer com que as pessoas mergulhem no universo do Pampa, através da vivência de experiências afetivas e intelectuais relacionadas aos diferentes âmbitos da vida e da cultura daqui. Que se surpreendam e descubram aspectos da região - bem como da sua importância para a formação do país em que vivem - nos quais nunca haviam pensado antes. Que se espantem ao descobrir que o Pampa tem tantos aspectos ocultos (BRASIL ARQUITETURA, 2010, pág. 11).

Nota-se que a nomenclatura museu aparece, dada a sua força simbólica, e também ocorre a restrição do Bioma Pampa ao território brasileiro, especificamente o estado do Rio Grande do Sul, onde tem uma parte do território com essa característica, mas a maior parte encontra-se realmente no Uruguai e na Argentina. Também o projeto preocupa-se com a experiência sensorial do visitante, na medida em que pretende instigar a vontade no mesmo de descobrir aspectos não revelados do Pampa. Então, uma primeira característica é a de um Centro voltado a pessoas interessadas, ou ao menos curiosas, sobre o que é o Pampa.

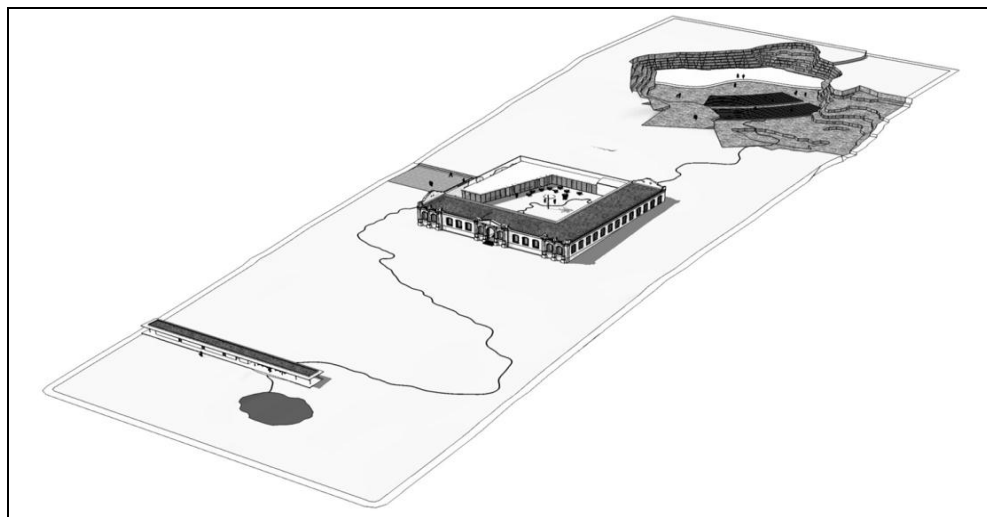


Figura 2 – Vista geral do complexo cultural do Centro de Interpretação do Pampa.

Fonte: Brasil Arquitetura, 2010.

Ainda falando sobre as questões norteadoras do projeto, ele se baseia em uma suposta característica diferenciada da região da fronteira, notadamente a política, muito valorizada por um viés ideológico de cunho patriótico, concebido no sentido de integrar uma região especialmente pluricultural, a um projeto nacionalista centralizador. Como foi citado anteriormente, o projeto abarca muitas questões além da arquitetura, o que pode ocasionar

algumas concepções que podem estar superadas em áreas específicas como a história, que se depreende no memorial do projeto:

A mensagem central contida no Museu é que essa realidade é a forma de expressão de uma cultura rica e diversa que carrega consigo uma mensagem singular. O povo do Pampa tem como um dos seus mais relevantes traços distintivos a busca da liberdade a qualquer preço e um certo sentido de patriotismo, assim como a potência e a persistência, e uma grande capacidade de tolerância. Nesse território, desenvolveram-se formas de convivência de que o mundo necessita. Os brasileiros, porém, não têm uma consciência dessa civilização e dos valores que construíram através dessa civilização. A região perdeu parte de seu poder político e econômico, e um pouco da sua autoestima (sic). Trata-se, portanto, e antes de tudo, de ampliar o orgulho dos gaúchos e dos brasileiros por sua identidade, e fazê-los acreditar que, conhecendo-se a si mesmos, eles poderão inventar, com originalidade, o futuro que desejarem (BRASIL ARQUITETURA, 2010, pág. 13).

Apesar da originalidade da ideia de descortinar o tema Bioma Pampa ao visitante, em geral essa ideia tende a permitir a desvalorização do patrimônio cultural local, ou seja, parte do princípio de que, a realidade econômica de uma região reflete necessariamente suas manifestações culturais. Este tipo de formulação parte de determinados profissionais que foram convidados como consultores para o projeto, que parecem ter concepções mais conservadoras da cultura. Neste ponto, aflora uma dicotomia entre os idealizadores do projeto e a comunidade que vive a cultura popular local.

No que concerne às ruínas da Enfermaria Militar, sua importância passa a ser secundária, já que a temática escolhida, o Bioma Pampa, acaba ocultando as características daquele patrimônio cultural que como vimos, é parte da identidade dos habitantes de Jaguarão, principalmente a camada mais popular. Isto poderá resultar em um esquecimento dos usos anteriores daquele prédio. No capítulo referente à educação patrimonial proporemos alternativas que podem ser viabilizadas sem alterar substancialmente o projeto. Por ora, nos deteremos nos objetivos do projeto e de que forma serão concretizados dentro do plano arquitetônico.



Figura 2.1 – As ruínas da antiga Enfermaria Militar revitalizadas.

Fonte: Brasil Arquitetura, 2010.

Como se observa na imagem, a intervenção do arquiteto nas ruínas é incisiva, reorganizando o espaço para as funcionalidades previstas no projeto e de acordo com a temática proposta. O prédio torna-se um referencial do que fora anteriormente, apenas em parte sua fachada, pois veremos que seu espaço interno será substancialmente alterado, conforme nos descreve o projeto:

O Museu do Pampa, portanto: 1. Dirige-se a um público amplo e variado, de jovens e adultos, em um espaço atraente e instigante, estimulando atitudes pró-ativas, o sentido estético e a compreensão, através de diferentes experiências e possibilidades de interatividade; 2. Explora as potencialidades da região em seus aspectos temáticos e em seus aspectos históricos. Trabalha em três grandes âmbitos: Cultura, Natureza e Fronteira; 3. Utiliza modernos recursos tecnológicos e de comunicação, tendo como matéria-prima básica objetos, documentos, iconografia variada, filmes, vídeos, música e poesia; 4. Oferece ao visitante, momentos alternados de experiências individuais e de experiências coletivas, em um diálogo permanente e surpreendente entre conteúdos e abordagens variados; 5. Propicia uma experiência acolhedora e amplamente democrática de convivência (BRASIL ARQUITETURA, 2010, pág. 16).

As ruínas da antiga Enfermaria Militar servirão como base para a construção de um museu, com uma proposta de conduzir o visitante por um percurso determinado, dividido em áreas temáticas, ou eixos norteadores. As antigas salas da Enfermaria, agora revitalizadas, serão transformadas para abrigarem exposições de objetos, apoiados por uma aparelhagem tecnológica de luz e som, cujo fundo temático será originado da concepção museológica geral.

Na figura abaixo (2.4), está a apresentação do percurso museográfico que o visitante percorrerá no interior da Enfermaria Militar revitalizada. No canto esquerdo, em cinza, está a entrada principal do museu, que deslocou a entrada principal anterior, que era à frente do

prédio. Está previsto neste espaço um salão de recepção com mesas, cadeiras e um espaço para venda de produtos. A parte em rosa será o acesso a um auditório subterrâneo escavado na pedra.

Na área amarela começará o roteiro propriamente dito, com uma exposição de mapas contendo a localização geográfica do pampa, assim como de mapas históricos, com uma cronologia baseada na ocupação indígena e posteriormente europeia. Em roxo, ficará a sala da arqueologia, com a exposição de artefatos encontrados em escavações arqueológicas na região. A área vermelha será dedicada à cultura, dividida em literatura, história e etnologia.

No espaço em verde, ficará a sala da natureza, com a tipificação da flora e da fauna da região do pampa. Em azul, uma sala dedicada ao memorial da Enfermaria Militar, e em laranja, a sala das fronteiras, com alusão aos conflitos da região dispostos cronologicamente, tendo ao final do percurso uma exposição das características atuais em comum dos povos da fronteira, notadamente o conceito do chamado Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), retornando ao ponto inicial de chegada do visitante.

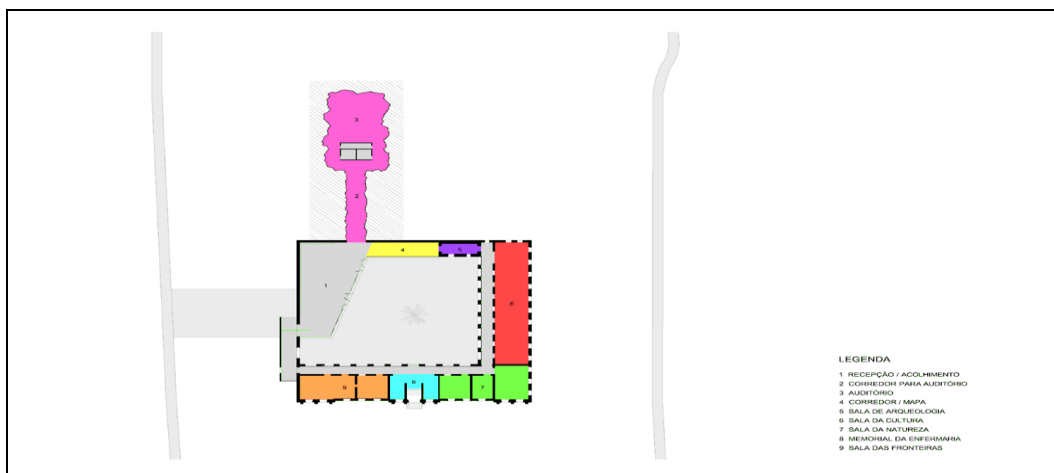


Figura 2.2 – Esquema geral do interior da Enfermaria Militar revitalizada, com percurso museográfico.

Fonte: Brasil Arquitetura, 2010.

Como se pode notar, a disposição das salas privilegia a temática central, reservando para a história da antiga Enfermaria Militar um espaço muito pequeno, no qual não será destacada sua função como unidade de saúde, mas aspectos ligados a oralidade dos depoimentos de pessoas da comunidade. Em vista do tempo que funcionou como hospital, dever-se-ia dar um destaque maior a esta funcionalidade, para se construir a história e

memória, não esquecendo a peculiaridade de ter sido uma unidade militar de saúde do exército. Notamos a diferença em relação aos outros espaços na descrição do projeto:

Continuando seu percurso, o visitante fará uma imersão na história do prédio da Antiga Enfermaria, sede do Museu. Na sala escura, com as janelas vedadas, os visitantes poderão sentar-se num banco diante de uma tela para ver e ouvir cidadãos de Jaguarão contarem histórias e 'causos' da cidade e da região, de preferência referentes à Enfermaria. Relatos de família, lendas locais, lembranças, histórias de fantasmas, depoimentos sobre o período militar, memórias de infância – uma coleção de registros de história oral sobre o lugar, de grande importância e interesse para a comunidade (BRASIL ARQUITETURA, 2010, pág. 27).

Ainda que a proposta deste memorial seja extremamente louvável, fica carecendo de elementos melhor alicerçados em uma pesquisa histórica mais profunda, sob os diversos aspectos dos usos da Enfermaria Militar, que poderiam ser conjugados com os depoimentos. No que tange à história da cidade, fica um hiato dentro do museu. Esta história está englobada dentro da temática geral, mas em nossa visão, mereceria uma sala específica, criando uma conexão entre o visitante e o patrimônio cultural tombado do centro urbano.

Como dito anteriormente, além do museu propriamente dito, haverá outras estruturas que comporão o complexo cultural que será o CIP. A mais grandiosa é a arena da pedreira, cuja nomenclatura se deriva de ter funcionado no local, uma pedreira, a qual forneceu material para a pavimentação das ruas de Jaguarão.



Figura 2.3 – Arena da Pedreira. Em primeiro plano, os assentos esculpidos na pedra, voltados ao paredão.

Fonte: Brasil Arquitetura, 2010.

Este local, segundo o projeto, servirá de palco para grandes apresentações, com espetáculos de música e teatro. Possivelmente terá uma estrutura de apoio, com geração de energia elétrica e iluminação. Pelo tamanho, será uma das maiores estruturas de eventos a céu aberto do estado do Rio Grande do Sul. Certamente os idealizadores do projeto estão contando com a viabilização de um circuito regional de shows, para que esta estrutura seja aproveitada em todo o seu potencial.

Outra estrutura que ficará adjacente ao prédio da antiga Enfermaria, será o edifício destinado a exposições temporárias e de reserva técnica do museu. São duas estruturas que se destacam pela sua arquitetura. Na figura abaixo, observa-se, no prédio mais acima, uma influência modernista clara, com os vãos amplos, permitindo a circulação e concentração de pessoas nos espaços. No prédio mais abaixo, um desenho que lembra os prédios de estilo brutalista⁸, talvez com uma influência regionalista? O fato é que estas estruturas diferenciadas criam um novo aspecto na paisagem.

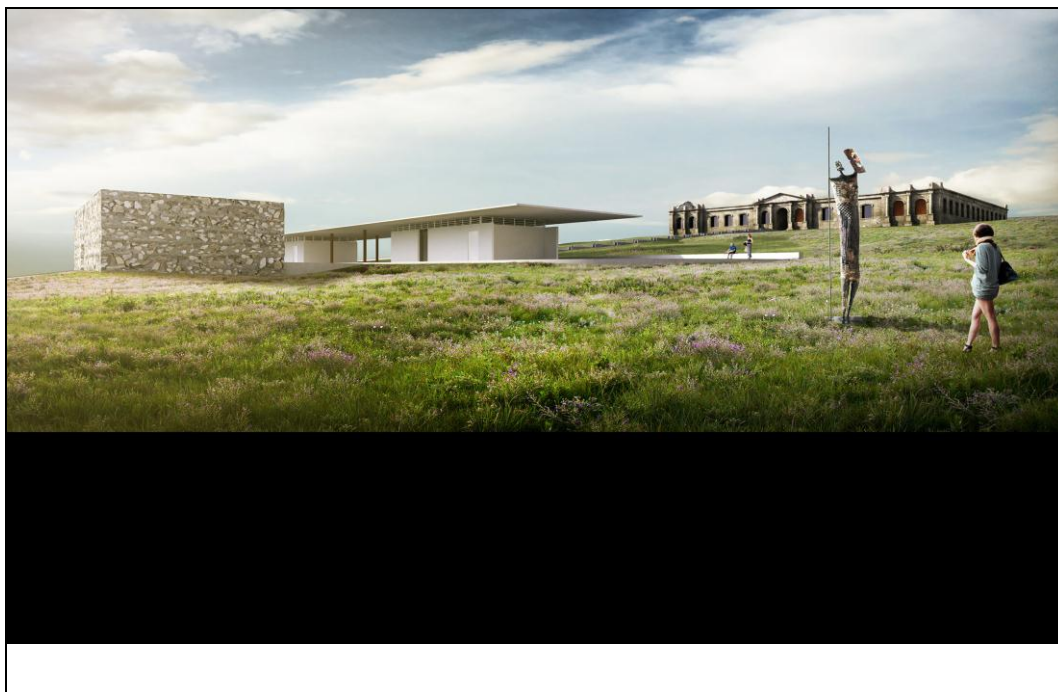


Figura 2.4 – Prédios de exposições temporárias e apoio técnico.

Fonte: Brasil Arquitetura.

⁸ Uma variante do modernismo, o brutalismo foi desenvolvido principalmente em São Paulo na década de 60 e 70 do século XX... A respeito da escola paulista de arquitetura neste momento, nos fala Marcelo Ferraz: O apego a certas soluções formais, repetidas à exaustão, também foi característica deste período: na escola de São Paulo, grandes vãos, lajes e empenas de concreto aparente impunham um repertório reducionista como receita de arquitetura (FERRAZ, 2011, pág. 28).

Observa-se na imagem um amplo espaço que será destinado a esculturas e também servirá de área de convivência, de onde, imaginam os projetistas, os visitantes poderão contemplar a cidade e o rio Jaguarão, em um cenário que remeterá à nostalgia e à vastidão do pampa. Esta idealização, parte do pressuposto de que haverá um público de visitantes diferenciado, acostumado a uma arquitetura moderna e a um tipo de turismo de contemplação. Podemos ver que isto, não é o recomendado, na afirmação do manual da Comissão de Museus e Galerias da Inglaterra, tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes (2001):

A exposição é encarada como um trabalho de elaboração interna do museu, independente de haver ou não curador ou especialista de fora particularmente convidado para o projeto; é portanto um fenômeno endógeno ao museu e ao mesmo tempo exógeno por estar voltado para o público-alvo a que se destina (MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION, 2001, PÁG. 12).

Na elaboração do projeto do Centro de Interpretação do Pampa, aconteceu algo diferenciado em relação aos demais projetos de museus, onde geralmente os idealizadores do museu compõem uma equipe que coordena o planejamento de como ocorrerá o funcionamento, o modelo organizacional, a expografia, a quem é voltado, o público visitante. Neste projeto, encomendou-se um trabalho de arquitetura e expografia conjuntamente que depois de elaborado, foi entregue à futura gestão do museu, à UNIPAMPA, a tarefa de execução.

Tal modelo contraria os preceitos aplicados não somente à área de museus, como também a qualquer estrutura organizacional que pretenda ter um mínimo de planejamento e continuidade de suas funções como instituição. Toda a expografia que aqui será apresentada, não passou pela discussão com a equipe gestora da UNIPAMPA. Isto criou uma tensão entre a empresa contratada e os gestores da universidade, quando da implantação do canteiro de obras e definições estruturais, as quais precisam estar coordenadas com a futura expografia e modo de funcionamento do museu:

Uma ênfase muito grande é dada ao planejamento que inclui a definição de objetivos, o perfil da equipe adequada ao desenvolvimento do projeto e de seus eventuais convidados, a definição do público alvo, os recursos financeiros que deverão ser alocados e espaço físico necessário. Além do planejamento minucioso é necessária a permanente avaliação do processo (MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION, 2001, pág. 11).

Com a conseqüente dicotomia existente entre gestores e projetistas, acaba ocasionando uma paralisia na concepção dos objetivos futuros do museu, os quais, em linhas gerais, estão apresentados no projeto, mas não tem a clareza suficiente para adentrar em detalhes

específicos, o que só poderia ser discutido com uma equipe interdisciplinar profissional que fosse incumbida da futura gestão do museu:

As exposições são muito mais do que o simples processo de colocar objetos em vitrines ou quadros em paredes com um texto e legendas. Muitos fatores diferentes influem na comunicação da exposição com o visitante: cor, textura, som e iluminação; a maneira como objetos de diferentes períodos, culturas ou áreas de conhecimento são agrupados; a distribuição de espaço na apresentação; a adequação do texto ao público-alvo e a linguagem usada; a maneira como os objetos são apresentados (como testemunho, elementos cenográficos, elementos de comparação ou símbolos), e a seleção de material contextual (tais como os esboços iniciais para uma pintura, o testemunho do autor ou do usuário, fotos de um objeto durante a produção, em uso ou durante a conservação). Os mesmos objetos usados em diferentes montagens podem contar histórias diferentes e fornecer novas perspectivas ou visões (MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION, 2001, pág. 18).

Veja-se, alguns exemplos da expografia proposta pelos projetistas contratados, para uma análise mais consistente, com o objetivo de demonstrar como pode ser prejudicial à falta de um planejamento adequado, de um diálogo interdisciplinar entre os profissionais que irão gerir o museu, de percepção do público-alvo e do diálogo com a empresa contratada. Uma das salas é denominada de Sala da Genética, a qual pretende apresentar um mapeamento genético do chamado gaúcho, que para os idealizadores da expografia, seria uma etnia diferenciada no contexto do Bioma Pampa. Um consultor da área da genética foi contratado para realizar este mapeamento, e a partir daí, foi proposta esta sala, como nos descreve o projeto:

A Sala da Genética é uma espécie de vestibulo da Sala da Cultura, por onde o visitante deverá obrigatoriamente passar. Circunscrita por cortinas de fios plásticos, de aspecto moderno e tecnológico, que a separam do resto do ambiente, ela é circular, tendo ao centro uma mesa também redonda. Uma bancada com painéis acompanha sua circunferência. Do teto, flutua sobre a mesa uma grande luminária com formas que lembram as hélices duplas do DNA (ácido desoxirribonucleico) (BRASIL ARQUITETURA, 2010).

Este tipo de concepção alicerçado nas ciências biológicas vai de encontro com várias correntes teóricas de ramos do conhecimento, como a história e a sociologia, por exemplo, que vêem na figura do gaúcho uma construção ideológica de certas classes da sociedade, notadamente àquela ligadas a grupos folcloristas tradicionalistas. Como a gestora do museu é uma universidade, é compreensível que haja resistência de grupos de pesquisadores ligados às ciências humanas. Em nossa visão, isto criou um ponto de conflito que poderia ser minimizado com o anterior diálogo entre os profissionais especializados que comporão a equipe do museu e a comunidade acadêmica.

Outra sala que ocasiona certa polêmica é a chamada Sala das Lendas Indígenas, onde a proposta é demonstrar a contribuição indígena ao chamado modo de viver do gaúcho, descrita abaixo no projeto:

Outro nicho junto a uma das paredes laterais da sala acomodará outro banco onde os visitantes poderão se sentar e assistir, numa tela, lendas indígenas animadas. A animação neste caso é feita a partir de quadros ricamente ilustrados e coloridos, narração, efeitos de sons e música. As lendas escolhidas devem estar relacionadas à herança indígena na vida gaúcha, como, por exemplo, a lenda da origem da planta da erva-mate (BRASIL ARQUITETURA, 2010).

Também aqui, predomina uma visão conservadora da cultura do pampa, a qual atribui à herança indígena um grande peso, tendendo a diminuir a contribuição de outras etnias, como a africana, por exemplo. Ou seja, ao realizar a pesquisa para compor a expografia, os projetistas se serviram de consultores, pelo menos nesta área, imbuídos de uma determinada visão de quem é e como age o chamado gaúcho. A variedade da composição da população das cidades da região dos pampas e sua evolução histórica, possuem elementos muito mais diversificados do que se pretende apresentar como exposição e temática aos visitantes. Na verdade, este tipo de abordagem pode vir a ser motivo de exclusão de certos grupos étnicos que ao longo da história, foram estigmatizados. É o que nos exemplifica Lima (2010), em relação à contribuição dos negros na sociedade escravocrata:

Percebemos que a escravidão está imbricada mesmo na formação das construções arquitetônicas sobre as quais incidem veementemente as abordagens patrimonialistas. Foi a exploração do trabalho escravo, como fator de base, que proporcionou em grande parte, o desenvolvimento econômico e o acúmulo de riquezas, que se refletiram, por fim, na arquitetura civil das classes senhoriais (LIMA, 2010, pág. 30).

Percebe-se então, que na concepção da expografia, alguns elementos não foram adequadamente dialogados, principalmente com profissionais com estudos voltados ao patrimônio local. Esta perspectiva passa por diversos fatores: a necessidade de aglutinar um conteúdo à proposta do museu, como forma de melhor viabilizar sua aprovação pelos órgãos governamentais; a preocupação em centralizar as decisões, com a justificativa de que um possível diálogo poderia prejudicar o andamento da aprovação do projeto e a quase nenhuma consulta à população através de audiências públicas, como prevê a legislação atual. O fato é que esta decisão ocasionou um distanciamento entre os órgãos decisórios e a própria comunidade acadêmica e, também, de forma mais acentuada, com a comunidade civil local.

O roteiro da expografia do museu, em sua maior parte, é calcado em determinados conceitos de história e da etnologia, com a apresentação de uma suposta evolução temporal,

remontando aos primórdios da ocupação humana na região do pampa e culminando com a constituição do gaúcho, como uma etnia diferenciada, produto da mestiçagem entre o branco europeu e o indígena. Também, fisicamente, esta expografia privilegia a montagem de um cenário muito estático, o que poderá ocasionar um cansaço com o passar do tempo, como se percebe na descrição abaixo do projeto:

A grande sala que o visitante encontra ao sair do espaço anterior (Genética) reúne objetos icônicos da vida do gaúcho no pampa. Aqui o visitante passeará entre vitrines de diferentes dimensões que mostram peças de valor estético e simbólico referentes ao mundo do gaúcho (instrumentos de trabalho, instrumentos musicais, prataria, utensílios do mate, brinquedos, etc.). A ideia não é reproduzir nenhum espaço gaúcho, mas recriar poeticamente o universo simbólico do pampa. Ao lado das vitrines, monitores exibem em loop depoimentos de habitantes do pampa sobre sua experiência de vida, causos, etc. (BRASIL ARQUITETURA, 2010, pág. 23).

Pode-se afirmar que a expografia de um museu que é baseada em uma única temática, ainda que contenha em si variantes, tem de ser muito cuidadosa para evitar a estigmatização tal como ocorre em museus conservadores que adotam esta proposta metodológica; principalmente considerando a localização do museu, em uma cidade pequena e dependente de um comércio de venda de produtos importados do outro lado da fronteira. Este público terá de ter uma rotatividade, para que o visitante do museu esteja sempre se renovando. Podemos observar as muitas condicionantes sobre como as pessoas percebem um museu no manual da Comissão de Museus e Galerias:

Descobrimos muito nos últimos anos sobre a maneira como as pessoas aprendem com as mostras. As exposições, se forem feitas com atenção e imaginação, podem inspirar, surpreender e educar. No entanto, ainda há museus que, em vez de serem um prazer a ser explorado, são cansativos para o visitante. Esta situação ocorre quando a insistência da equipe do museu em contar uma história específica, por meio de um caminho específico, exclui a descoberta ao acaso; ou quando o domínio de um (a) “especialista”, que só quer exibir seus conhecimentos, resulta em excesso de palavras, linguagem muito técnica e confusão em vez de clareza (MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION, 2001, pág. 17).

No projeto em análise, este risco é menor, devido aos outros espaços do complexo cultural, além do museu; mas existe, principalmente quando se trata da parte historiográfica e etnológica do suposto habitante do pampa. No que concerne ao restante da expografia, contém elementos que aliados a um equipamento tecnológico de interatividade com o visitante, poderá tornar-se um atrativo principal da expografia, conforme o projeto nos descreve:

A sala seguinte introduz o tema da natureza do pampa. O centro desta sala, que está às escuras, é ocupado por uma grande mesa circular na qual estará estampada uma magnífica paisagem natural do pampa, aparentemente deserta. Sobre a paisagem,

veem-se botões que convidam o visitante a interagir. Quando acionados, tais botões disparam sons de animais típicos da região. Ao mesmo tempo em que ouvem os sons produzidos pelos animais, os visitantes veem surgir em pontos diferentes das paredes, as imagens desses mesmos animais, uma a uma. Tais imagens são projetadas de maneira sempre surpreendente, sempre irregular. Assim, ao apertar os botões, os visitantes vão descobrindo quais são os animais silvestres que povoam a paisagem aparentemente deserta do pampa. Por tratar-se de uma espécie de sampler a ser manuseado coletivamente pelos visitantes, será criada uma espécie de sinfonia divertida da vida animal do pampa, com uma mistura de sons e uma galeria de imagens de bichos projetados na parede (BRASIL ARQUITETURA, 2010, pág. 25).

Esta parte do roteiro expográfico, aborda a natureza da região do pampa algo que ainda não é amplamente conhecido do grande público, o que realmente poderá instigar o visitante a perceber com mais atenção a região que percorre, querendo conhecê-la mais. Este é um dos objetivos de um centro de interpretação, dentro de seus conceitos mais amplos. Portanto, a exploração destes locais no museu deveria ter uma centralidade maior, descortinando uma série de possibilidades, como esta outra sala apresentada abaixo:

Ultrapassando um buraco de forma irregular como o de uma caverna, o visitante entrará na sala seguinte, cujas janelas estarão abertas para a paisagem. Nesta luminosa sala, grande vitrine vertical vai revelar de forma sutil e bela o grande número de espécies animais e vegetais da região. Ali estarão expostas, lado a lado, dezenas de tipos de penas de aves da região, com seu colorido; dezenas de tipos de folhas; várias espécies de borboletas ou besouros. Ou ovos de pássaros. Ou sementes. A justaposição da enorme variedade de formas e cores criará um efeito de grande beleza plástica. Nas paredes desta sala, telas interativas trarão informações mais precisas quanto ao número de espécies da região, as rotas das aves migratórias que passam todos os anos pela Reserva do Taim ou da Lagoa do Peixe. Além disso, tematizarão as questões de proteção do bioma, das ameaças que rondam hoje esse patrimônio natural (como as plantações de pinheiros e eucaliptos), entre outras questões da atualidade (BRASIL ARQUITETURA, 2010, pág. 26).

Outra temática pouco explorada é a relação cultural entre os povos da fronteira, no que diz respeito as suas semelhanças e contatos, alicerçados numa vida em comum diariamente vivenciada, apesar das ideologias dos Estados-Nação querer demonstrar suas diferenças. Neste contexto, a última sala do roteiro expográfico, denominada de sala das fronteiras, poderia ampliar seu universo de temas e objetos a serem trabalhados, assim como também aos outros espaços do museu, privilegiando as culturas fronteiriças. Esta sala é descrita pelo projeto como:

A sala seguinte abre a questão das fronteiras. No passado, o pampa foi cenário de guerras e lutas que, de certa forma, desenharam os limites do território brasileiro, com suas dimensões continentais. Hoje, é sede de uma experiência de integração entre países em busca de uma unidade econômica e social na diversidade – o MERCOSUL. Serão tematizados itens sobre as guerras e conflitos históricos do pampa: guerras contra os índios, guerras entre portugueses e espanhóis, a revolução Farroupilha etc. E sobre a criação de uma nova identidade supranacional. Dando prosseguimento à experiência da fronteira, o visitante será estimulado a vivenciar a questão de forma interativa. A sala é um espaço essencialmente lúdico, cujo tema é

o passado, o presente e o futuro do pampa. Entre vitrines que mostrarão relíquias dos antigos conflitos, como rifles e espadas, e painéis com bandeiras, estandartes e flâmulas – símbolos de regionalidades e nacionalidades –, o visitante poderá participar de vários jogos interativos, cujo tema central é a vida na fronteira, com as disputas e interações que ela implica. Assim, uma mesa de jogos terá como tema a histórica "dança das fronteiras", que, ao longo dos séculos, empurrava a linha demarcatória ora mais para cá, ora mais para lá. Numa experiência a ser desfrutada coletivamente, os participantes poderão conquistar 'pedaços' do pampa, enquanto tomam conhecimento de detalhes dos conflitos que moldaram seu mundo. Outro jogo será algo como "Teste seu portunhol", em que brincaremos com as semelhanças e diferenças entre o português e o espanhol. (O portunhol é a língua da fronteira, foi inventado aqui) (BRASIL ARQUITETURA, 2010, pág. 28).

O interessante nesta proposta museográfica é que ela, em teoria, tende a privilegiar a representação de uma comunidade local através de sua região geográfica, mas por uma falta de aprofundamento nas pesquisas históricas e sociológicas, acaba demarcando esta comunidade em um passado distante, construído em sua maior parte por certas ideologias de classe. Em seus conceitos, os idealizadores expressam essa vontade e esse conhecimento, de que sem a identificação com a comunidade local do espaço museificado, poderá ficar alienado para essa mesma comunidade:

Podemos ver e comprovar, na atualidade, a força motriz de um museu bem idealizado e inteligente que movimenta a economia local e coloca cidades no mapa cultural. Hoje, o cidadão que viaja - o turista - quer uma experiência arquitetônica, antropológica, sensitiva e intelectual diferenciada. Quer, justamente, uma experiência nova, e não simulacros disfarçados em museus. Dentro deste prisma, não podemos esquecer que nossos museus só serão atraentes e bons para os turistas se forem, em primeiro lugar, honestos, verdadeiramente representativos das culturas e comunidades que possam apresentar ou representar (BRASIL ARQUITETURA, 2010, pág. 10).

Pode-se colocar que o Centro de Interpretação do Pampa, no que tange à sua expografia, foi concebido a partir de uma ótima temática, o bioma pampa, mas ao abordar a sociedade humana que compõe tal ecossistema, baseou-se em uma linha evolucionista histórica, privilegiando características de uma parte desta sociedade. O grande problema foi a falta de desenvolvimento desta temática com a participação de elementos diversificados de profissionais, os quais poderiam ser os próprios membros da comunidade acadêmica, a qual foi delegada a função de gestão do complexo cultural.

Quando da contratação do projeto, deveria ter sido desmembrado o projeto museográfico, para que pudesse ser mais bem trabalhado. Ou se optassem por simplificar o processo, juntar os dois projetos, mas na parte expográfica deveria haver um maior detalhamento e participação de mais profissionais, com visões teóricas diferenciadas. Agora, à gestão do projeto caberá a decisão de avaliar a expografia apresentada e adaptá-la naquilo que for considerado inadequado conceitualmente, contando com a participação de profissionais da

própria universidade, começando a constituição de um corpo técnico responsável pela gestão do museu, depois de finalizadas suas obras.

A dificuldade de implantação deste projeto por uma universidade em estágio de consolidação, como a Universidade Federal do Pampa, está no fato de ainda não ter um quadro técnico consolidado que atenda às suas funções mais básicas e ainda ter de compor um quadro específico para um complexo desta natureza. A proposta, neste trabalho, consiste em criar núcleos de áreas, com poucos profissionais dedicados a elaborar uma estrutura organizacional, começando pelo núcleo base, que seria o que trataria desde a sua implantação com a questão da expografia e da educação patrimonial. Mas veremos com mais detalhes no capítulo dedicado a esta temática.

É importante agora que se compreenda como foi ordenada a concepção do projeto, tanto do ponto de vista arquitetônico como da museografia. Foi o que se vêm tentando demonstrar neste capítulo, onde se pode concatenar as diferentes facetas deste projeto, desde quem o contratou, passando pela arquitetura e culminando na expografia. Percebemos que os idealizadores do projeto, a Prefeitura Municipal e o IPHAN, delegaram a uma terceira instituição sua implantação, à UNIPAMPA. Mas estes, optaram pela contratação em bloco do projeto arquitetônico e museográfico e aceitaram sua finalização sem um estudo aprofundado de suas características mais detalhadamente, por motivos diversos.

Isto acarretou que, ao iniciar as obras do complexo, a centralidade de ações ficou vinculada à empresa contratada, Brasil Arquitetura, detentora da idealização temática do museu, levando a uma desvinculação dos idealizadores iniciais quanto à natureza do empreendimento e seu acompanhamento, o que seria muito importante devido às características da região de implantação deste complexo, de sua proporção física e suas implicações e impactos na comunidade local.

Embora seja inegável o impacto contributivo da implantação deste Centro de Interpretação do Pampa para a potencialização da cultura e economia local, também se deve antever os problemas que poderão surgir com a não efetivação de uma política de gestão democrática, no que tange à inclusão social e que saiba reconhecer as características culturais da população de uma pequena cidade fronteira do Brasil meridional, ao mesmo tempo desenvolvendo as características locais e integrando aos vizinhos platinos; desta forma mostrando aos futuros visitantes a sua realidade e potencialidade como sociedade do chamado pampa, como nos mostra Costa (2011):

Dessa forma, o delicado trabalho de tecer as relações entre os museus e a sociedade que os acolhe e nas quais eles estão inseridos, fazendo com que essas instituições

tenham um papel preponderante de atores sociais, é na verdade, a elaboração de uma tessitura, que à semelhança da costura de uma colcha de retalhos, cada parte inserida na trama tem uma função que contribui para que outra função se complete. Isso significa que as coleções dos museus, ao serem compreendidas como objetos de vida cotidiana, mostram as faces e as almas dos seres humanos, seja a dos que construíram aqueles determinados objetos, seja a dos que deram usos diversos a eles, seja a dos pesquisadores que desvelam os mistérios e segredos de cada peça estudada (COSTA, 2011, pág. 02).

No próximo capítulo, será abordada a questão do patrimônio cultural, como conceito construído, a partir de uma ideologia e de como exerceu sua influência no processo de revitalização da Enfermaria Militar de Jaguarão, assim como suas consequências no tratamento do patrimônio tombado da cidade de Jaguarão. Ainda será apresentado um panorama de como a legislação existente, em nível municipal, contribuiu com este processo de patrimonialização e se será adequado para uma participação mais efetiva nas questões que envolvem o patrimônio cultural edificado.

3 POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA INFLUÊNCIA NO PROJETO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA

Neste capítulo, será tratado o conceito de patrimônio cultural e suas respectivas políticas, no que tange à preservação do patrimônio cultural. Essas políticas, iniciadas após o advento da Revolução Francesa no século XVIII como ações coordenadas pelo Estado, criaram um campo novo de trabalho para as Ciências Humanas que servirá de auxílio para a construção dos chamados estados-nação do século XIX e, posteriormente consolidando-se como uma das bases para a construção de identidade de nacionalidades no mundo ocidental.

Inicialmente, será desenvolvido o raciocínio sobre como surgiu este conceito e como ele foi sendo aplicado, na Europa e no Brasil, as semelhanças e diferenças em cada caso, e de forma sucinta, procurar situar estas políticas no universo do tema desta dissertação, que trata de um patrimônio cultural tombado. A partir daí, delinear como se formou no Brasil, a consciência patrimonial de preservação de bens culturais que foi determinada dentro do contexto da própria formação do Brasil moderno, com a instalação de uma revolução no início da década de 1930, a qual iria transformar-se em uma ditadura civil a partir de 1937, exatamente o ano de criação do órgão de preservação do patrimônio, o chamado, a época, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que nortearia a política patrimonial desde então.

Procurar-se-á demonstrar que a política desenvolvida por este órgão criou um método de preservação patrimonial, amparado numa legislação que segue em vigor até hoje, apesar das mudanças acontecidas no campo da política e dos conceitos na área do patrimônio cultural, ainda persistem velhas práticas surgidas na década de 1930. Será analisado, ainda, como esta ideologia influenciou as políticas de preservação patrimoniais na cidade de Jaguarão e como alguns instrumentos desta política atuaram na constituição do patrimônio da Enfermaria Militar e no projeto do Centro de Interpretação do Pampa.

Devido aos recursos vultosos envolvidos no projeto, foi firmada uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Jaguarão e a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com a responsabilidade desta última de gestão e captação de recursos. O projeto foi levado adiante e em 2011 consumado em uma licitação que deu início às obras de implantação do Centro de Interpretação do Pampa, nome derivado de propostas consolidadas na Europa e Estados

Unidos, centradas na arquitetura inovadora de interpretação de um fato histórico, cultural ou, no caso, ambiental.

Pretende-se ainda neste capítulo, trabalhar conceitos teóricos de autores que estão inseridos na temática do patrimônio cultural, como forma de analisar as transformações que ocorreu com o prédio da antiga Enfermaria Militar, no que tange à sua paulatina valorização patrimonial. Com base nos autores supracitados, verificar os possíveis problemas dentro deste processo de patrimonialização, suas nuances e apropriações pela comunidade.

Julga-se importante valer-se dos conceitos teóricos para entender processos que não são muitos claros à primeira vista, que podem deixar larga margem para o senso comum, ou mesmo a intencionalidade escondida dos atores institucionais. Neste caso, o que é entendido como patrimônio cultural e como se aplica à temática do projeto de dissertação, para que posteriormente, no capítulo final, se conceba alternativas aos problemas analisados na implantação do projeto do CIP, alicerçada na Educação Patrimonial, com vistas à apropriação pela comunidade do espaço revitalizado.

Esta Educação Patrimonial será demonstrada através de ações a serem implantadas durante e após a concretização do CIP, envolvendo gestores e a comunidade. Portanto, a compreensão teórica do termo patrimônio cultural será importante para desnaturalizar-se concepções e práticas na área da preservação patrimonial.

3.1 Patrimônio e cultura no contexto da preservação de bens

A preservação de objetos de uso, mais especificamente de estruturas como prédios, estátuas, pontes e demais construções do homem, não era vista até recentemente como algo que fosse necessário para a constituição da memória e identidade de um povo. Embora desde a Antiguidade Ocidental tenha havido determinações esporádicas de reconhecimento de determinado bem como de interesse para a memória, geralmente tratava-se de ícones relacionados ao poder instituído ou a religiosidade, como nos afirma Choay (2006):

Dois traços – étnico e cronológico – marcam sua diferença em relação aos monumentos e ao patrimônio histórico ocidental. Todos os objetos que encantaram os atálidas, depois os romanos, são de origem grega. Com exceção de algumas obras do começo do século VI, eles pertencem exclusivamente aos períodos clássico e helenístico. Seu valor não se prende à sua relação com uma história à qual conferissem autenticidade ou permitissem datar, nem à sua antiguidade: dão a conhecer as realizações de uma civilização superior (CHOAY, 2006, pág. 34).

Para os antigos e mesmo para os medievos, a preservação de um determinado bem não passava pela sua historicidade em si, mas por questões relativas ao tempo presente de quem detinha o poder e sua intenção ou não de rememorar o passado. Assim, surgiu a arte românica e especialmente a gótica, com soluções inovadoras para que pudessem se adaptar às novas necessidades de uma Igreja poderosa e detentora do conhecimento divino, destruindo ou abandonando os prédios e monumentos da arte pagã.

Com a retomada dos ideais greco-romanos pelos renascentistas dos séculos XIV e XV, houve a necessidade de redescobrir os elementos em que se alicerçava a arquitetura antiga, buscando nos exemplares ainda existentes, modelos para suas realizações. Começava a percepção de que certas construções eram carregadas de algo mais do que somente o tempo, mas também de uma representatividade de uma cultura, de uma civilização:

Finalmente, o canteiro de obras romano é visto como uma lição de construção, depois como uma introdução ao problema da beleza. Para o autor de *De re aedificatoria*, os edifícios de Roma, são ao mesmo tempo a ilustração das regras da beleza arquitetônica que ele busca formular em termos matemáticos e o resultado de uma “história da arquitetura” inaugural, que ele considera ter começado com os excessos na Ásia, continuado pela experimentação da medida e das proporções na Grécia, atingindo finalmente sua perfeição em Roma, onde os arquitetos do Quattrocento virão se formar pelo exemplo de seus remanescentes (CHOAY, 2006, pág. 50).

Apesar dessa redescoberta e valorização dos monumentos da Antiguidade como objeto de estudo, foi somente com o Iluminismo e as segmentações ocorridas no campo do conhecimento humano, o surgimento das Ciências da Arqueologia, História, Filosofia, Arquitetura com métodos científicos, que os monumentos passaram a ser mais que paradigmas de estudo e tentativa de imitá-los em novas reconstruções. Passaram a ser reconhecidos como detentores de uma simbologia, de uma carga cultural inerente àquele povo que os construiu. Houve toda uma reconstrução histórica do passado dos recém-constituídos Estados-Nação, em que os vestígios do passado tomaram um significado importante para o aglutinamento de etnias tão diversas dentro de um mesmo território.

A revolução francesa foi a responsável no Ocidente, pela criação da noção moderna de patrimônio vinculado a valores artísticos e históricos que pertenceriam a coletividade, portanto passíveis de preservação e restauração. A causa disto foi a espoliação da nobreza e do clero de suas propriedades, palácios, igrejas, que foram tutelados pelo Estado francês, e embora símbolos de outro regime, eram importantes para lembrar ao povo o quanto foi penoso construir este patrimônio, e que em última medida deveria ser preservado para uso e educação do próprio povo, conforme o argumento de Choay (2006):

Fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional preponderante e lhes atribuíam novos usos, educativos, científicos e práticos. Essa passagem à prática da conservação, assim como o conjunto das disposições e dos procedimentos inéditos elaborados para gerenciá-la, marcam, pela primeira vez, uma intervenção inovadora da França, na gênese do monumento histórico e de sua preservação (CHOAY, 2006, pág. 119).

É em meados do século XIX que a preservação de monumentos históricos toma uma discussão sobre a necessidade de preservá-los tal qual estavam, ou restaurá-los. Na verdade, reconstruí-los para terem de volta seu estado original.¹ Mas o que ninguém mais poderia negar era o fato desses monumentos serem representativos da cultura da nação inclusive, criando-se um arcabouço teórico-histórico para justificar a valorização de tal ou qual monumento.

A ideologização da questão da preservação patrimonial de monumentos de todo tipo, seja uma escultura, igreja, palácio, foi preponderante para a consolidação dos Estados imperialistas do final do século XIX, como forma de demonstrar que a sua cultura era ancestralmente vinculada aos ideais de beleza e virtude, muito superiores às rústicas obras arquitetônicas de nações que iam sendo colonizadas na África negra.

As ideologias de “raça” superior, muito difundidas no final do século XIX e início do XX, se basearam na herança cultural legada pelos antepassados, na forma de monumentos que expressavam o conhecimento científico empírico já existente na gente que formou a nação. Patrimônio cultural tornou-se uma disputa de poder e de afirmação pelas classes que disputavam a hegemonia do Estado. Concomitante a isto, houve a formação de toda uma categoria de especialistas dedicados ao estudo do patrimônio edificado, tais como restauradores, arquitetos, historiadores da arte, arqueólogos, os quais viriam a dar suporte às políticas institucionais de valorização de determinado bem para sua preservação.

Começaram a ser criadas às legislações para a proteção do patrimônio na Europa e Estados Unidos no final do século XIX, com entidades detentoras de poder de determinação valorativo do que era de interesse histórico e artístico. O conceito de ativação patrimonial, como forma de dar valor e sentido à preservação de um bem, tem valor político intrínseco, sendo que esta ativação pode ser realizada por meio institucional ou mais raramente da sociedade civil, aquela organizada em entidades de valorização do patrimônio cultural, como bem observa Prats (1998) quando fala de ativação patrimonial:

¹ Esquemáticamente, duas doutrinas se defrontam: uma, intervencionista, predomina no conjunto dos países europeus; a outra, antiintervencionista, é mais própria da Inglaterra (CHOAY, 2006, pág. 153).

Os repertórios patrimoniais também podem ser ativados, finalmente, a partir da sociedade civil, por agentes sociais diversos, ainda que, para seguir adiante, sempre deverão contar com o suporte, ou ao menos, o beneplácito do poder. Sem poder, poderíamos dizer em termos gerais, não existe o patrimônio (PRATS, 1998, pág. 69, tradução nossa)².

Pode-se concluir, então, que a lenta evolução da ideia de preservação patrimonial alicerçada na cultura, foi advinda da necessidade de afirmação de certos grupos que queriam ver evidenciadas características que levassem o povo a crer numa origem comum, ligados por um laço de ancestralidade, que diminuiria as diferenças e conflitos e que após, este período inicial de reconhecimento patrimonial, constituíram-se grupos especializados, amparados por uma legislação específica, a qual dava suporte a ativação patrimonial de determinados bens, que seriam preservados/restaurados, de acordo com o poder político dominante.

Houve diferenças entre a formação do patrimônio na França em relação aos demais países da Europa e também em relação aos Estados Unidos. Na França houve uma centralização das ações preservacionistas do patrimônio no Estado, enquanto nos países de influência inglesa adotou-se uma participação maior da sociedade civil constituída em organizações de proteção ao patrimônio. Isto repercutirá no Brasil, pois a influência francesa era muito forte em todo século XIX e início do XX, como veremos logo adiante, com a formação da consciência patrimonial.

A burocracia francesa, apoiada pela legislação, formou um sistema centralizado de proteção patrimonial, que elegia os monumentos passíveis de preservação e importantes para a história francesa. Este sistema permitiu que vários monumentos fossem preservados da destruição pela crescente revolução industrial e consequente mudança do tecido urbano das cidades, adaptados às nascentes indústrias. Sobre esse sistema, nos fala Choay (2006):

Essa legislação confirma a centralização, a unidade e a coerência da política francesa de conservação dos monumentos históricos, que se vê em seguida dotada de meios de ação próprios. De acordo com a tradição centralizadora da França, ela não deixou de funcionar como modelo em outros países em que o papel do Estado era menos preponderante e a descentralização era parte da tradição (Alemanha, Itália). Na Inglaterra, a intervenção do Estado na administração e conservação dos monumentos históricos só aconteceu tardiamente, com o *Ancient Monuments Protection Act*, de 1882, e permanece reduzida (CHOAY, 2006, pág. 148).

Ainda merece atenção, referir-se a tradição de como foi discutida a forma de preservação do patrimônio. No século XIX, duas correntes se opunham aqueles interessados

² Los repertorios patrimoniales también pueden ser activados, finalmente, desde la sociedad civil, por agentes sociales diversos, aunque, para salir adelante, siempre deberán contar con el soporte, o, cuanto menos, el beneplácito del poder. Sin poder, podríamos decir em términos generales, no existe el patrimonio (PRATS, 1998, pág. 69).

em restaurar os monumentos de acordo com suas características originais, mantendo em alguns casos o aspecto de ruína, e a outra corrente, que tinha a reconstrução como a melhor forma de mostrar as novas gerações, como foi o patrimônio na época em que foi construído³:

A semelhança de determinadas formas não nos deve enganar. Os franceses concordam apenas em parte com as posições ruskinianas. Para eles, os monumentos “intocáveis” são poucos. Victor Hugo afirma que a maioria se constitui, ao contrário, da categoria daqueles “que, longe de ganhar, perderam com o envelhecimento e com os desgastes”. Com efeito, na França, um monumento histórico não é visto como uma ruína, nem como uma relíquia que se destina a memória afetiva. Ele é, em primeiro lugar, um objeto historicamente determinado e suscetível de uma análise racional, e só depois objeto de arte. A abordagem francesa geralmente subverte um postulado impensável para Ruskin: a restauração é a outra face, obrigatória, da conservação; necessária, ela deve e pode ser fiel; trata-se, nesse caso, de uma questão de método e de *savoir-faire* (CHOAY, 2006, pág. 160).

Essas doutrinas sobre preservação dos monumentos, aparentemente tão díspares entre si, com cada uma tendo suas particularidades, foram praticadas na Inglaterra e na França, mas predominou a concepção de preservação com restauração, alicerçada em um conhecimento científico das técnicas construtivas do passado, pelo menos até meados do século XX, quando novas concepções puderam conciliar estas duas vertentes, como nos afirma Choay (2006):

A obra de Boito e, de forma mais ampla, a de Riegl⁴ mostram que na virada do século XIX para o XX, a conservação dos monumentos históricos conquistara o *status* disciplinar que só uma indagação sobre seus conceitos e procedimentos lhe podia conferir. Essa abordagem crítica completava um balizamento do campo espaço-temporal dos monumentos históricos, que, já em fins da década de 1860, apresentava, ao menos de modo teórico e virtual, quase os mesmos contornos que atualmente (CHOAY, 2006, pág. 71).

Na verdade, até a atualidade, se debate estes princípios da conservação/restauração do patrimônio cultural edificado, embora tenha havido todo um progresso na área tecnológica, como a criação da fotografia, da filmagem e atualmente da informática, que permitiu a reprodução e arquivamento de imagens. Isto se deve a fatores como a lenta adaptação do meio acadêmico das ciências humanas às novas tecnologias, que acabam por impor uma

³ Duas teorias distintas e conflitantes sobre a conservação de monumentos históricos foram elaboradas, no século XIX, respectivamente, na França e na Inglaterra: a de John Ruskin e a de Viollet-le-Duc. Eivada de uma matriz puritano, a teoria do crítico de arte inglês John Ruskin via na arquitetura um meio de conservar o passado, não só em suas produções materiais e modos de vida, como também em suas virtudes morais. [...] Já Viollet-le-Duc, engenheiro de formação e mais voltado para uma concepção formal da arquitetura, partia da noção de monumento ideal, que não é necessariamente a do projeto original, mas a mais adequada para cada caso, a ser buscada pelo restaurador em função de critérios técnicos, estilísticos e pragmáticos (FONSECA, 2009, pág. 62).

⁴ Entre 1889 e 1901, numa série de obras importantes, Riegl estabeleceu os princípios da história e da teoria da arte, tais como foram depois continuadas por H. Wofflin, H. Sedlmayr, P. Frankl, E. Panofsky, R. Krautheimer etc. (CHOAY, 2006, pág. 167).

desconstrução de conceitos difíceis de abandonar, que levam a uma reformulação de paradigmas conceituais.

Além disso, o capitalismo moderno imprimiu uma velocidade de transformação do tecido urbano, criando exigências de adequações para a preservação de patrimônios culturais, criando regras que foram incorporadas a programas de financiamento para a conservação e restauração de bens culturais edificados. Este por menor será visto com mais detalhe, ao se tratar do caso brasileiro, no que tange a construção do patrimônio cultural. Por enquanto será apresentado a esse respeito o que diz Choay (2006):

A mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a *expansão ecumênica* das práticas patrimoniais. Essa expansão pode ser simbolizada pela Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, adotada em 1972 pela Assembleia Geral da UNESCO. Esse texto, baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico – monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos que apresentem “um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência”. Estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a este tema (CHOAY, 2006, pág. 207).

A propósito da UNESCO, esta entidade vinculada a ONU para tratar questões como a cultura e o patrimônio cultural, dentre outras, foi importante, após a Segunda Grande Guerra, para o fomento mundial de conceitos de preservação dos bens culturais de interesse da humanidade, os quais antes ficavam restritos a jurisdição de cada país. Ainda que suas resoluções precisem ser aprovadas por cada país integrante, suas convenções foram adotadas como uma forma de proteção e ao mesmo tempo de valorização de certos patrimônios nacionais.

Anteriormente à criação deste órgão, já tinha havido iniciativas de padronização mundial para a preservação dos monumentos históricos, como a Carta de Atenas de 1931⁵, e mais tarde com a cooperação do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Esses encontros se tornaram mais constantes após o término da II Guerra e ensejaram a criação e ratificação de conceitos da área do patrimônio, balizadores da política patrimonial de vários países, dentre eles o Brasil.

Pretendeu-se, com este breve histórico, conceituar a noção do termo patrimônio cultural como um processo advindo da preocupação moderna com a preservação de monumentos históricos que estavam se perdendo na Europa do século XVIII e XIX. Também como os métodos de preservação foram idealizados e discutidos, formando a base do que hoje

⁵ Reunião internacional de arquitetos sob os auspícios da Sociedade das Nações, órgão que antecedeu a ONU e a UNESCO (N.A.).

temos como norteadores das políticas na esfera patrimonial no Ocidente, as quais foram adotadas na maioria dos países. Será visto no próximo subcapítulo, como essas ideias repercutiram no Brasil, e de que forma foram adaptadas à nossa realidade social, para posteriormente tratar-se do caso específico do patrimônio cultural da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, dentro de tal contexto.

3.2 A cultura como constituinte do patrimônio: o caso brasileiro

Agora que já se viu como foi construída a ideia de patrimônio cultural, sua gradativa consciência de preservá-lo e de que forma tomou importância para a formação dos Estados nacionais no século XIX, será feita a análise de como se processou no Brasil o conceito de patrimônio cultural, que aqui tomou valores um pouco distintos do hemisfério norte.

No Segundo Reinado e no início da República Brasileira, pouco se fez para a preservação do patrimônio edificado do período colonial, preferindo-se a demolição e em seu lugar erigir prédios ecléticos e neogóticos, o que na época foi tomado como sinal de progresso econômico e civilizacional. Fonseca (2009) relata de forma concisa este período:

No Brasil, a temática do patrimônio – expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico – começa a ser considerada politicamente relevante, implicando o envolvimento do Estado, a partir da década de 1920. Já estavam então em funcionamento os grandes museus nacionais, mas não se dispunha de meios para proteger os bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis (FONSECA, 2009, pág. 81).

Com a revolução de 1930 e ascensão ao poder de um grupo mais ligado a classe média brasileira e a burguesia progressista, a ideia de cultura como algo além da representação da elite, começou a tomar corpo, principalmente pelos modernistas da Semana de Arte Moderna de 1922, os quais vinham propondo uma nova forma de pensar o Brasil, de destacar a originalidade de ser brasileiro. Também contribuíram para isso, a leva de pensadores franceses que vieram participar da fundação da Universidade de São Paulo, com teorias antropológicas sobre a cultura e de críticas ao etnocentrismo europeu. Esclarece Fonseca (2009):

Esses movimentos da década de 1920 – tanto na esfera política quanto na intelectual – tinham em comum a crítica aos modelos políticos e culturais da Velha República. Apesar da heterogeneidade de tendências, provocaram a progressiva erosão da

legitimidade do regime e mobilizaram a opinião pública para a ideia de mudança. No campo da cultura sua sedimentação foi mais lenta e apenas a partir do final dos anos 30, e nos anos 40, alcançou um reconhecimento mais amplo, também em função do apoio oficial (FONSECA, 2009, pág. 85).

A criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 foi inteiramente baseada nas ideias modernistas de cultura, especificamente brasileira, com a valorização do período colonial presentificado nas cidades de Minas Gerais, onde ocorrera o ciclo do ouro e diamantes. Para os modernistas, a cultura brasileira derivaria da formação de um povo distinto do português nas obras de um mestiço como Aleijadinho, e nas construções barrocas adaptadas ao território brasileiro.

A inovação dos modernistas em termos do patrimônio foi acrescentar, além do valor histórico e artístico, a cultura do fazer este patrimônio, em sua visão personificada no barroco mineiro. Então, ao preservar estas edificações coloniais, estaria preservando a cultura nacional em contraposição a simples importação da cultura estrangeira, que para eles se materializava no estilo eclético. Foi um verdadeiro avanço, pois permitiu integrar as várias etnias que habitavam o Brasil, em um povo mestiço e original, aliás, o que foi muito conveniente para as políticas integracionistas da ditadura Vargas. Neste sentido, argumenta Fonseca (2009):

Em 1934, quando Gustavo Capanema substituiu Francisco Campos no MES, já havia, por parte de setores da elite intelectual e política, não só interesse pela temática da tradição e da proteção de monumentos históricos e artísticos, como uma demanda pela participação do Estado na questão. A partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado (FONSECA, 2009, pág. 96).

O patrimônio edificado passou então a ter uma conotação de simbolizar a cultura nacional, através da ideologia construída pelos modernistas de um Brasil fundante no período colonial através de uma arte e arquitetura próprias. A criação de um órgão como o SPHAN e de uma legislação específica de proteção, por meio do instituto do tombamento⁶, orientou a política cultural do Estado Brasileiro em vários setores, inclusive, a cultura nacionalista imprimida no patrimônio barroco mineiro foi o esteio para as criações da arquitetura modernista, principalmente a de Lúcio Costa, o qual participou do SPHAN depois IPHAN, desde sua criação até 1972. O mesmo conceito de cultura nacional aplicado ao barroco

⁶ Com quase setenta anos de vida o Dec.-lei 25, de 30.11.1937, chamada Lei de Tombamento, está velho, mas é ainda o mais importante e completo instrumento de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. A Constituição brasileira de 1988 ao recepcioná-lo lhe possibilitou nova hermenêutica, limpando a pátina que o tempo havia depositado no diploma que *“organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”*, revelando a sua beleza original, ele mesmo patrimônio histórico das letras jurídicas nacionais (SOUZA FILHO, 2011, pág. 66).

mineiro foi estendido ao modernismo brasileiro na arquitetura, como marca distinta de outros povos. A cultura, neste caso particular do patrimônio brasileiro, veio a ser motivadora do preservacionismo do legado colonial, sendo o modernismo sucessor legítimo deste período, mesmo havendo o lapso temporal do século XIX, tratado apenas como um modismo pelos intelectuais da arquitetura modernista. A esse respeito argumenta Chuva (2009):

Portanto, a construção de um patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil pode ser localizada historicamente nas décadas de 1930 e 1940. Sua consagração naturalizou a ideia de “patrimônio nacional” de tal forma, que se torna difícil imaginar, ainda hoje, que esta noção, em algum momento, tenha sido inventada, pois parece ter sempre existido. Esta construção foi pontuada pela criação do órgão responsável pela chamada “proteção do patrimônio nacional” – o SPHAN. Em suma, um projeto modernista nascido na década de 1920, incorporado dentro das redes do Estado a partir de 1930 e, especialmente, no Estado Novo (CHUVA, 2009, pág. 106).

A preservação da cidade de Ouro Preto foi paradigmática nas ações de tombamentos realizados pelo SPHAN, posteriormente IPHAN, determinando o estilo barroco mineiro colonial como símbolo da arquitetura a ser preservada no restante do país. A eleição de heróis como Tiradentes e Aleijadinho, dentre outros, reforçou o sentimento nacionalista e ao mesmo tempo procurava atenuar a influência europeia, que não podia ser negada, mas colocá-la como mais uma contribuição na formação do povo brasileiro.

Toda uma estrutura burocrática baseada nestes conceitos culturais dos modernistas, foi alicerçada no IPHAN, com a arquitetura sendo o carro-chefe dos processos de tombamento de bens culturais. Diz-se, uma cultura modernista pela inserção em massa destes intelectuais dentro do Ministério da Educação e Saúde (MES), no Estado-Novo e posteriormente dentro do IPHAN, que se tornou um difusor do estilo arquitetônico modernista. De fato, a tradição do colonial barroco mineiro como gênese da brasilidade e do estilo arquitetônico do modernismo como seu legítimo sucessor.

A preservação patrimonial no Brasil nasceu dentro de uma ditadura de cunho nacionalista e tendo como inspiração as diaduras fascistas da Europa, em plena ascensão naquele momento. O viés tomado pelos órgãos de proteção do patrimônio brasileiro ao elegerem a herança colonial, principalmente aquela materializada em igrejas, sofreu ao longo das décadas críticas de setores ligados aos movimentos populares, mas ainda de forma tímida.

Somente em 1961, com a chamada lei dos sambaquis (lei 3.924 de 26 de julho de 1961), a qual dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, começará uma lenta distensão sobre a compreensão de um patrimônio além do patrimônio edificado, chamado de pedra e cal.

Assim foi orientada a política de patrimônio cultural no Brasil desde a década de 30 até meados dos anos 70, com o surgimento de novas orientações no campo da cultura, a partir da discussão focada nos direitos das minorias, étnicas, sexuais, religiosas, de uma mudança de olhar sobre o velho ideal de democracia burguesa. A cultura passou a ser vista como um direito das minorias, e não apenas a chamada alta cultura civilizatória. O patrimônio cultural também teve seu eixo ampliado, deslocando-se do patrimônio edificado em pedra e cal para integrar também as manifestações culturais imateriais. Neste sentido, esclarece Fonseca (2009):

Para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitistas na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular. Essa atualização era a proposta do CNRC (FONSECA, 2009, pág. 143).

No âmbito institucional brasileiro, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)⁷, com a proposta de mapeamento dos saberes tradicionais dos mais variados rincões deste país, possibilitou um novo olhar para a cultura patrimonial. Iria se valorizar o artesanato, a cultura oral, como manifestações da cultura passíveis de constituir um patrimônio a ser protegido pelo Estado, inicialmente para que estas comunidades pudessem obter meios de desenvolvimento econômico.

A lenta mudança da política de preservação patrimonial, conseqüente de uma nova visão cultural somente veio a se consolidar com redemocratização do país na década de 80, com a Constituição de 1988, recepcionando essas novas ideias no campo da cultura e do patrimônio através dos artigos 5º; 23º; 30; 129; 215 e 216 e 225⁸ e também com a adesão do

⁷ Inicialmente, o objetivo era criar um banco de dados sobre a cultura brasileira, um centro de documentação que utilizasse as formas modernas de referenciamento e possibilitasse a identificação e o acesso aos produtos culturais brasileiros. Na concepção de Vladimir Murtinho e de Severo Gomez, tratava-se de um trabalho etnográfico, de dimensão estritamente cultural. No Relatório Técnico nº 1, de 2.7.1975, o objetivo do CNRC era definido como o “traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira” (FONSECA, 2009, pág. 144).

⁸ Art. 5º [...].

LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Art. 23 É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios:

[...]

Brasil às convenções internacionais sobre patrimônio imaterial, notadamente a Convenção para salvaguarda do Patrimônio Imaterial de 2003⁹, realizada pela UNESCO. A cultura popular, antes erroneamente relegada à condição de folclore, agora era tratado no mesmo nível do patrimônio material edificado.

As consequências desta mudança nos conceitos da cultura relacionados ao patrimônio podem ser percebidas na valorização das comunidades que não tinham em seu seio patrimônios materiais ditos de interesse artístico e histórico, mas com conhecimento de saberes e fazeres que fossem característicos somente daquele local. A partir daí, os processos de tombamento teriam de levar em conta não somente o aspecto material do patrimônio, mas

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

Art. 30 Compete aos municípios:

[...]

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 129 São funções institucionais do Ministério Público:

[...]

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

Parágrafo 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

⁹ A convenção conceitua patrimônio imaterial como “os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes – que as comunidades, os grupos, e em alguns casos os indivíduos reconhecerem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Agrega ainda que ele se manifesta pelas tradições orais, inclusive o idioma, as artes e espetáculos, os usos sociais, rituais e festivos, conhecimento e usos relacionados com a natureza e as técnicas artesanais tradicionais (SOUZA FILHO, 2011, pág. 141).

também sua carga de imaterialidade, ou seja, as pessoas que utilizavam esse patrimônio, os significados que foram criados pelos grupos que tinham relação com ele.

Mesmo que o patrimônio imaterial não tenha um tombamento e sim um registro, renovável após um período¹⁰, o fato é que a dicotomia existente entre patrimônio material e imaterial ficou menos caracterizada, lançando novos olhares aos patrimônios edificados já existentes e até mesmo tombados, porquanto começaram estudos que iam além do edifício, valorizando seu uso pela comunidade e a percepção que a própria comunidade tem destes locais.

No presente caso desta dissertação, este valor imaterial tem grande significado, porque os usos do prédio da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão é o que constituiu a memória personificada em relatos orais da comunidade, tornando o patrimônio edificado, as ruínas, um modo de expressão das vozes que silenciaram em seu interior, mas continuaram vivas na comunidade. Esta percepção ainda é nova em relação ao instituto do tombamento tradicional, mas já adquire importância em estudos como o presente, que pretende realizar uma proposta de educação patrimonial.

A revitalização das ruínas da Enfermaria Militar dará um novo significado ao local, ela perderá suas funções junto à comunidade, principalmente ao observá-la e a partir daí conceber relatos, nem sempre fiéis aos acontecimentos históricos, mas de importância para a elaboração do seu discurso simbólico e significativo, que acaba legitimando sua ligação com a cidade e enriquecendo a trajetória, tanto do edifício (ou que restou dele) quanto da gente local. Principalmente aquela parte da comunidade que não tem um patrimônio econômico, mas que constitui seu legado através da oralidade, transmitindo aos seus descendentes estes valores e ideias.

Grande parte do patrimônio material tombado na cidade de Jaguarão tem ligação com uma elite que se constituiu em função destas propriedades, que até hoje fazem parte de seu patrimônio particular. Estas propriedades constituem uma forma de discurso que acaba subjogando o restante da comunidade que não teve seu patrimônio expressado por meio de edifícios ou mesmo terras. Como visto anteriormente, a expressão do poder nesta região se

¹⁰ Em 04.08.2000 foi publicado o Decreto 3.551, que trouxe como ementa “*Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências*”. [...] Deve-se notar que este registro é específico para os chamados bens imateriais sem suporte e embora tenha sido criado à imagem e semelhança do tombamento, dele difere pelo fato de conceder um título de patrimônio cultural temporário (dez anos), podendo não ser revalidado, enquanto o tombamento tem caráter permanente e não revogável (SOUZA FILHO, 2011, pág. 80).

legitimou através da posse da terra, a qual assegurou a acumulação de capital que permitiu a edificação de casarões suntuosos no centro urbano.

Um dos únicos prédios que foi de domínio público foi a Enfermaria Militar, a qual se constituiu como o patrimônio material que muitos não tinham. Certamente, seu abandono não foi por acaso; a elite não se interessou por sua manutenção e preservação, já que não era parte de seu esforço edificar um legado, uma memória e sua depredação ainda foi atribuída à camada mais pobre da população, que efetivamente a fez, mas talvez não tivesse a percepção do que significava aquele prédio para a constituição de sua memória.

No próximo item, será abordada esta temática do conceito de imaterialidade na ativação patrimonial das ruínas da Enfermaria Militar de Jaguarão; como esta concepção foi utilizada para o seu tombamento e principalmente na construção do projeto do Centro de Interpretação do Pampa. As políticas de tombamento de revitalização de bens culturais partem de uma decisão de poder, defendida em grande medida, pela justificação social de preservação dos ditos bens cultural, mas que após esta efetivação, na maioria dos casos, a comunidade fica alheia ao destino e utilização destes bens.

É nesta perspectiva que será analisada a ativação patrimonial da Enfermaria Militar, como uma decisão de poder e voltada a interesses diversos, o qual será identificado, para que se possam delinear estratégias de apropriação pela comunidade do espaço revitalizado, através da educação patrimonial, envolvendo gestores e a comunidade.

3.3 A Enfermaria Militar de Jaguarão e sua ativação patrimonial

O prédio denominado de Enfermaria Militar de Jaguarão, construído em 1883, como instalação de saúde do Exército Brasileiro, foi ao longo do tempo mudando os usos do seu espaço devido às contingências de determinados setores institucionais e da comunidade. Podemos determinar três períodos distintos dos usos deste prédio. O primeiro período – 76 anos- vai desde sua fundação em 1883 até o final da década de 1950, com seu uso exclusivo como organização de saúde. O segundo período – 12 anos- vai desde os anos 1960 até 1972, em que perdera sua função original e teve variados usos, tais como escola primária e prisão política. O terceiro período – 39 anos - vai desde 1970 até 2009, quando houve sua depredação, tornando-se ruína, culminando no lançamento do projeto de revitalização denominado de Centro de Interpretação do Pampa.

A partir de 2009 até o presente, desenrola-se a efetivação desse projeto, sendo suas implicações objeto da presente dissertação. Nesta parte, nos proporemos a analisar os pressupostos do ponto vista do patrimônio e da cultura para a ativação patrimonial das ruínas da antiga Enfermaria Militar, procurando determinar os motivos que levaram o Estado a realizar sua preservação e colocá-la como ponto de partida de um projeto de revitalização.

Dentro dos três períodos delimitados anteriormente, podemos classificar em consequência alguns grupos dentro da cidade de Jaguarão que ao utilizarem o espaço, em certa medida delimitaram a sua identidade e cultura perante si e a comunidade. No primeiro período, o grupo dos militares que tiveram sua ação no local, com atividades diferenciadas, normalmente da caserna, ou no caso específico, aliado ao cuidado de doentes. Este tipo de atividade naturalmente levava a um relativo isolamento em relação à comunidade, tanto militar como civil, por causa do medo do contágio e proliferação de doenças, que ao final do século XIX, tinha um controle muito menor do que na atualidade. Local de dor e desespero, isolado em uma área fora da cidade, foi se criando uma determinada imagem na consciência coletiva de como era percebido aquele local e sua relação com a cidade. Uma imagem associada ao sofrimento humano, embora soubesse ser necessária sua existência para a salubridade da população.

Quando perdeu suas funções como hospital, novos grupos começaram a utilizar o espaço; em destaque uma escola primária de uma organização religiosa católica. Já então começa a modificar a percepção de identidade do lugar, de uma área de atividades militares, embora de saúde, com toda sua carga de simbolismo, para uma atividade de ensino, com suas variadas implicações. A esse propósito, argumenta Leite (2007):

Para que exista um lugar, é necessário que às práticas sociais que lhe são constitutivas sejam relacionais ao espaço, tornando-o um “território de subjetivação” (Guattari, 1995). Isso significa que a sua dimensão espacial, em toda a sua extensão simbólica e material, inclusive edificada, deve reter significados e incidir igual e reflexivamente sobre as ações que lhe atribuem sentidos. Disso resulta a relação multicausal necessária para a construção dos lugares (LEITE, 2007, pág. 289).

A utilização do local como escola foi um período muito curto para que se modificasse radicalmente o imaginário da comunidade sobre a antiga enfermaria, pois esta escola foi desativada. Em 1964, com o golpe civil-militar, o prédio serviu de prisão política temporária para pessoas que supostamente tivessem alguma relação com os políticos e partidos que estavam no poder anteriormente. Também, neste caso, o período foi curto com esta finalidade militar e ideológica, embora seja algo que poderia suscitar uma memória marcante nas pessoas que estiveram presas e nos que observaram externamente as ações. Este tema ainda é

muito controverso na comunidade, porquanto os relatos orais são conflitantes ao descrever o período.

O que leva ao terceiro período de uso, com a transformação do prédio em ruínas, devido a uma depredação e ação do tempo. Talvez o motivo que tenha levado a depredação de um prédio deste porte e antiguidade na comunidade, dentre outros, seja o imaginário relacionado a ser um local de sofrimento, de relativo isolamento. O fato foi que não havia uma valorização da antiga Enfermaria como patrimônio, pelo menos não ao ponto de impedir sua destruição. Varine (2012) argumenta isso na relação do patrimônio com sua duração:

O patrimônio está ligado ao tempo por sua evolução e por seus ritmos. Ele tem um passado, um presente e um futuro. Se o desenvolvimento se efetua no presente, portanto a partir de um patrimônio constatado a um dado momento, ele não pode ignorar suas origens e não pode igualmente se limitar a consumi-lo sem nada criar de novo. Quanto aos ritmos, ou ao menos aos ritmos endógenos, eles são produto e resultado do patrimônio. Não se pode fazer nenhum desenvolvimento sem levar em conta os ritmos da vida local, que fazem parte integrante da cultura viva da população (VARINE, 2012, pág. 20).

Outros prédios existentes na cidade com a mesma antiguidade foram preservados, mesmo que suas destinações tenham se alterado, mas isto não ocorreu com a antiga Enfermaria. No início da década de 1970, alguns moradores, com autorização de um oficial do exército, teriam retirado materiais do prédio que estava sem uso, o que levou a uma depredação em larga escala que em poucos dias transformou o prédio em ruínas. Observa-se que no período de ruínas, de 1970 até meados da década de 80, a população continuou usando o local de variadas formas, ou depredando seu espaço físico, ou como local de lazer esporádico, ou de aglutinamento de grupos alternativos da sociedade.

Na década de 80, um programa de inventário de prédios que teriam significado histórico, foi realizado por estudantes de arquitetura da UFPEL na cidade de Jaguarão, como falado anteriormente, este foi denominado de projeto Jaguar, incluiu atividades de educação patrimonial, levantamento arquitetônico do centro histórico e como principal atividade de destaque a ativação patrimonial das ruínas da antiga Enfermaria Militar. Justamente aquele local aparentemente abandonado e sem nenhum referencial dos usos como instalação de saúde ou como escola, ou mesmo como prisão política, já que não existia mais o prédio e por consequência a atividade social que lá havia. Mas, apesar disto possuía um capital simbólico, de histórias passadas que agora tinha tornado o local uma relíquia, como afirma Leite (2007):

A noção de relíquia, aqui utilizada, refere-se ao processo no qual os costumes locais perdem suas conexões com o presente e tendem a subsistir como uma “relíquia”. Retomo a citação de Giddens, feita no primeiro capítulo: “Uma relíquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para

observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. Como outras peças de museu, pode estar no lugar em que foi originada, mas esse fato tem pouca importância para a sua natureza, que é como de um significante da diferença. Uma relíquia é como um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas” (LEITE, 2007, pág. 291).

Ao escolher as ruínas da antiga Enfermaria Militar como local/lugar privilegiado de ativação patrimonial, o projeto Jaguar utilizou-se do passado histórico de suas funções anteriores, mas apenas com o sentido de uma ativação patrimonial sem conexão com as atuais funções sociais do local/lugar. Tinha como objetivo transformar o local das ruínas, e seu entorno, em um centro cultural com atividades diversas como música e teatro, contando com a parceria da Prefeitura e órgãos de preservação patrimonial, que dariam o embasamento político-legal. Prats (1998) argumenta de forma brilhante essa situação de escolha de determinados locais como patrimônio:

O que significa, em definitivo, ativar um repertório patrimonial? Escolher determinados referenciais de um todo e colocá-los de outra forma. Evidentemente isto equivale a articular um discurso que estará avalizado pela sacralidade dos referenciais. Este discurso dependerá dos referenciais escolhidos, dos significados destes referenciais que se destacam, da importância relativa que lhes atribuíam, de sua inter-relação (é dizer da ordem do conjunto que integram) e do contexto (em um processo não isento, às vezes, de pretensas reduções de símbolos a signos). É bem claro, pois, que nenhuma ativação patrimonial, nenhuma, de nenhum tipo, é neutra ou inocente, sejam conscientes ou não disto os gestores do patrimônio (PRATS, 1998, pág. 68, tradução nossa)¹¹.

Neste caso, tínhamos o interesse acadêmico de pesquisa, a projeção política da gestão municipal e também setores ligados à preservação patrimonial institucional. A comunidade entrava como aquela entidade a ser “conscientizada” do valor das ruínas da antiga Enfermaria e mesmo do centro histórico. Os gestores do projeto Jaguar e os órgãos conveniados atuavam como gestores culturais, no sentido de direcionar o que deveria ser valorizado como local de memória e identidade. Embora certa parcela da população tenha aderido às propostas do projeto Jaguar, principalmente em relação às ruínas da antiga Enfermaria, após um período houve um esvaziamento das atividades propostas para o local. Em parte isto ocorreu pelo fato de o projeto arquitetônico para às ruínas e seu entorno, não ter sido completamente realizado,

¹¹ ¿Qué significa, em definitiva, activar un repertorio patrimonial? Escoger determinados referentes del pool y exponerlos de una o outra forma. Evidentemente esto equivale a articular un discurso que quedará avalado por la sacralidad de los referentes. Este discurso dependerá de los referentes escogidos, de los significados de estos referentes que se destaquen, de la importancia relativa que se les otorgue, de su interrelación (es decir del orden del conjunto que integren) y del contexto (em um proceso no exento, a veces, de burdas pretensiones de reducción de los símbolos a signos). Es bien claro, pues, que ninguna activación patrimonial, ninguna, de ningún tipo, es neutral o inocente, sean conscientes o no de ello los correspondientes gestores del patrimonio (PRATS, 1998, pág. 68).

mas também podemos atribuir à falta de relação do local com a comunidade e com as novas atividades.

Estes estudantes tentaram sensibilizar o poder público e a comunidade para a importância da preservação da arquitetura eclética presente no centro histórico diante de algumas derrubadas de prédios, ocorridas na cidade e que não obedeciam a nenhum critério de respeito ao estilo arquitetônico dos prédios vizinhos. A Enfermaria Militar foi o ícone desta luta, pelo seu significado, sendo em torno de sua área, concebidas ações como vigília noturna, encenações de teatro, shows de música com a presença da banda de rock Engenheiros do Hawai e demais atividades culturais, como foi noticiado no jornal local:

O evento mais significativo e de repercussão estadual foi o III Festival da Enfermaria, organizado e coordenado pelo Projeto Jaguar que reuniu nas ruínas do prédio militar no Cerro da Pólvora, cerca de 4 mil pessoas que durante mais de 9 horas consecutivas aplaudiram as mais variadas tendências musicais do RS e do Uruguai, e entre os destaques a Orquestra Municipal de Melo, o grupo local Acalanto Latino, o conjunto de rock Engenheiros do Hawai e o grupo Raiz de Pedra (A FOLHA, 1987, pág. 1).

Com esse movimento houve um despertar da população para a importância das ruínas da Enfermaria Militar como parte do patrimônio cultural, tendo iniciado o processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE), o qual se concretizou em 1990. Concomitante a isto, houve o pedido pelo poder público municipal, da cedência da posse da área da enfermaria e, em 1987, à construção de um parque denominado Dr. Fernando Corrêa Ribas, o qual viria a consolidar a participação da comunidade no entorno das ruínas, embora tenha realizado intervenções que descaracterizaram algumas estruturas que lá perduravam, conforme se depreende de notícia do jornal local:

O imóvel a que se refere o artigo 1º desta Portaria destina-se a execução de projeto paisagístico, compreendendo a recuperação do prédio da Antiga Enfermaria do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada, do Ministério do Exército, a construção de pequeno teatro de verão; de pátio ou local de artesanato e exposição de objetos folclóricos; de centro de informações turísticas; de áreas de estar, bem como o tratamento de áreas verdes, inclusive com introdução de espécies ornamentais e nativas (A FOLHA, 1987, pág. 03).

Essa esperada consolidação da participação popular não ocorreu nos moldes desejados, por falta de um uso mais apropriado da ruína e de seu entorno e, novamente, deixando o local abandonado, somente permanecendo o busto que lá havia sido colocado do ex-prefeito falecido que deu nome ao parque. A não continuidade das ações de educação patrimonial levou à concentração de atividades na esfera estatal através de um plano de

revitalização que, muitos anos depois, viria a ser implantado, como Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ):

O projeto Jaguar deu o ponto de partida, com o incentivo e a valorização da nossa arte, cultura e a preservação do nosso patrimônio arquitetônico. [...] O inventário compõe-se de três volumes, sendo o primeiro volume composto pelo texto sobre o histórico e a evolução urbana da cidade e os dois seguintes, ainda no prelo, de um cadastramento de aproximadamente 800 prédios localizados dentro do perímetro urbano de Jaguarão (A FOLHA, 1988, pág. 03).

O fato foi que, como saldo positivo deste processo, as ruínas foram tombadas como patrimônio histórico e artístico pelo IPHAE-RS em 1990 e continuou a ocorrer sua rotina de uso e deprecação até 2009, quando da nova proposta de ativação patrimonial. Esta proposta consiste num projeto de arquitetura contratado pela Prefeitura Municipal e a Unipampa, para revitalização das ruínas e seu entorno, transformando o local num complexo cultural denominado de Centro de Interpretação do Pampa. A proposta coloca, novamente, as ruínas da antiga Enfermaria Militar como relíquia, a base para a consecução de um museu que teria como exposição o tema do Bioma do Pampa Gaúcho, com espaços agregados como anfiteatro, auditório e prédio de apoio e exposições temporárias.

A motivação para este projeto partiu institucionalmente, sem um envolvimento maior da comunidade no que tange a uma discussão mais abrangente das finalidades do projeto, ficando mais restrita ao âmbito político da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, com a participação de setores ligados a preservação patrimonial como o IPHAN e a gestão da Unipampa. Embora a ativação patrimonial tenha um caráter de representação de poder, a legitimação de parcela da comunidade é buscada inicialmente para uma maior agilidade burocrática nos meios institucionais, com ações localizadas como a convocação da população para pressionar pela liberação de recursos o Legislativo para a contratação do projeto.

A efetivação do projeto começou com a elaboração do projeto arquitetônico pela empresa contratada e consequente licitação de empresa executora das obras, iniciadas em 2011. Atualmente, as obras se encontram em estágio inicial, mas já existe a delimitação do local com cercamento e canteiro de obras, contando com visitas esporádicas de escolas e universitários do Campus local. Além dessas atividades, não houve uma maior repercussão na comunidade no sentido de uma discussão e apropriação do local a ser revitalizado, que modificará sua estrutura interna e externa, permanecendo somente a fachada como relíquia de seus usos passados.

Uma grande diferença entre o projeto atual e o projeto Jaguar é no que tange à intervenção nas ruínas, não prevista pelo primeiro, embora os dois a utilizem como relíquia

colocando seus usos passados simplesmente como justificativa para sua preservação patrimonial. A relação das ruínas com seu uso no presente não serviram de ponto de reflexão destes projetos com a comunidade que as usa, talvez com a justificativa de que seriam beneficiadas com a simples reutilização do espaço. Prats (1998) alerta para isso:

Voltemos ao poder político que havia sido, e presumivelmente será o principal agente de ativação patrimonial, o principal construtor de museus, de parques naturais e arqueológicos, de catálogos de monumentos, de identidades... O Estado, comunidades autônomas, os municípios, e seus respectivos governos, não atuam neste sentido de forma diferente. Senão com maior ou menor intensidade segundo seus meios, mas também segundo suas urgências identitárias (PRATS, 1998, pág. 69, tradução nossa)¹².

O que se quer dizer com isto, é que apesar da boa intenção caracterizada em ações deste tipo, existe outra afirmação de poder, que poderá se chocar com interesses diversos contrários a ativação patrimonial de determinado local. No caso em tela, o prédio em ruínas da antiga Enfermaria Militar, evocava um passado ligado a classes mais populares da sociedade local, um prédio distante do centro urbano e com características públicas. Quando de sua primeira ativação patrimonial na década de 1980, não foi colocado um projeto abrangente de reutilização do espaço, que levasse ao interesse da elite econômica local. Diferentemente, no projeto atual, a transformação arquitetônica proposta leva a uma valorização econômica, não somente do entorno, como de toda a cidade.

Embora isto venha a rememorar os usos passados do local, este aspecto fica de certa forma em segundo plano, diante da grandiosidade do projeto. A memória daquelas camadas populares mais uma vez se tornaria secundária na formação identitária da cidade. Nisto, há o risco inerente a este tipo de ativação patrimonial, tendo os gestores e a comunidade a necessidade de um diálogo permanente, principalmente aqueles sobreviventes que ainda guardam histórias relacionadas ao lugar a ser revitalizado. Nesta linha argumenta Rosário (2002):

O termo "recordar" é aqui fundamental. No contexto mítico, recordar significa resgatar um momento originário e torná-lo eterno em contraposição à nossa experiência ordinária do tempo como algo que passa, que escoa e que se perde. A recordação, como resgate do tempo, confere desta forma imortalidade àquilo que ordinariamente estaria perdido de modo irrecuperável sem esta reatualização. Traz de novo a presença dos Deuses, os feitos exemplares que forjam os Heróis e que perseguimos ainda hoje como modelos exemplares, nos coloca novamente em

¹² Volvamos al poder político que ha sido. es y presumiblemente será el principal agente de activación patrimonial. el principal constructor de museos. de parques naturales y arqueológicos. de catálogos de monumentos. de identidades... El Estado, las autonomías o los municipios, sus respectivos gobiernos, no actúan em este sentido de forma diferente. Sino con mayor o menor intensidad según sus médios, pero también según sus urgencias identitárias (PRATS, 1998, pág. 69).

presença das tradições dos Antepassados que nos tornaram o que somos. Assim, como dissemos, o papel da memória não é apenas o de simples reconhecimento de conteúdos passados, mas um efetivo reviver que leva em si todo ou parte deste passado. É o de fazer aparecer novamente as coisas depois que desaparecem. É graças à faculdade de recordar que, de algum modo, escapamos da morte que aqui, mais que uma realidade física, deve ser entendida como a realidade simbólica que cria o antagonismo-chave com relação ao nosso tema: o esquecimento. O esquecimento é a impermanência, a mortalidade. E não nos dirá Platão mais tarde que "a natureza mortal procura, na medida do possível, ser sempre e ficar imortal" (ROSÁRIO, 2002, pág.01).

Então, mais do que a instalação de um complexo cultural, da revitalização de uma ruína, está posta em questão uma volta (ou não) aos usos e sentidos de certa parte da comunidade, que ao ver o seu local de memória esvaziado de sentido, acaba produzindo o esquecimento. A grande chave que poderia dar a este projeto uma relevância grandiosa seria a valorização das memórias daqueles que utilizaram o espaço em seu cotidiano, nos três períodos explicitados inicialmente. Abstraindo o valor de poder que está em jogo neste projeto, o mais importante é este recordar, valorizar, o processo de reconhecimento, para a partir daí haver uma conexão com as novas gerações que irão utilizar o espaço revitalizado, que será com outro sentido.

O patrimônio cultural toma sentido, em uma sociedade democrática e inclusiva quando serve, além de vetor econômico e cultural, de desenvolvimento humano, na sua acepção mais primitiva, ou seja, de realização, de promoção da autoestima e da satisfação do sentido de pertencimento. O direito do acesso à cultura passa também pelo patrimônio cultural, principalmente o das camadas mais populares, geralmente desconstituídas de um patrimônio edificado. Quando há a possibilidade de preservação destes locais, desta memória, é imprescindível a valorização destes aspectos nos projetos de revitalização. Para Prats (1998) esta ligação da identidade com ativação patrimonial é essencial:

Por outra parte, a mesma identificação, assimilada por todos, da noção de patrimônio – fundamentalmente do patrimônio artístico-arqueológico, mas ultimamente, também, do patrimônio natural e popular - faz com que a população creia (ou admita) essas mesmas ativações turístico-patrimoniais de acordo com os parâmetros de fixação do todo patrimonial anteriormente exposto. Tudo isto provoca dinâmicas locais de uma extraordinária complexidade nas quais se mesclam as adesões identitárias e os interesses turísticos de uma forma notavelmente emaranhada, e as quais não são alheias ao partidatismo político, os interesses econômicos e inclusive os confrontos pessoais (PRATS, 1998, pág. 71, tradução nossa)¹³.

¹³ Por outra parte, la misma identificación, asimilada por todos, de la noción de patrimonio – fundamentalmente del patrimonio artístico-arqueológico, pero ultimamente, también, del patrimonio natural y popular-o hace que la población se plantee (o admita) esas mismas activaciones turístico-patrimoniales de acuerdo con los parámetros de fijación del pool patrimonial anteriormente expuestos. Todo ello provoca dinámicas locales o

O projeto do Centro de Interpretação do Pampa nasceu de necessidades que podem ser facilmente percebidas nas estratégias de gestão do governo atual, quando se analisa o contexto econômico e político da região, nesse momento:

Fomento turístico através da valorização do patrimônio cultural; potencial de desenvolvimento econômico, em uma região privada de um capitalismo industrial que propiciasse uma elevação no nível de renda das camadas populares da cidade; atração do público que vai até a vizinha cidade uruguaia de Rio Branco/Uruguai para comprar em *free-shops*, mas que não deixa em Jaguarão um capital maior.

Estes fatores, embora não sejam claramente explicitados no projeto, é na realidade, o esteio da proposta do poder político local para justificar o investimento aplicado, mesmo que seja com a utilização de recursos federais.

Além destes aspectos, que em certa medida são justificáveis, pela constatação de que estamos em uma região carente economicamente, não podem ser os únicos direcionadores deste tipo de empreendimento. O patrimônio cultural não é uma questão que deva ser pautada somente pelo viés econômico, mas deve considerar também os benefícios em longo prazo, para o desenvolvimento humano e conseqüentemente social. Nesse sentido, deve-se pensar em resultados formativos – educativos e culturais – mas também visar praticamente o empreendedorismo que se pode estimular através do uso adequado do patrimônio cultural, principalmente em relação às comunidades populares, que em uma cidade do interior não tem acesso aos equipamentos culturais que existem nas médias e grandes cidades. Varine (2012) esclarece:

Provocar o enriquecimento permanente do patrimônio é, assim, uma proposta das políticas de desenvolvimento, o que os programas exclusivamente turísticos normalmente rejeitam. A criatividade da população, em suas diferentes gerações, é um trunfo e seria um erro limitá-la ao econômico, ou crer que ela está reservada aos especialistas, autodesignados ou diplomados (VARINE, 2012, pág. 40).

O sentido que se dará ao espaço revitalizado do Centro de Interpretação do Pampa não pode prescindir da participação ativa da comunidade, sob pena, de ao longo do tempo tornar-se um local meramente voltado ao turismo, e mesmo neste aspecto, ficar pobre de significado, porquanto não estaria imbuído da participação modificadora que é a cultura local, variável ao longo do tempo.

comarcales de una extraordinária complejidad en las cuales se mezclan las adhesiones identitarias y los intereses turísticos de una forma notablemente enmaranada, y a las cuales no son ajenas el faccionalismo político, los intereses económicos e incluso las confrontaciones personales (PRATS, 1998, pág. 71).

Percebe-se então, que a ativação patrimonial das ruínas da antiga Enfermaria Militar é cheia de pormenores, envolvendo uma série de atores e propostas, por vezes conflitante. O simples fato de revitalizar uma ruína como forma de preservação da memória leva ao questionamento sobre de que memórias estão falando. Também o aspecto econômico não é suficiente para sustentar a justificação ideológica dos recursos aplicados. São estes fatores somados que irão determinar o tipo de instituição que será o Centro de Interpretação do Pampa e o discurso hegemônico que conduzirá sua linha de funcionamento.

A sua concepção *sui generis*, originada da junção de instituições como a Prefeitura, o IPHAN e a Universidade, mais o olhar dos projetistas, tanto da arquitetura como também da museografia, leva a uma tensão constante pela disputa conceitual e burocrática do complexo cultural. Questões importantes como o fornecimento de informação qualificada em igualdade de condições a todos, o envolvimento e a participação da comunidade para a construção do projeto ficaram prejudicada. Funari (2011) alerta sobre essas dificuldades:

As práticas preservacionistas acionadas na América Latina mantêm-se em sintonia com as políticas internacionais de proteção, que enfrentam o desafio de associar a preservação do patrimônio cultural e da memória social ao desenvolvimento urbano. Mas, no caso latino-americano, os especialistas se deparam com outros impasses, agravados pela complexidade e extensão dos acervos de bens, a dispersão desse patrimônio no vasto continente americano, as urgências sociais e a escassez de recursos (FUNARI, 2011, pág. 57).

As políticas patrimoniais, apesar de toda esta problemática social de estarmos em um país com desigualdades sociais, reforça o compromisso, cada vez maior, de ampliar o acesso aos bens culturais, de forma democrática e participativa das camadas populares. Este desafio para os gestores, no caso em tela, da universidade, deve ser enfrentado com uma proposta de educação patrimonial em que ambos os envolvidos, comunidade e universidade possam dialogar e promover o intercâmbio cultural necessário para uma revitalização patrimonial.

Mais do que um discurso de legitimação, a educação patrimonial deve ser baseada na percepção de que a comunidade é a detentora das memórias do patrimônio cultural, tendo de estar imbuída de um novo olhar pedagógico livre de preconceitos advindos da teorização dos especialistas, mas usar esta teorização em uma *práxis* construtora de cidadania através da cultura. Funari (2011) argumenta de forma eloquente este ponto:

Por certo, a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Mas a seleção dos bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem. Nesse ponto, a experiência participativa executada em Cuba, na Havana Velha, pode ser lembrada, pois as medidas implementadas promoveram o diálogo entre o velho e o novo e o debate sobre as

necessidades socioculturais da população. Desse modo, o velho centro de Havana foi reabilitado, segundo Roberto Segre, mediante atribuição de novos usos aos ambientes antigos, transformados em espaços culturais, abrigos ou escolas (FUNARI, 2011, pág. 59).

No próximo capítulo em que serão propostas ações de Educação Patrimonial, ações essas, a serem realizadas junto aos gestores e a comunidade; ações voltadas a uma dinâmica que se utilizará de várias estratégias para atingir a construção do conhecimento que leve a apropriação pela comunidade do espaço revitalizado. Este complexo cultural que conterà um museu como principal foco de atuação, deve ter uma proposta diferenciada dos museus tradicionais, pois este não será amparado *a priori* por uma exposição e um público delimitado.

Também, serão apresentadas algumas ideias e projetos a serem inseridos no museu, como forma de potencializar seu uso tanto pela comunidade, como pelos pesquisadores interessados na história da região. Algumas destas propostas devem ser efetivadas no decorrer do curso da obra, para que seus resultados sejam sentidos ao término da construção e no início do funcionamento.

Em uma revitalização patrimonial deste tipo, as ações de educação patrimonial e de constituição da estrutura do museu, devem se coincidir, como forma de viabilizar a participação efetiva da comunidade e mesmo do próprio planejamento estratégico de funcionamento da instituição, para que fique bem clara sua vocação no seio da comunidade.

Portanto, a seguir, no capítulo final desta dissertação, que serão as propostas concretas a serem implementadas, baseadas nas análises dos capítulos anteriores, onde se teve uma visão de cada parte constituinte do projeto do Centro de Interpretação do Pampa, da história do patrimônio cultural tombado que será à base da revitalização, da sua concepção museográfica e dos conceitos da área do patrimônio, essenciais para a compreensão geral do tema abordado.

Julga-se que as propostas apresentadas adiante, poderão ser utilizadas na sua totalidade ou em parte, ficando a critério dos órgãos gestores sua efetiva implantação, mas a comunidade terá, também, um instrumento para uma melhor compreensão do projeto e constituir fóruns de debate e tomada de decisões, com vistas à condução e efetivação do projeto.

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DIÁLOGOS COM A COMUNIDADE SOBRE O PROJETO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA

Neste último capítulo, serão apresentadas as proposições de ações de Educação Patrimonial a serem efetivadas tanto na fase de implantação do projeto do Centro de Interpretação do Pampa como também após sua conclusão. Em um primeiro momento, será destacada a importância da Educação Patrimonial neste projeto de revitalização, já que os diversos elementos teóricos e práticos da concepção desta iniciativa de ativação patrimonial, os quais foram abordados nos capítulos anteriores, estão ainda desconectados e pouco esclarecidos, tanto para os gestores como a comunidade.

Será demonstrada que a Educação Patrimonial é a construção de um diálogo permanente e inerente ao processo de patrimonialização de bens culturais, devendo ser encarado como uma forma de democratização de um bem público, no caso um complexo cultural. Mais do que apenas uma ação isolada, entende-se que seja o alicerce para que o CIP venha a ter continuidade na sua existência como local de desenvolvimento humano, principalmente da comunidade em que está inserido. Não se quer dizer com isto que as propostas a serem apresentadas se constituam como as únicas que possam ser viabilizadas, mas, sim, colocá-las como alternativas concretas a serem adotadas com outras que porventura surjam na implantação deste projeto.

Por se tratar de um Mestrado Profissionalizante, há a necessidade de aplicar o resultado da discussão teórica em uma *práxis* que seja utilizada a quem a temática de estudo esteja voltada, no presente caso, aos gestores e a comunidade da cidade de Jaguarão. Então, se começa agora a fundamentação das propostas de Educação Patrimonial no contexto do Patrimônio Cultural.

4.1 A importância da Educação Patrimonial no projeto do Centro de Interpretação do Pampa

O Centro de Interpretação do Pampa que está sendo construído em cima das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, é em nossa visão, um complexo cultural que tem como

centralizador conceitual um museu com a temática voltada ao Bioma do Pampa. Trata-se, portanto, da conjugação de vários equipamentos culturais em lugar que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e durante um século serviu de objeto de uso pela comunidade, através dos diversos usos atribuídos ao prédio edificado pelo Exército Brasileiro no final do século XIX.

O CIP, além de ser uma construção nova no cenário da cidade, carregará consigo uma carga simbólica do patrimônio cultural anteriormente existente, as ruínas da antiga Enfermaria Militar. Apesar do projeto em sua concepção apelar para o aspecto educativo da futura instituição, evidenciamos em capítulos anteriores, as dificuldades de apropriação deste aspecto pelos gestores e a comunidade, por conta da ruptura que ocorrerá entre a memória constituída e as funções de uso do novo local.

A Educação Patrimonial, neste sentido, é uma ferramenta essencial na construção do conhecimento das potencialidades do complexo, e ao mesmo tempo, valorizando os usos anteriores do patrimônio edificado como ponto de interligação entre os dois momentos. Para Horta (1999):

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. A observação direta e a análise das “evidências” (aquilo que está à vista de nossos olhos) culturais permitem à criança ou ao adulto vivenciar a experiência e o método dos cientistas, dos historiadores, dos arqueólogos, que partem dos fenômenos encontrados e da análise de seus elementos materiais, formais e funcionais para chegar a conclusões que sustentam suas teorias (HORTA, 1999, pág. 02).

O Bioma do Pampa, proposta conceitual escolhida para o CIP, é um conceito restrito a uma elite de intelectuais da academia que tem uma conotação diferente no senso comum; parece que será o primeiro obstáculo a uma aproximação afetiva entre a comunidade e o centro cultural. Embora a denominação Pampa seja de uso corrente no jargão tradicionalista no Rio Grande do Sul e veiculado com a típica paisagem dos gaúchos, esta construção ideológica não atinge a camada das periferias das cidades, como em Jaguarão. Estas periferias estão inseridas em um contexto urbano mais voltado ao capitalismo consumista da atualidade, pouco conectados ao mundo rural idealizado das classes ligadas ao tradicionalismo.

Neste sentido, o elo que poderá incluir esta comunidade na temática do projeto é o referencial histórico dos usos e da memória da antiga Enfermaria Militar, que poderá ser a porta de entrada neste conceito mais complexo que é o bioma do pampa. Assim, o patrimônio

cultural anteriormente constituído servirá de ponte entre às gerações que vivenciaram os usos da Enfermaria e aquelas que vivenciarão o novo complexo do CIP. Sobre a relação do patrimônio com a educação patrimonial, salienta Horta (1999):

A Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura, como propõe Paulo Freire em sua ideia de “empowerment”, de reforço e capacitação para o exercício da autoafirmação (HORTA, 1999, pág. 02).

Esse processo de apropriação deve começar ainda na fase de implantação do CIP¹, pois a transformação do espaço patrimonializado e de significações consolidadas na comunidade, também deve ser objeto da educação patrimonial, como forma de mostrar as etapas e escolhas dos gestores para a viabilização do novo espaço, democratizando as informações e permitindo a inclusão de possíveis demandas da comunidade neste processo. Igualmente neste caso, é importante que haja uma educação patrimonial voltada à gestão, pois nem sempre quem está à frente do processo tem uma visão de compartilhamento de concepções, estando mais voltada à execução física propriamente dita do projeto. A esse respeito adverte Costa (2002):

Nesse contexto, o indivíduo é sempre o elemento alvo considerado como o consumidor em potencial. A noção de indivíduo como cidadão ainda é uma conquista a ser feita, mesmo que se possa identificar uma tendência muito atual de valorização do papel das comunidades como elemento propulsor do desenvolvimento regional e municipal (COSTA, 2002, pág. 143).

A participação da comunidade na constituição dos usos do CIP deve ser encarada como condição *sine qua non* para seu funcionamento como elemento de desenvolvimento desta mesma comunidade. Para além dos conteúdos propostos pelos idealizadores da expografia, deve existir primeiramente uma conexão com a cultura local constituída, identificada através do diálogo entre gestores e comunidade:

¹ Conforme as diretrizes aprovadas no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, realizado em Ouro Preto, em 2009, esta educação patrimonial envolve: 1. Articulação em rede; colaboração de saberes e difusão de conhecimento; articulação com outras áreas, como meio ambiente e turismo, dentre outros campos da atuação pública. 2. Identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural. 3. Envolvimento das instituições educacionais, formais e informais, nos processos de EP. 4. Envolvimento de artistas, agentes e instituições culturais nos processos de EP. 5. Articulação das redes das CP com as redes já estabelecidas que apresentem interface educação e cultura, tanto pelo Minc, MEC e demais ministérios. 6. Articulação com instituições de ensino e pesquisa a partir de programas de colaboração técnica e convênios. 7. Articulação e aglutinação de ações educativas entre a comunidade e instituições de ensino formal (IPHAN, 2009).

Todas as ações por meio das quais os povos expressam seu modo específico de ser constituem a sua cultura, que vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam. Neste processo dinâmico de socialização, em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade (HORTA, 1999, pág. 03).

O reconhecimento por parte dos gestores da cultura local não significa que deva haver uma reorientação radical na proposta de expografia, que no seu eixo central contempla, ao menos teoricamente, as manifestações culturais locais; significa que deva haver uma valorização destas manifestações, com maior visibilidade dentro da expografia, permitindo assim uma conexão entre a cultura idealizada das classes intelectualizadas e a cultura vivenciada pela comunidade local. Ainda conforme as diretrizes do I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural:

Articulação dos marcos legais do registro de bens culturais de natureza imaterial e do reconhecimento dos “patrimônios vivos” com vistas a uma salvaguarda mais ampla e integrada; Elaboração de marcos legais estaduais e municipais alinhados aos seguintes princípios: participação informada das bases sociais envolvidas, produção de conhecimento e documentação, implementação de ações e planos de salvaguarda; Melhoria da interlocução e do relacionamento entre administração pública e sociedade (IPHAN, 2009).

Embora a temática do bioma pampa tenha um alcance maior do que a cultura local é através dela que poderá haver a ampliação do conhecimento para este universo maior, porquanto a comunidade local será o motor que impulsionará o desenvolvimento das atividades do CIP, provocando a participação dos visitantes e estimulando-os a conhecerem de forma participativa os conteúdos do CIP. Sobre os perigos da mercantilização do turismo cultural, argumenta Costa (2002):

É no cerne desta questão que pode acontecer o surgimento de um turismo cultural inadequado, e até mesmo perigoso no sentido de promoção de mercadoria, porque se fabrica uma cultura para atrair o turista e, muitas vezes, força-se a criação de uma identidade que é manipulada por grupos específicos, enquanto os valores reais de uma comunidade ficam esquecidos tendendo ao desaparecimento. O consumo imposto pela economia de mercado, sem nenhuma reflexão sobre a sociedade que o contextualiza, é extremamente desagregador de identidade (COSTA, 2002, pág.144).

A cidade de Jaguarão faz divisa com a cidade uruguaia de Rio Branco/Uruguai, na qual existem os famosos *free-shops*, locais que atraem milhares de consumidores de todo o Rio Grande do Sul, constituindo uma circulação enorme de pessoas entre as duas cidades, separadas por um rio e unidas por uma ponte binacional. Este turismo comercial alimenta uma

rede de restaurantes e hotéis na cidade de Jaguarão, que acaba tornando-se local de passagem destes consumidores.

O CIP, na medida em que seja considerado como um aparelho cultural, num primeiro momento, não seria atrativo a este tipo de público, pois o mesmo raramente fica mais de uma noite na cidade e durante o dia fica envolvido nas compras na cidade vizinha. Considerar este público como frequentador principal do CIP, é um erro de planejamento que poderá transformar o CIP em mais um atrativo consumista, deixando a comunidade local alheia ao seu funcionamento².

Embora a cidade de Jaguarão tenha um índice de desenvolvimento econômico baixo, vivendo basicamente da agropecuária e com uma grande camada da população desprovida de recursos financeiros, há atualmente um alto investimento do governo federal no patrimônio cultural da cidade, principalmente o edificado. A justificativa maior, além do próprio patrimônio em si, é a utilização deste como potencializador de desenvolvimento econômico do município, já que é desprovido de indústrias, as quais geram considerável aporte de recursos ao erário onde são instaladas.

Neste sentido, a supervalorização da utilização do patrimônio como atrativo turístico tem de ser pensado com muito cuidado e dialogado com a comunidade, principalmente por se tratar de uma cidade com aproximadamente 30.000 habitantes, onde uma intervenção massiva deste tipo pode acarretar um desequilíbrio social ainda mais acentuado do que o já existente. Para que isto não ocorra, a educação patrimonial deve ser entendida como um processo que além de construir um sentimento de pertencimento ao patrimônio ao qual estão sendo investidos recursos, proporcione um desenvolvimento humano da comunidade. A relação entre cultura e desenvolvimento humano é explicada por Costa (2010):

A cultura é o alimento que nutre as sociedades no que elas têm de mais íntimo, pode-se dizer que é a alma de um povo, portanto é algo de extremo valor que se deve procurar preservar a todo custo tal qual a saúde. No caso da saúde cultural, o alimento fundamental é a memória coletiva, afetiva e social. E nós nos perguntamos: que memória esses jovens carentes, jovens em situação de risco, estariam formando nesses locais em que eles habitam, os quais não lhes oferecem oportunidades de desenvolvimento e até despertam frustrações? (COSTA, 2010, pág. 02).

² Neste sentido, a preparação da sociedade para receber este aparelho cultural como o CIP, deveria ser antecedida de um amplo programa de capacitação, principalmente como elemento de desenvolvimento de trabalho e renda, “Elaboração e implementação de programa nacional de fortalecimento institucional; elaboração e implementação de programa de assessoramento, capacitação e apoio a organizações da sociedade (IPHAN, 2009)”.

Este conceito de saúde cultural é muito interessante, pois atenta para algo inerente a todo ser humano, que é o sentimento do prazer de fazer algo, de participar de uma atividade que lhe traga uma sensação de bem-estar. Mesmo as comunidades carentes, que aos olhos das classes favorecidas economicamente, possam ser brutalizadas por suas condições de existência, tem modos de realizar atividades que lhes tragam satisfação, sejam atividades simples como uma brincadeira, uma festa ou maiores, como eventos cívicos, shows, entre outros.

O CIP então poderá ser este local em que esta comunidade se sentirá bem ao frequentar suas dependências, dialogando com o conhecimento ali apresentado e a partir daí construir o seu próprio conhecimento da cultura, desenvolvendo uma cidadania plena, permitindo também um desenvolvimento econômico, na medida em que consiga se apropriar das ferramentas educacionais a seu dispor para conseguir uma autonomia financeira. Conforme Costa (2010) que define o conceito de saúde cultural:

Essa vida saudável passa pela construção e preservação da memória coletiva, que, por sua vez, tem por base a memória afetiva dos cidadãos. Quem tem memória tem existência, não vive apenas por instinto; quem tem memória existe, passa a ter consciência, sentido de pertencimento, passa a entender e a valorizar o patrimônio cultural que é carregado da memória dos tempos. Nesse sentido, o ser humano é um grande patrimônio, porque ele tem a capacidade de ter memória, de formar e reformular memórias, então nós trabalhamos intensamente com os jovens e com suas famílias, promovendo um franco diálogo de gerações, um encontro de memórias afetivas e emocionais, visando fazê-los entender o que essa memória traz para as pessoas, fazendo-as sentirem-se melhores (COSTA, 2010, pág. 03).

A educação patrimonial, no presente caso, necessita de aproximação com a comunidade, apresentando os conceitos teóricos do CIP de forma que fique mais clara, voltada a seus sentimentos, memória e cultura. Tomar contato com o projeto através das memórias da antiga Enfermaria Militar e contextualizá-las no novo local. Este é o passo inicial que deve ser dado em direção a essas ações com a comunidade, focando os pontos de contato através de uma linguagem acessível, utilizando todos os tipos de mídia disponível, reconhecendo e sendo reconhecido pela comunidade, de acordo com Costa (2010):

Assim, percebe-se que a preservação do patrimônio cultural não serve apenas para cuidar da memória oficial e social, mas é uma ferramenta pedagógica extremamente valiosa para promover a saúde cultural dos cidadãos, serve para cuidar do ser humano que poderá carregar essas memórias de geração para geração promovendo frutíferos diálogos (COSTA, 2010, pág. 08).

Como o CIP será gerido pela Universidade Federal do Pampa, esta também deverá passar por um processo de educação patrimonial. Parece incongruente essa afirmativa por se

tratar de um local de ensino, mas pelas particularidades que apresenta essa universidade, é perfeitamente aplicável a ação educativa em benefício da alfabetização cultural.

A UNIPAMPA é uma universidade *multicampi*, isto é, foi concebida para atuar em cidades pólo da fronteira oeste e sul do Rio Grande do Sul, com uma descentralização administrativa fundamentada em *campi* estruturados de forma quase autônoma, pois ainda existe uma ligação com uma Reitoria, que fica afastada das áreas acadêmicas, inclusive fisicamente. Além disto, por ser uma universidade relativamente nova, criada em 2008, tem uma série de demandas estruturais a serem vencidas principalmente com a falta de servidores técnicos que atuem na área de ensino, pesquisa e extensão, concentrando-se na área administrativa.

A criação de um complexo cultural como o CIP, com base em um patrimônio cultural tombado e alicerçado em concepções museológicas, ainda não foi trabalhado pela comunidade acadêmica. Atualmente, temos o andamento da obra física de erguimento do complexo ao encargo do setor de infraestrutura da universidade, já bastante sobrecarregado com outros projetos da instituição, acarretando uma menor efetivação nos aspectos conceituais do projeto. Então, faz-se necessária uma educação patrimonial da comunidade universitária como forma de que a mesma venha a se engajar no projeto do CIP, colaborando com a integração com a comunidade local, permitindo o diálogo entre a academia e seus saberes e a cultura local. Para que o CIP seja visto pela universidade não apenas como apenas mais um espaço de *locus* acadêmico, mas como um instrumento de desenvolvimento humano da comunidade.

Além da universidade, que é a gestora do CIP, temos a Prefeitura Municipal de Jaguarão, como a idealizadora da concepção do projeto e o IPHAN como órgão fiscalizador do patrimônio cultural tombado. Estas duas instituições também devem participar do diálogo com a comunidade, como vetores da política patrimonial, através da mediação da universidade. Atualmente, essas instituições não articulam suas ações de forma clara e conjunta, sendo que cada uma age em sua esfera de influência, raramente realizando ações conjuntas junto à comunidade sobre o CIP.

A alegação destas instituições é de que essa ação será feita posteriormente, com o término das obras do complexo. Na ótica deste trabalho, por se tratar da modificação de um patrimônio cultural tombado e de extrema significação simbólica para a comunidade, essa escolha poderá ocasionar um distanciamento da comunidade com o novo local:

Evidentemente que o processo de salvaguardar e de preservar a memória coletiva é um processo de muitos atores sociais trabalhando em conjunto. É necessário que

especialistas em patrimônio e membros da coletividade estejam envolvidos em um trabalho de educação permanente no qual os sujeitos se reconheçam como parte do patrimônio global. As bases para esse trabalho conjunto estão na adoção de uma abordagem holística e interdisciplinar que se debruça sobre o uso social do patrimônio (COSTA, 2002, pág. 148).

Além disso, o próprio IPHAN preconiza que a todo bem restaurado ou construído com base em algum patrimônio cultural edificado, deve ocorrer, paralelamente e ao mesmo tempo de execução das obras e após as mesmas, ações de educação patrimonial à sociedade³. Outra questão relacionada com a necessidade de haver uma educação patrimonial durante as obras do CIP é a paisagem que está sendo modificada no entorno do canteiro de obras. Essa paisagem é formada por uma elevação acentuada no terreno, denominada de cerro, uma característica das planícies do pampa. Esse cerro é referenciado em documentos que remontam à fundação da cidade, por se constituir em um dos dois pontos mais altos da região. O outro cerro foi utilizado para a construção de um cemitério no século XIX e denomina-se Cerro das Irmandades, nome dado também ao cemitério.

O local de construção do CIP denomina-se Cerro da Pólvora, onde foi construído a Enfermaria Militar. Com o avançar do tempo, algumas construções foram feitas ao redor da Enfermaria, mas nada que comprometesse o conjunto da paisagem natural, que se constitui numa das mais belas vistas do rio Jaguarão e da cidade. Com o andamento das obras do CIP, a paisagem está sendo acrescida de prédios do próprio complexo cultural, modificando-a. Por esse motivo, a inserção de um diálogo com a comunidade do entorno, através da educação patrimonial é indispensável para verificar como está sendo a percepção dos habitantes do local e suas expectativas quanto aos usos do CIP.

Estas são as premissas pelas quais entendemos que deva ser realizado o trabalho de educação patrimonial no projeto do CIP. Nossa abordagem será focada na democratização das informações para a comunidade, com a necessária intermediação pedagógica, auxiliada por meios de comunicação oral, escrita e midiática. Nossas propostas a serem apresentadas a seguir, serão pautadas em ações simples, mas de efeito ampliado, que para terem o efeito desejado deverão ser adotadas pelos gestores do CIP, como ferramentas de inclusão social no projeto.

³ Conforme as legislações existentes, sobretudo das políticas internas do IPHAN sobre educação patrimonial, vide PORTARIA Nº 420, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010, PORTARIA Nº 299, DE 6 DE JULHO DE 2004, PORTARIA Nº 127/2009 (Paisagem Cultural Brasileira), FORUM POLÍTICA NACIONAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Eixos Temáticos, Diretrizes e Ações Documento final do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (Ouro Preto - MG, 17 a 21 de julho de 2011) (N.A.).

Também deverá ter o apoio da prefeitura e do IPHAN, no sentido de colaborarem com suas esferas de atuação no fornecimento de dados e informações do que está ocorrendo na condução do projeto, ou seja, estas propostas de educação patrimonial devem ter o engajamento de todos os envolvidos no processo de implantação do CIP. A seguir apresentaremos as propostas concretas de intervenção junto aos gestores e a comunidade.

4.2 Propostas de Educação Patrimonial através da Gestão

A seguir, serão apresentadas as propostas de educação patrimonial que entendemos serem válidas se efetivadas com a participação da gestão do Centro de Interpretação do Pampa e a Universidade Federal do Pampa. Estas propostas partiram de nossa atuação como Historiador da instituição, tendo também a participação de servidores da instituição em algumas delas. Cabe aqui salientar, que esta dissertação parte do princípio de que a atuação do Historiador como profissional da área do patrimônio leva a propor ações no âmbito acadêmico para que sejam usadas como instrumento de gestão pela universidade.

Portanto, estas propostas foram formuladas com base em uma visão interdisciplinar e tendo como objetivo final a apresentação do CIP para a comunidade, através de uma linguagem acessível e participativa. Algumas das propostas aqui mostradas, são frutos de pesquisa realizada através de cursos na área do patrimônio e da museologia, além da experiência teórica e prática adquirida no Mestrado em Patrimônio Cultural. São conceitos e práticas desenvolvidas ao longo de dois anos de atuação profissional na instituição e no mestrado.

Estas propostas serão divididas de acordo com a ordem prevista para a divulgação do CIP, em uma metodologia de educação patrimonial baseada nas modernas tecnologias da informação, assim como na relação dialógica com a comunidade. Ressalta-se que estas ações foram implementadas, em parte, pela gestão. Será indicado ao longo da exposição das mesmas, se houve a efetivação e como está o andamento destas propostas.

Como será visto adiante, são formulações simples, mas com a intenção de democratizar as informações em relação ao projeto do CIP e estabelecer um diálogo com a comunidade, para que haja a construção de um sentimento de apropriação do espaço revitalizado da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão.

4.2.1 Criação de sítio eletrônico do CIP

A primeira proposta de educação patrimonial foi a criação de um *website* dentro do portal eletrônico da universidade, que contivesse informações sobre o projeto do CIP e mostrasse a interação da comunidade com o local através de fatos relacionados ao CIP. Este sítio eletrônico foi dividido em temáticas, contendo apresentação, histórico, fotos e notícias.

Inicialmente, a ideia era de congregiar a área de Comunicação Social da Universidade e o Setor de Tecnologia da Informação, para que pudesse ser feito um registro do andamento das obras do CIP, além de pequenas filmagens contendo entrevistas com os responsáveis pela obra, moradores do entorno, pessoas da comunidade e visitantes. Abaixo (fig. 4.1 e 4.2), exemplos dos conteúdos contidos na página do sítio eletrônico do CIP.



Figura 4. – Sítio eletrônico do CIP, página inicial.

Fonte: <http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/cip/>

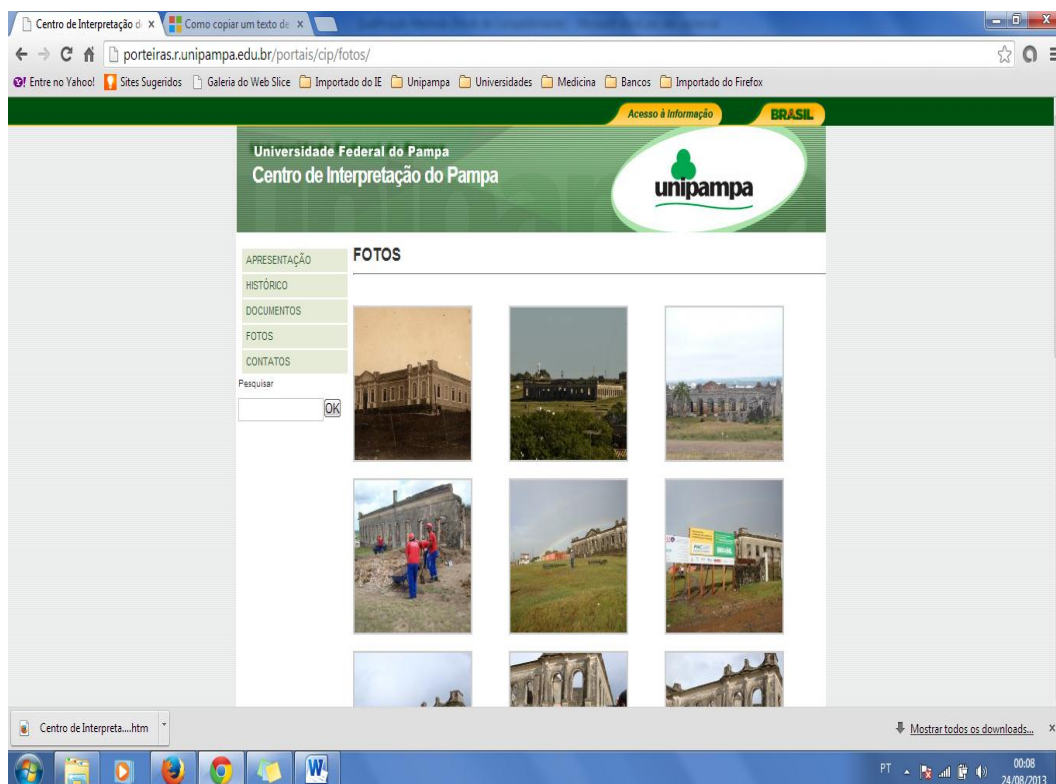


Figura 4.1 – Conteúdo do menu do sítio do CIP.

Fonte: <http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/cip/fotos/>

A intenção era demonstrar a transformação do espaço físico das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão. Fazia parte da proposta de, ao longo do tempo, transformar este portal em um canal de comunicação com a comunidade, que poderia interagir através de outros locais como *facebook*, *twitter*, permitindo aos gestores avaliarem suas ações com uma ferramenta de comunicação instantânea. Esta página seria o início das ações de educação patrimonial com a comunidade, tanto interna como externa.



Figura 4.2 – Conteúdo do menu Histórico.

Fonte: <http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/cip/historico/>

4.2.2 Documentário sobre a cidade de Jaguarão e o CIP

Outra proposta formulada e apresentada para ser utilizada como ferramenta de educação patrimonial pela gestão foi um documentário sobre a cidade de Jaguarão e o CIP. Este documentário foi idealizado em parceria com o servidor do setor de comunicação que é especializado em filmagens e produção. Foi realizado um roteiro em conjunto para que fosse contemplada a história da cidade, com seus principais prédios tombados e sua importância para a comunidade, culminando com a mostra da história da Enfermaria Militar e o projeto do CIP.

Abaixo, exemplo do roteiro a ser utilizado:

JAGUARÃO – O Pampa e a Fronteira

Um roteiro para documentário de Alexandre Villas
Bôas e Maurício Schneider

OFF – EDUARDO DE SOUZA SOARES

- Formação do núcleo da Guarda do Cerrito do Espírito Santo de Jaguarão em 1802 e planta de 1815.

DEPOIMENTO – EDUARDO DE SOUZA SOARES

- Continuação da fala sobre formação do núcleo da Guarda do Cerrito do Espírito Santo de Jaguarão.

- Estruturação das fortificações na fronteira oeste do RS para garantir o território português do tratado de Madri.

- Ocupação decorrente de movimento militar no Brasil Colônia. Comércio e formação da primeira planta urbana. Livre passo de mercadorias na Cisplatina.

- Ponte Mauá como consolidação das ações históricas de chibo. O simbolismo da união dos povos na República.
(convite para conhecer o centro histórico)

(VILLAS BÔAS; SCHNEIDER, 2012).

Foi convidado um Historiador local para realizar uma espécie de *tour* pela cidade, onde o mesmo seria filmado percorrendo os prédios tombados da cidade de Jaguarão, a começar pela ponte de interligação entre o Brasil e o Uruguai, a ponte Internacional Visconde de Mauá. Estas imagens seriam intercaladas com plantas históricas da cidade, demonstrando o desenvolvimento urbano ocorrido e suas motivações.

Abaixo a continuação do roteiro do documentário:

DEPOIMENTO – EDUARDO DE SOUZA SOARES

- O excedente do capital dos latifúndios e a construção do Centro Histórico no final do séc.XIX. Núcleo com igreja, praça e casarões;

- Igreja Matriz do Divino Espírito Santo;

- Essa praça é cheia de simbologia.
(cita as construções ao redor da praça – câmera vai mostrando durante o relato do entrevistado).

- Clube Harmonia e Jaguareense;

- Estátua da Liberdade;

- Casarão Lopes de Moura;

- Obelisco. Primeira Câmara a aderir à Revolução Farroupilha.
(convite para conhecer teatro)

DEPOIMENTO – EDUARDO DE SOUZA SOARES

- Fala sobre o Teatro Esperança.
(convite para conhecer a Fundação Carlos Barbosa)

DEPOIMENTO – EDUARDO DE SOUZA SOARES

- Fala sobre a Fundação.
(convite para próximo destino)

DEPOIMENTO – EDUARDO DE SOUZA SOARES

- Fala sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

-Fala sobre a Igreja Imaculada Conceição.

- Fala sobre o Arco do Triunfo.
(posterior cobertura com imagens dos locais referenciados. convite para o cemitério).

DEPOIMENTO – EDUARDO DE SOUZA SOARES

- Fala sobre o cemitério.
(convite para conhecer a Enfermaria Militar de Jaguarão)

DEPOIMENTO – EDUARDO DE SOUZA SOARES

- Histórico da construção. 1881-83 ~ 1960. Motivo da construção e credences.

(VILLAS BÔAS; SCHNEIDER, 2012).

O término do *tour* aconteceria nas ruínas da Enfermaria Militar, sendo depois feita entrevistas com os responsáveis pelo projeto, como o Arquiteto Marcelo Ferraz, Gestores da Universidade e da Prefeitura Municipal. Ainda teria o depoimento de ex-militares que trabalharam na Enfermaria ou ficaram internados, para demonstrar como era o seu funcionamento. Ainda, seriam registrados os depoimentos dos moradores do entorno, para saber a sua percepção sobre a obra em andamento e as perspectivas de utilização do futuro CIP.

O documentário foi filmado na cidade de Jaguarão, com o *tour* pelo Centro Histórico; foram colhidos os depoimentos dos ex-militares e moradores do entorno e escolhida a trilha sonora, a qual seria uma composição e interpretação de músicos locais. O objetivo final desta ação era de veicular nos órgãos de comunicação, como a Rede Cultura de Televisão, distribuir em vídeo para as escolas da cidade e outras instituições, como universidades, prefeituras e órgãos governamentais de fomento, para a viabilização de futuras captações de verbas para o CIP.

4.2.3 Criação de Identidade Visual para o CIP

Outra proposta apresentada à gestão universitária para ser utilizada como ferramenta de educação patrimonial, foi a criação de uma marca de identificação visual para o CIP. Esta proposta tinha por objetivo apresentar uma imagem associativa ao projeto do CIP que pudesse ser usada em diversos contextos, como folders, cartazes, cartões de visita, tela de proteção para computadores, redefinição gráfica do sítio eletrônico do CIP e demais aplicações que envolvessem o nome CIP.

Com isto, esperava-se a padronização visual das ações de divulgação do CIP entre a comunidade, uma forma de aproximação através da arte das propostas a serem colocadas em prática no projeto. Na era da informática e da imagem, a visualização de uma marca leva a conexões por vezes mais eficientes do que os métodos tradicionais de divulgação.

Então, foi feita uma parceria com a Assessoria de Comunicação Social (ACS) da UNIPAMPA com a finalidade de desenvolver esta marca. Ao Historiador coube a delimitação do assunto, a ideia central de evocação de uma imagem que lembrasse imediatamente a associação com o projeto do CIP. Foi escolhida a imagem das ruínas da Enfermaria Militar como símbolo ideal, através da qual seria dada uma conotação do que seria o futuro CIP. Conforme consta no memorial do projeto do logotipo ACS (2012):

A famosa arquitetura da Enfermaria Militar de Jaguarão, RS, foi representada na marca de forma artística, com pintura e traço rústicos a fim de transmitir modernidade ao local. As cores vivas, que se destacam por despontar do prédio, representam a revitalização desse espaço que, de patrimônio antigo e sem uso, passou a abrigar um ambiente cultural e social. A “eclosão” da vitalidade do ambiente se dá em quatro cores carregadas energeticamente. O azul traz a ideia de espaço, infinito e transmissão de movimento, cuja interpretação pode ser feita a partir da quantidade de possibilidades que o local oferece; O amarelo significa símbolo de luz que irradia em todas as direções. Expressão de originalidade, iluminação e idealismo, essa cor carrega também uma associação afetiva com o que o patrimônio representa para a sociedade na qual está inserida; O rosa, mistura de vermelho com magenta, remete imediatamente à ajuda ao próximo, energia, ação, calor, encontro e aproximação; Por fim, o verde representa associação material, natureza, frescor, bem-estar, juventude, firmeza e serenidade. A mistura de todas essas cores somadas a silhueta arquitetônica do prédio representam a proposta primordial do CIP: revitalização de um patrimônio antigo e inutilizado, tornando-se um lugar de inúmeras possibilidades culturais/sociais/artísticas para a população (ACS, 2012).

Esta expressão teórica culminou na formação de uma imagem emblemática, que ao mesmo tempo evocava o patrimônio cultural anteriormente tombado, como também levava a

percepção do novo espaço revitalizado e suas possibilidades como local potencializador da cultura.



Figura 4.3 – Marca de Identidade Visual do CIP.

Fonte: ACS, 2012.

Esta marca, como já foi dito, poderia ser aplicada em diversos suportes, inicialmente padronizando a apresentação de *powerpoint*, *banners*, cartões de visita, folderes e proteção de tela de computadores, disponibilizada na página do CIP. Posteriormente poderiam ser feitas outras aplicações como as demonstradas abaixo:

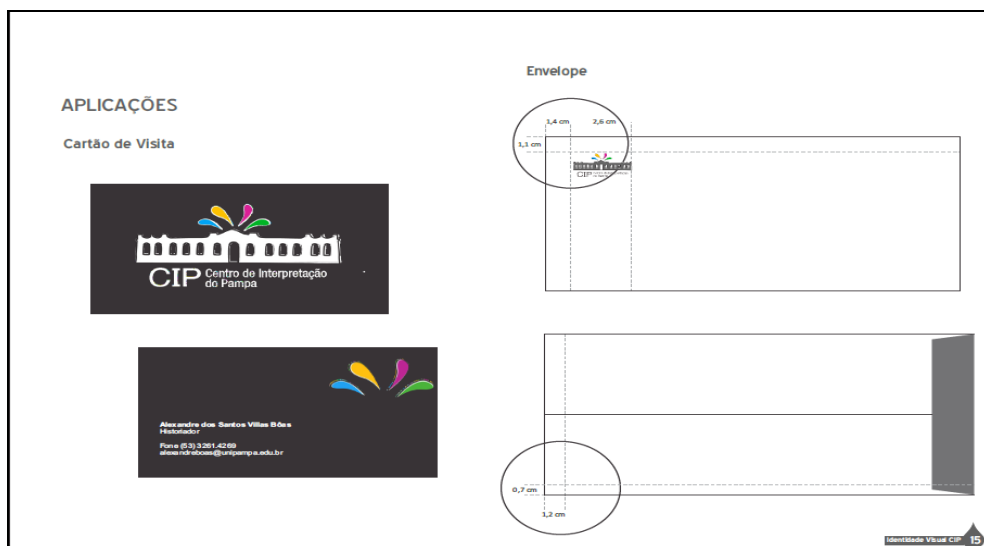


Figura 4.4 – Exemplo de aplicação da marca visual do CIP.

Fonte: ACS, 2012.

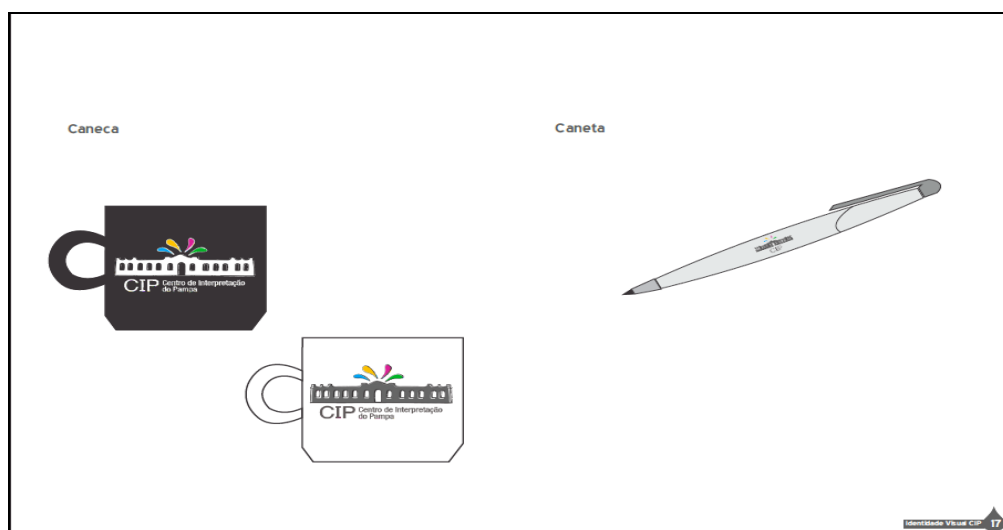


Figura 4.5 – Exemplos de aplicação da marca do CIP.

Fonte: ACS, 2012.

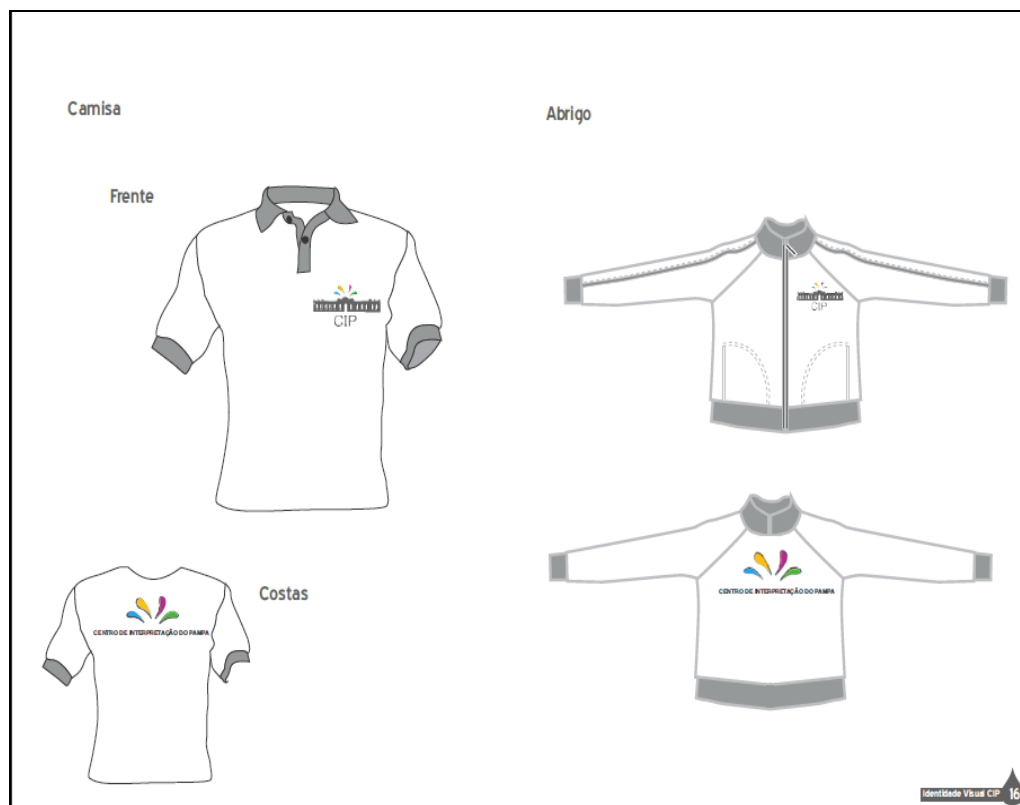


Figura 4.6 – Exemplo de aplicação da marca do CIP.

Fonte: ACS, 2012.

Este trabalho desenvolvido foi finalizado em sua parte teórica e a ideia era de realizar o lançamento da marca em um evento da UNIPAMPA, o qual congregasse a maioria da comunidade acadêmica, como o Salão de Ensino, Pesquisa e Extensão, que anualmente é realizado na cidade de Bagé, sede da reitoria.

4.2.4 Criação de *Banners*, *powerpoint* e *folderes*.

Conjuntamente com a criação da identidade visual do CIP, foi realizada a confecção de material expositivo e de divulgação impressa, assim como um *powerpoint* para apresentações orais do projeto em palestras e conferências.

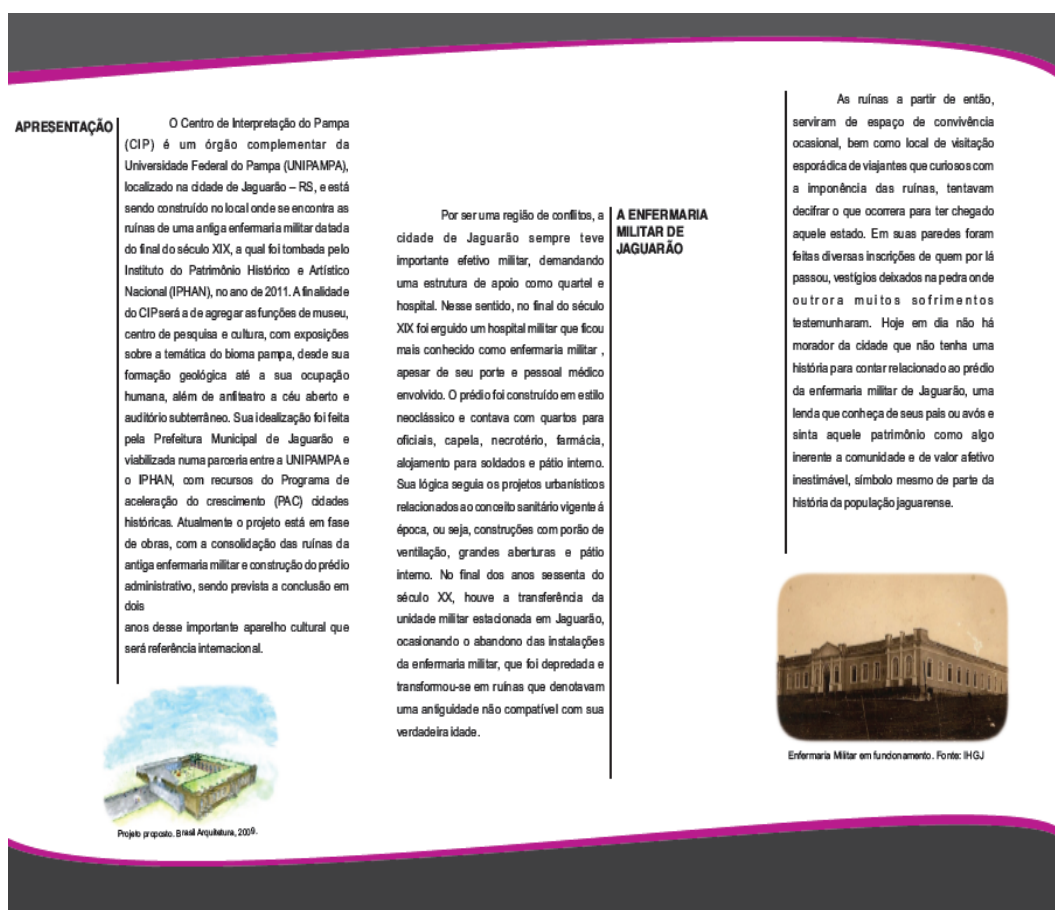


Figura 4.7 – Folder de apresentação do CIP.

Fonte: ACS, 2012.

Este material de apoio informativo poderia ser distribuído nas escolas da cidade e eventos da comunidade, como Feira do Livro, exposições, encontros, propiciando a ampla circulação de informações sobre o projeto e a história do prédio da antiga enfermaria militar, bem como serviria como ponto de partida para um diálogo com a comunidade, a qual poderia interagir com questionamentos através do sítio eletrônico.



ENFERMARIA MILITAR DE JAGUARÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL

Histórico

O prédio da Enfermaria Militar teve sua construção iniciada em 1880 e finalizada em 1883, sendo a construção dirigida pelo Capitão Carlos Soares, por ordem do Ministro da Guerra, Visconde de Pelotas. Este local servia de atendimento médico para os militares do 3º Batalhão de Infantaria Pesada, estacionado em Jaguarão.

Continha em suas dependências quartos para praças e oficiais, cozinha, farmácia, alojamento para a guarda de serviço e no ano de 1915 foi adicionado um necrotério e uma capela anexa. Uma construção sólida de estilo neoclássico, inclusive utilizando pedras abundantes na região, com um amplo pátio interno e um porão destinado à ventilação, norma padrão de higiene seguida pelos arquitetos da época.



Enfermaria Militar em funcionamento. Fonte: HGL



Vista do Corno da Pólvora e ruínas da Enfermaria Militar. Foto: Fabrício Marcon

Seu uso foi contínuo até que por volta da década de 60 deixou de servir como instalação de saúde e com o passar do tempo caiu em desuso e foi depredado, ficando em estado de ruína, até os nossos dias. Em 1977 a área foi novamente registrada em nome da União Federal já que o registro anterior perdeu-se num incêndio. Em 1981 houve uma tentativa de venda do prédio, e em meados da década de 80 iniciou-se o Projeto Jaguar por professores e alunos do curso de arquitetura da Universidade Federal de Pelotas com o objetivo de realizar um levantamento dos bens arquitetônicos da cidade de Jaguarão.



Entrada principal da Enfermaria Militar. Foto: Fabrício Marcon.



Vista frontal das ruínas da Enfermaria Militar. Foto: Helyna Dewes.

A principal ação foi a de valorizar o patrimônio cultural, tendo o prédio da enfermaria militar papel de destaque, com ações que visavam a destacar seu uso pela população como encontros artísticos e musicais, com a presença dos outrora iniciantes Engenheiros do Haval em um show de rock. Estas ações culminaram na devolução da posse da área ao município de Jaguarão em 1987, que construiu um parque nas imediações denominado Dr. Fernando Corrêa Ribas.


Em 1990 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado do Rio Grande do Sul-IPHAE-RS, mas permaneceu no estado de ruína e depredação. No ano de 2009 foi novamente colocada em discussão a utilização do espaço, sendo realizado um projeto de revitalização do prédio por uma empresa de arquitetura contratada pela Prefeitura que em parceria com a UNIFAMPA, conseguiram a inclusão do projeto no PAC- cidades históricas do governo federal, tendo as obras iniciadas no final de 2011.

Universidade Federal do Rio Grande - UNIFAMPA, www.unifampa.edu.br
 Centro de Interpretação do Pelotas - CIP
 www.http://portal.unifampa.edu.br/pelotas/cip/
 Contato:
 Pó-Box 100 de Estação - Av. Itália km 8 Unifampa-Estação
 96201-900 - Pelotas - RS

Figura 4.8 – *Banner* do CIP.

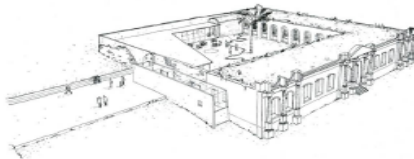
Fonte: ACS, 2012.

Estes *banners* mostrados (fig. 4.8 e 4.9) foram elaborados através de pesquisa realizada sobre o projeto e história da enfermaria militar, sendo colocadas de forma didática e informativa, com imagens para que o leitor/expectador possa imaginar como ficará o complexo e correlacionar com sua função anterior de unidade de saúde do exército brasileiro.

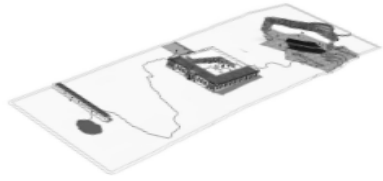

CIP Centro de Interpretação do Pampa

APRESENTAÇÃO


O Centro de Interpretação do Pampa será um espaço destinado as mais diversas manifestações culturais, congregando pesquisadores e público em geral no conhecimento sobre o modo de ser e viver no pampa.
 O local escolhido para seu funcionamento são as ruínas e cercanias de uma antiga enfermaria militar do exército brasileiro, no denominado "Cerro da Pólvora", na cidade de Jaguarão/RS, sendo o imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Atrairá salas de exposições com conteúdo multimídia, salas de pesquisa, auditório subterrâneo, espaço de convivência e anfiteatro a céu aberto, além de prédio de apoio técnico e administrativo.
 Dirige-se a um público amplo e variado, de jovens e adultos, em um espaço atraente e instigante, estimulando atitudes pró-ativas, o sentido estético e a compreensão, através de diferentes experiências e possibilidades de interatividade.
 O Centro de Interpretação do Pampa terá uma lógica de complementaridade e aprofundamento das experiências. Além disso, todo um projeto propriamente didático deverá ser desenvolvido, de maneira articulada aos conceitos, conteúdos e espaços das exposições, dirigida à formação de professores e ao trabalho com escolas da rede pública e privada.



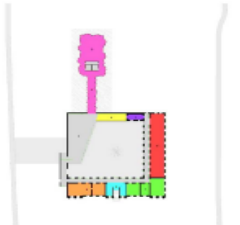
Projeto do CIP
Revitalização das ruínas da Enfermaria Militar.
Fonte: Brasil Arquitetura, 2009.



Projeto do CIP
Vista geral do complexo, tendo acima o anfiteatro, ao centro a Enfermaria Militar revitalizada e abaixo o prédio de apoio.
Fonte: Brasil Arquitetura, 2009.



Projeto do CIP
Área de convivência no interior do prédio da Enfermaria Militar revitalizada.
Fonte: Brasil Arquitetura, 2009.



Projeto do CIP
Interior da Enfermaria Militar revitalizada e divisões das salas de exposição.
Fonte: Brasil Arquitetura, 2009.

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA www.unipampa.edu.br
 Centro de Interpretação do Pampa - CIP
www.cip.unipampa.edu.br
 Contato:
 Pós-Graduação em Cultura do Pampa - www.medioculturalpampa.ufrgs.br
 Material elaborado por anaandrea@unipampa.edu.br (51) 3291-4289

Figura 4.9 – Banner nº 02 do CIP.

Fonte: ACS, 2012.

4.2.5 Proposta de atividades potencializadoras no CIP

Como última proposta de trabalho apresentada como ferramenta de gestão para o CIP, realizou-se um estudo da criação de um Núcleo de Memória, como potencializador das atividades do CIP, além daquelas ligadas ao CIP. Tal ideia, tem por objetivo proporcionar um espaço em que se reúnam documentos para a pesquisa acadêmica e da comunidade, assim como atividades de ensino desenvolvidas com escolas da cidade:

Assim, o núcleo de memória viria a contemplar a produção de pesquisas sobre a própria universidade, sobre a história local e de projetos de extensão com o objetivo de articulação com instituições de cunho histórico e cultural, atendendo demandas da comunidade e instigando a interação com a comunidade acadêmica. Este espaço serviria também como local de exposição permanente sobre a memória institucional, com a formação de uma noção crítica da construção da universidade, a qual deve ser percebida como uma soma dos esforços de cada membro nela inserido e da contribuição da sociedade para sua viabilização e desenvolvimento de forma concreta, retirando da subjetividade sua formação e funcionamento. Um canal de comunicação entre a comunidade e a academia com dinamismo, mas com a maturação e o tempo necessário para uma pesquisa de qualidade e centro de referência na interação com outras universidades, um espaço de vivências e pensar sobre a sociedade e o meio acadêmico (VILLAS BÔAS, 2012, pág. 4).

Apesar de o projeto do CIP, contemplar a arquitetura e a expografia, faz referência vaga sobre atividades realizadas fora do museu. Assim, esta proposta, embora não seja uma ferramenta de educação patrimonial de aplicação imediata, serve como paradigma de ações futuras a serem efetivadas pela gestão do CIP. Cabe ressaltar, também, que é uma forma de dinamizar as atividades do Centro, de forma concreta e objetiva, dando à comunidade um vislumbre das possibilidades de uso do local:

A UNIPAMPA por ser uma instituição com uma breve história e formada pelos anseios de uma região historicamente com problemas de desenvolvimento econômico e evasão de população, tem a vocação para ser a fomentadora da cultura local e sua valorização, como forma de criação de um sentimento de pertencimento a região e consequente desenvolvimento de capacidades. O Núcleo de Memória da UNIPAMPA (NUMEPAMPA) seria um órgão localizado no Centro de Interpretação do Pampa (CIP), com a função de apresentar a memória institucional aos visitantes e comunidade acadêmica e também de pesquisa sobre a história local e de projetos de extensão com essa temática do patrimônio cultural. Abrigaria um acervo de fotografias, relatos orais, imagens, documentos sobre a história da universidade, uma exposição permanente e local de pesquisa, sendo espaço interdisciplinar com ênfase no conhecimento histórico sobre a sociedade local. O NUMEPAMPA teria o papel de ser o irradiador de diversas ações voltadas para a história da instituição e a história local, dentro de um equipamento cultural como o CIP, constituindo um de seus eixos temáticos (VILLAS BÔAS, 2012, pág. 05).

Com esta proposta, concluem-se as ações destinadas à gestão para serem utilizadas como ferramentas de educação patrimonial. No próximo item, serão apresentadas as propostas destinadas à comunidade, mais vinculadas ao contato pessoal dos agentes da educação patrimonial. Ressaltando-se que as ferramentas de gestão apresentadas anteriormente, dependem de decisões tomadas pela gestão universitária, a qual ainda não teve a iniciativa de priorizar tais ações, escolhendo priorizar a obra física do CIP.

Como militantes da área do patrimônio cultural, sabe-se da importância da educação patrimonial em obras de revitalização de bens culturais, não somente depois de concluída a obra, mas antes e durante o andamento das mesmas, como forma de democratização e

apropriação pela comunidade do espaço revitalizado e da preservação da memória do patrimônio anteriormente constituído.

4.3 Propostas de Educação Patrimonial com a Comunidade

Neste ponto da dissertação, serão abordadas as práticas de educação patrimonial voltadas à comunidade. Não que as propostas anteriormente classificadas como sendo para a gestão não incluíssem a comunidade, mas dependiam de uma ação mais efetiva da gestão universitária. Na realidade, a educação patrimonial agora apresentada é entendida como uma participação como cidadão e profissional voltado ao estudo da área do patrimônio cultural, especificamente, com pesquisas no patrimônio cultural da cidade de Jaguarão. Através da inserção na sociedade, trava-se um diálogo com a comunidade, que naturalmente demanda por esclarecimentos sobre o que é patrimônio, tombamento, como preservar os bens culturais, conjugando a isto a própria história da cidade.

Além disso, é também uma das atribuições do fazer do Historiador, a atuação proativa na sociedade em que vive, rompendo com os paradigmas de historiadores de gabinete, os quais só veriam o passado como objeto de estudo, deixando o presente e o futuro de lado. Ainda que o passado seja o objeto de estudo principal, a história do presente e a projeção do futuro não podem ser desconhecidas aos profissionais da história, aliás, como demonstram cada vez mais as solicitações para que historiadores opinem nas questões atuais como formadores de opinião.

Portanto, a seguir serão apresentadas as propostas de educação patrimonial voltadas à comunidade, mais no sentido da construção de um diálogo que possa culminar num maior esclarecimento da questão do patrimônio cultural na cidade de Jaguarão, e mais especificamente, do projeto do Centro de Interpretação do Pampa.

4.3.1 Visitas guiadas ao canteiro de obras do CIP

A primeira ação de educação patrimonial proposta com a comunidade são as visitas guiadas ao canteiro de obras do CIP. O objetivo destas visitas, demandadas inicialmente por

setores da sociedade ligados ao patrimônio histórico, como o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, é de dialogar sobre a história da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, sua arquitetura, e as modificações que passará para abrigar o Centro de Interpretação do Pampa.

Estas visitas são realizadas através de um percurso no entorno da Enfermaria e quando possível, no interior de sua estrutura, pois o andamento das obras inviabilizou este tipo de entrada no prédio. Neste percurso, procurou-se destacar os usos por que passou o prédio, seu significado para a comunidade e como serão as possibilidades de utilização do local revitalizado. Durante a visita, a interatividade é constante, com o diálogo sobre vários aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural, proporcionando um enriquecimento da visão sobre o local de todos os participantes.

Estas visitas eram divulgadas no sítio eletrônico do CIP e na imprensa local, como forma de estimular a participação da comunidade. Houve demandas da comunidade acadêmica para estas visitas, as quais foram feitas com os discentes dos cursos de graduação do Campus Jaguarão da UNIPAMPA. A intenção era estender às escolas do município e também aos moradores do entorno, mas devido às restrições ocorridas no interior da obra para visitação interna, acabaram não acontecendo, devido ao risco existente no interior da obra.

Abaixo serão mostrados imagens e textos, destas visitas, como exemplo do que ocorreu e verificar a participação de vários setores da sociedade que demandaram esta prática.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão visita obras do CIP

O Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ) realizou visita as obras do Centro de Interpretação do Pampa (CIP) no dia 12 de março, acompanhado pelo Historiador do Campus Jaguarão, Alexandre dos Santos Villas Bôas e da Arquiteta da Pró-Reitoria de Obras e Manutenção (PROM) Daniela Vieira Goularte, com a intenção de informar e integrar a comunidade do processo de preservação do patrimônio cultural que é as ruínas da antiga enfermaria militar.



Na ocasião foram recebidos pela Arquiteta Sonia Alves, da Marsou Engenharia, empresa executora das obras, que fez uma breve explanação e respondeu a questionamentos dos integrantes IHGJ. O Presidente do IHGJ, José Domingos Caetano e os confrades do Instituto destacaram a importância dessa obra para a cidade de Jaguarão, que na visão e da preservação do patrimônio cultural da antiga enfermaria militar, agora com novo uso e fomentador da cultura e turismo.

Também disseram que existe no IHGJ a placa de mármore com a inscrição contendo o nome do construtor a época e que estava afixada no frontão da fachada, e foi retirada para evitar depredações, e se comprometeram de devolvê-la a seu lugar assim que a obra estiver concluída.

Ao final, foi realizado um percurso nas ruínas em que alguns integrantes do Instituto puderam relembrar momentos passados em que tiveram contato com a enfermaria militar onde inclusive serviram como soldados do Exército Brasileiro, fornecendo detalhes do funcionamento da rotina daquele local.

Figura 4.10 – Visitas técnicas ao canteiro de obras do CIP.

Fonte: autor.

IFSUL e IFMG visitam obras do Centro de Interpretação do Pampa



Na manhã de hoje (28) estiveram presentes na obra do Centro de Interpretação do Pampa representantes do Curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Federal Minas Gerais, Campus Ouro Preto e do Curso Técnico em Execução, Conservação e Restauro do Instituto Federal Sul-Riograndense, Campus Pelotas, em visita técnica para conhecimento do projeto e troca de experiências com a empresa executora, Marsou Engenharia. Na ocasião foi acompanhada pela Fiscal Técnica da obra Daniela Goularte, Arquiteta da UNIPAMPA e pelo Professor Alan Dutra Melo e o Historiador Alexandre dos Santos Villas Bôas, ambos do Campus Jaguarão, que fizeram uma explanação do contexto cultural e histórico que envolveu a revitalização da Enfermaria Militar como Patrimônio e seu uso com a nova função como centro de pesquisas sobre o Pampa.

A empresa Marsou Engenharia, através da Arquiteta responsável fez uma breve explanação sobre como está sendo realizada a consolidação das ruínas e as diversas etapas a serem seguidas e respondeu a dúvidas dos arquitetos e engenheiros especialistas na área do restauro. Essa visita fez parte de um itinerário que incluiu as cidades de Pelotas e Rio Grande e também Montevidéu, como forma de reconhecer o patrimônio cultural dessas cidades para estudos na implantação de cursos voltados a qualificação da mão-de-obra na área de restauro onde haja campus do Instituto Federal de Educação.

Figura 4.11 – Visitação as obras do CIP.

Fonte: autor.



Figura 4.12 – Visitação com alunos da UNIPAMPA.

Fonte: http://epjaguarao.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html

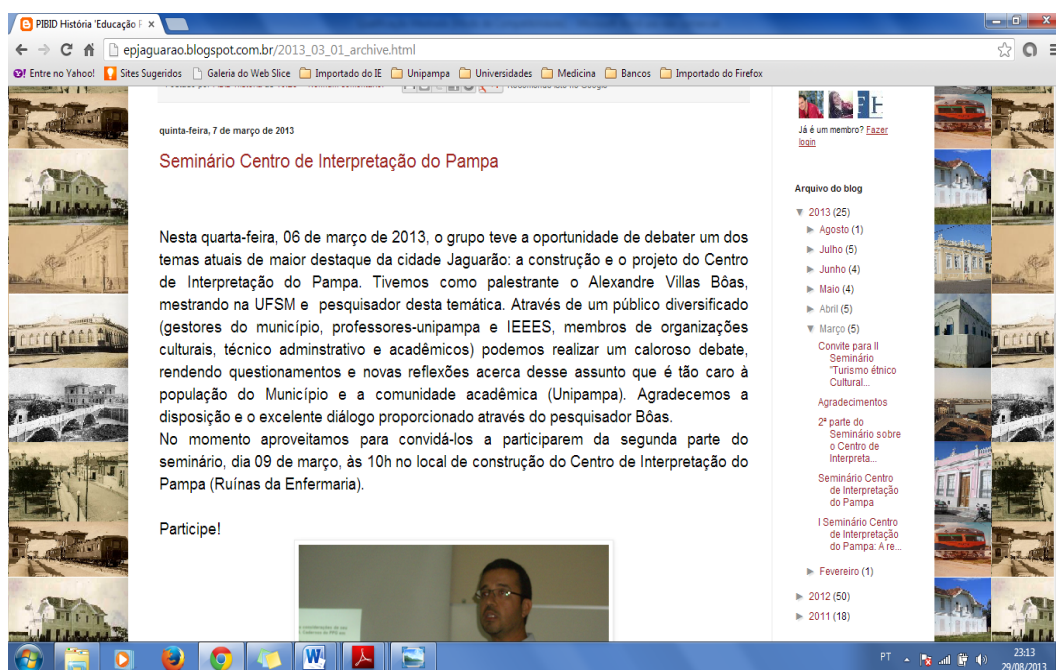


Figura 4.13 – Palestra antes da visita guiada ao CIP.

Fonte: http://epjaguarao.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.htm

4.3.2 Demais propostas de educação patrimonial

Resolveu-se englobar nesta última parte as demais ações de educação patrimonial com a comunidade, pois ainda não foram efetivadas e se correlacionam entre si, não necessitando uma separação por tópicos. Na realidade, dependem de uma colaboração de entidades como Prefeitura Municipal e financiadores culturais, assim como a apresentação de projetos, que até o momento não pode se concretizar.

Uma proposta seria de realizar uma série de apresentações do projeto do CIP e da antiga Enfermaria Militar nas escolas do município, em parceria com professores e estudantes da UNIPAMPA. O objetivo é disseminar entre os estudantes o interesse pelo CIP e as possibilidades de inclusão e apropriação dos próprios alunos. Mas, como ainda a gestão universitária não se debruçou sobre as atividades a serem desenvolvidas além daquelas contidas na expografia, esta ação fica dependente desta iniciativa.

Em semelhança a esta ação, seria realizada uma série de palestras em todos os *campi* da UNIPAMPA, com o objetivo de apresentar o projeto e abrir um fórum de discussões para a implantação de um regimento interno de funcionamento do CIP. Este fórum seria acrescido de sugestões da comunidade através de audiências em locais como Câmara de Vereadores dos municípios sede dos *campi*. Para isto seria necessária a formação de uma equipe responsável:

A proposta de criação de um grupo de trabalho para a implantação do Centro de Interpretação do Pampa (CIP) tem por objetivo delinear ações que visem o estudo do projeto, elaboração de regimento interno e divulgação do CIP na comunidade acadêmica e ao público em geral, servindo de interlocução entre a reitoria e as instâncias envolvidas na construção do CIP, tanto internas como externas, congregando a visão da gestão e os interesses dos diversos atores do processo na tentativa de harmonizar conflitos e dar agilidade (VILLAS BOAS, 2012).

Outra proposta é a de realizar um vídeo com depoimentos de moradores da cidade de Jaguarão que tiveram algum contato com Enfermaria Militar em suas diversas fases. Elaborado no formato de vídeo relato, com técnicas de entrevista oral, mas com mais liberdade de expressão por parte do relator de suas experiências. Este vídeo seria feito através de lei de fomento à cultura do Ministério da Cultura, Lei Rouanet. O objetivo principal é de colher depoimentos de pessoas que ainda viram a Enfermaria Militar em funcionamento, como organização de saúde, as quais são poucas na cidade.

Também, a realização de oficinas de educação patrimonial é uma forma de diálogo com a comunidade sobre o CIP e outros patrimônios edificados da cidade de Jaguarão, as

quais poderiam ser realizadas em conjunto com instituições da sociedade como prefeitura, escolas, organizações de bairro e a própria universidade.

Com isto, terminam-se as proposições de ações de educação patrimonial, deixando claro que elas servirão como indicações de ações para outras iniciativas, que com certeza irão surgir a partir do momento em que as pessoas começarem a visualizar a importância do CIP para a comunidade e as possibilidades de potencializar a cultura local e regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta dissertação, foi possível conhecer um patrimônio cultural tombado nacionalmente, a Enfermaria Militar de Jaguarão. Este sítio histórico foi escolhido para a implantação de um projeto ousado de revitalização, denominado de Centro de Interpretação do Pampa. Paralelamente se conheceu um pouco mais da cidade de Jaguarão, que teve o seu centro histórico tombado nacionalmente, formando um conjunto expressivo de patrimônio edificado.

Dentro deste contexto, foi realizada a análise do projeto de revitalização da Enfermaria Militar, a qual se encontrava em ruínas e havia sido utilizada em diversos usos além de organização de saúde. O objetivo foi compreender de forma macro os significados desta revitalização, seus impactos na comunidade e, principalmente, propor ações de educação patrimonial, a serem implementadas, durante e após o término da obra de implantação, ora em andamento.

Procurou-se detalhar, na medida do possível, os diversos aspectos envolvidos nesta revitalização, a história da cidade, da Enfermaria Militar, a dinâmica do processo de tombamento e a linguagem do poder utilizada na área patrimonial, no Brasil e no mundo. Através deste método, pretendeu-se apresentar os conceitos teóricos interdisciplinares envolvidos em um projeto desta escala, geralmente segmentados em áreas do conhecimento que não dialogam entre si. Mais do que um estudo de caso, foi proposta a discussão do estabelecimento de paradigmas, especialmente quanto ao processo de ativação patrimonial e a participação popular.

Optou-se pelo engajamento em uma teoria que necessariamente contemplasse a *práxis* das ações de educação patrimonial propostas em nosso trabalho, visando o fortalecimento da ideia de um patrimônio que é construído através do diálogo entre os especialistas da área e os atores envolvidos no processo, gestores, órgãos de fiscalização e comunidade. Assim procedeu-se, tendo em vista a utilização desta dissertação como instrumento de inserção da comunidade que geralmente fica alheia à constituição do patrimônio cultural no Brasil, apesar dos avanços obtidos no que tange à participação popular.

Ainda há muito que se fazer na área do patrimônio cultural, principalmente desvincular da área governamental o poder decisório de constituição do que é ou não é patrimônio. Lentamente caminha-se nesta direção da governança coletiva e solidária, com a

formação de movimentos coletivos de valorização do patrimônio imaterial, por exemplo. Mas ainda há uma predominância do patrimônio material, e nesta área, há uma rigidez quanto aos métodos e a participação popular.

Neste trabalho, pretendeu-se contribuir com esta flexibilização do poder decisório, através da educação patrimonial, em seu sentido mais amplo, ou seja, de formação de conhecimentos e percepções, em um diálogo constante e levando em conta o interesse comum, da democratização das informações. Neste projeto em específico, do CIP, se encontrou diversos pontos que merecem uma discussão mais ampla com a comunidade, pois foi forjado na antiga metodologia de patrimonialização.

No capítulo que se tratou da educação patrimonial, defendeu-se a ideia de que o corpo técnico atue também em conjunto com a comunidade local, para que possa ser estabelecido um diálogo e que haja uma apropriação do conceito e do espaço físico do museu. Em vista do tamanho do complexo cultural, advoga-se a ideia da constituição de um corpo técnico independente, voltado à gestão do museu e dividido em várias áreas, como a administrativa, financeira, educacional e outras.

Observou-se que, para que ocorra um efetivo ganho com a construção deste complexo cultural, deve haver um maior envolvimento da comunidade e uma compreensão dos gestores de que um Centro de Interpretação, um museu, é mais do que sua expografia, é mais do que um atrativo que possa gerar para atrair visitantes. Este espaço revitalizado é um local privilegiado para desenvolver a comunidade local, seu sentimento de valorização pessoal, principalmente aquela parcela da população alheia ao acesso à cultura.

Defende-se que a inclusão social seja a temática do espaço revitalizado, a formação ativa de cidadãos através da cultura, o fortalecimento dos laços da comunidade e como consequência natural deste processo, o desenvolvimento humano. A cultura como elemento fundamental para que se possa sair das amarras de um consumismo desenfreado e embrutecedor das relações sociais. O papel como ativistas da área do patrimônio cultural foi, nesta dissertação, apresentar algumas propostas concretas de envolvimento com a comunidade e gestores.

Não se pretende que sejam as únicas; ao contrário, que façam parte de outras ações que a partir deste estudo sejam estimuladas, principalmente fazer com que a gestão do futuro CIP, seja sensibilizada e envolvida na tônica da participação popular, para que a memória constituída pelo patrimônio da Enfermaria Militar não se perca, e não seja suplantada por algo que leve a uma elitização cultural de um local/lugar tão rico de significados para o imaginário popular.

Como considerações finais, espera-se com este trabalho, ter contribuído para o conhecimento de como se deu o processo de formação do patrimônio cultural da Enfermaria Militar, sua importância para a história da cidade de Jaguarão e também analisar o projeto do Centro de Interpretação do Pampa, e as possibilidades de apropriação deste complexo pela comunidade.

REFERÊNCIAS

A Folha. Jaguarão, mar. 1987, pág. 03.

A Folha. Jaguarão, jan. 1987, pág. 01.

A Folha. Jaguarão, 1988, pág. 03.

A Folha. Jaguarão. 2010. Pág. 08.

ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. UNIPAMPA. **Projeto de identidade visual para o Centro de Interpretação do Pampa.** Bagé, 2012.

BARDI, Pietro Maria. **A História do MASP.** São Paulo, 1993.

BARROS, José de Assumpção. Fernand Braudel e a geração dos Annales. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, vol. 6, n. 11. – UFGD: Dourados, jan. jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.640/08. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 jan. 2008.

BRUM, Elimar. **Salvamento Arqueológico da Enfermaria Militar:** depoimento [jan. 2011]. Entrevistadores: Luciana Peixoto e Mariciana Zorzi. Pelotas: INSTITUTO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2011. Depoimento concedido ao projeto de salvamento arqueológico da Enfermaria Militar de Jaguarão-RS.

CADERNOS JAGUARENSES. Jaguarão: T&M Artes Gráficas, v. 4, 2009.

CUNHA, James Bolfoni da. **Jaguarão e os militares:** Dois séculos na fronteira. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COSTA, Heloísa Helena Fernandes da. **Culturas urbanas: identidades e diversidades. Cidade e Memória na Globalização.** Org. por Zita Possamai e Vitor Ortiz. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

_____. **Marketing para formação de acervo do Rodan Bahia.** Salvador, 2010.

_____. **Ação social e desenvolvimento humano no espaço do museu.** Revista Museu, 2011.

_____. **Espaços Museológicos Contemporâneos: exemplos do Quebec e da Bahia.** Revista CANADART. Revista do Núcleo de Estudos Canadenses da UNEB. V. 9-(jan./dez.2001) – Salvador: UNEB, 1993.

DEBRET, Jean Baptiste? **Villa d’Espírito Santo del Serrito.** 1816. Aquarela. Cópia. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

DIÁRIO POPULAR. **Iphan anuncia tombamento de centro histórico.** Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?id=1-icia=31597>.

DICIONÁRIO AURÉLIO *ON-LINE*. **Significado da palavra arquiteto.** Disponível em <http://www.dicionariodoaurelio.com/Arquiteto.html>.

DUARTE, Eci. **Salvamento Arqueológico da Enfermaria Militar:** depoimento [ago. 2010]. Entrevistadores: Luciana Peixoto e Mariciana Zorzi. Pelotas: INSTITUTO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2011. Depoimento concedido ao projeto de salvamento arqueológico da Enfermaria Militar de Jaguarão-RS.

Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT / Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Biblioteca Central, Editora da UFSM. – 8. ed. – Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.

FARINATTI, Luís Augusto. **Apropriação da terra e formação de grandes patrimônios fundiários na fronteira sul do Brasil, através dos inventários post mortem (1800-1860).** Trabajos y Comunicaciones, 2009, Nº 35, 2da. Época, ISSN0325-173X pp: 149-171, Departamento de Historia - Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - Universidad Nacional de La Plata.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 3º ed. Ver. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOTOGRAFIAS antigas de Jaguarão. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. [19--].

FERRAZ, Marcelo. **Arquitetura conversável**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul**: ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Origens de Jaguarão: (1790-1833)**. 2. Ed. – Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda., 2007.

FREIRE, Beatriz Muniz. (Coord.). **Fortificação de Jaguarão**: Transcrição de parte da documentação constante no Fundo Obras Públicas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IPHAN, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GOMEZ DOS SANTOS, José Cassiano. **Salvamento Arqueológico da Enfermaria Militar**: depoimento [jan. 2011]. Entrevistadores: Luciana Peixoto e Mariciana Zorzi. Pelotas: INSTITUTO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2011. Depoimento concedido ao projeto de salvamento arqueológico da Enfermaria Militar de Jaguarão-RS.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Sistema Nacional do Patrimônio Cultural**: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, 2009.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul. **Processo de tombamento da antiga enfermaria militar de Jaguarão**. Processo nº 47.068-19.00-SEC/86.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=431100&search=rio-grande-do-sul/jaguarao> Acesso em: 02/07/2013.

Legislação sobre patrimônio cultural. – 2. ed. – Brasília: **Câmara dos Deputados, Edições Câmara**, 2013.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, Aracaju, SE: UFS, 2007.

LIMA, Andréa da Gama. **O legado da escravidão na formação do patrimônio cultural jaguarense (1802-1888)**. Pelotas: UFPEL, 2010.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão**. Barcelona: 2001.

NETO, Lira. **Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)**. 1. ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PLANTA arquitetônica da Enfermaria Militar de Jaguarão. Cópia. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão [18--].

PLANEJAMENTO DE EXPOSIÇÕES. Museums and Galleries Comission; tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. São Paulo: Vitae, 2001. (Série Museologia).

PRATS, L. **Antropología y Patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1998.

Projeto Jaguar. **Jornal da UFPEL**, Pelotas, mar. 1987, pág. 15.

REICHEL, Heloísa Jochims, GUFREIND, Ieda. **As Raízes Históricas do Mercosul: A Região Platina Colonial**. São Leopoldo, UNISINOS, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; MELO, Alan Dutra de. **Centro de Interpretação do Pampa em Jaguarão**: Rio Grande do Sul – Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011.

ROSÁRIO, Cláudia Cerqueira do. **O lugar mítico da memória**. MORPHEUS, Revista eletrônica em ciências humanas. n. 1. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2002.

S. LOPES, Maria Aparecida de. ; ORTELLI, Sara. **Fronteiras Americanas: Entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX**. Estudos de História, Franca, v. 13, n. 2, p. 13-29, 2006.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3º ed. (ano 2005), 6º reimp./ Curitiba: Juruá, 2011.

SOUZA SOARES, Eduardo Alvares; FRANCO, Sérgio da Costa. (Org.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

TEIXEIRA, José Albertino. **Salvamento Arqueológico da Enfermaria Militar**: depoimento [ago. 2010]. Entrevistadores: Luciana Peixoto e Mariciana Zorzi. Pelotas: INSTITUTO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2011. Depoimento concedido ao projeto de salvamento arqueológico da Enfermaria Militar de Jaguarão-RS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Centro de Interpretação do Pampa**. Bagé, 2011. Disponível em: <<http://www.porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/cip/historico>>. Acesso em: 23 out. 2012.

Unipampa e Prefeitura firmam parceria para revitalização das ruínas da Enfermaria. **A Folha**, Jaguarão, 21 jan. 2010. Caderno Geral, pág. 08.

VARINE, Hughes de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. ; SCHNEIDER, Maurício. **O Pampa e a Fronteira**. Jaguarão, 2013.

VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. **Proposta de criação do Núcleo de Memória da UNIPAMPA**. Jaguarão, 2012.

WIKIPEDIA. **Localização da cidade de Jaguarão**. Disponível em <http://www.wikipedia.com>. Acesso em: 23 out. 2012.

WIKIPEDIA. **Vista norte do Edifício Gustavo Capanema**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MESP4.jpg> Acesso em 24/05/2013.

WIKIPEDIA. **SESC Vila Pompéia**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SESCPompeia.jpg> Acesso em 25/05/2013.

WIKIPEDIA. **Arquitetura Brutalista**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquitetura_brutalista Acesso em 26/06/2013.

ZORZI, Mariciana. **De quem é a cidade heroica?** Trajetórias da preservação do patrimônio cultural, atratividade turística e participação social em Jaguarão, Rio Grande do Sul (1982-2011), Pelotas: UFPEL, 2012.